



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

DANIEL DE SOUZA SALES BORGES

**DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA
REFORMA AGRÁRIA NO CHILE: VIA
INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E
REAÇÃO PROPRIETÁRIA (1967-1973)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA NO
CHILE: VIA INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E
REAÇÃO PROPRIETÁRIA (1967-1973)**

DANIEL DE SOUZA SALES BORGES

Sob a Orientação do Professor
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Tese submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Doutor em História no Programa
de Pós-Graduação em História.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

DANIEL DE SOUZA SALES BORGES

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

TESE APROVADA EM 28/09/2022.

Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro (PPGH – UNIRIO)
Orientador

Profa. Dra. Cláudia Regina Andrade dos Santos (PPGH – UNIRIO)

Prof. Dr. Claudio Robles Ortiz (USACH)

Profa. Dra. Elisa de Campos Borges (PPGH – UFF)

Profa. Dra. Regina Ângela Landim Bruno (CPDA – UFRRJ)

B732 Borges, Daniel de Souza Sales

Disputas políticas em torno da reforma agrária no Chile: via institucional, participação popular e reação proprietária (1967-1973) / Daniel de Souza Sales Borges. -- Rio de Janeiro, 2022.

204 p.

Orientador: Vanderlei Vazelesk Ribeiro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Reforma Agrária. I. Ribeiro, Vanderlei Vazelesk, orient. II. Título.

*This is a time for reason to grit its teeth. As the world
changes, we must learn to change our language and our terms.
But we should never change these without reason.*

Edward Palmer Thompson¹

*Al criminal emplazo y lo someto
a ser juzgado por la pobre gente
por los muertos de ayer, por los quemados,
por los que ya sin habla y sin secreto,
ciegos, desnudos, heridos, mutilados,
quieren juzgarte, Nixon, sin decreto.*

Pablo Neruda²

*Por cima do cotidiano estéril
de horrível fixidez
careta demais
Que máximo prazer ser ou
tros constantemente.
...Passageiros... nossa próxima estação...
LER COM OLHO-FÓSSIL
OU
LER COM OLHO-MÍSSIL*

Waly Salomão³

¹ THOMPSON, E.P. *The Poverty of Theory: or an Orrery of Errors*. London: Merlin Press, 1995 p.34.

² NERUDA, Pablo. *Incitação ao Nixonicídio e Louvor da Revolução Chilena*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980 p.15.

³ SALOMÃO, Waly. *Poesia Total*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

À Annagesse, pela perseverança acima do caos.

*Às vítimas do genocídio brasileiro, especialmente os pós-graduandos que não puderam
concluir suas pesquisas.*

AGRADECIMENTOS

A presente tese possui, espero, tema e objeto bem definidos. Ela pertence, de certa forma, a três cidades muito distintas – Rio de Janeiro, Santiago do Chile e São Luís do Maranhão – que ao longo desses anos de doutorado foram um pouco a minha residência, mesmo que por períodos curtos. Há muitas pessoas para agradecer que contribuíram de formas diversas para este trabalho.

No Rio de Janeiro, eu gostaria de agradecer primeiramente à Anna pelo amor, a confiança, o apoio em dias desesperados, o otimismo da vontade de viver dias melhores e pelas adequações na formatação da tese. Ao meu pai, Luiz, e à minha mãe, Lucia, que têm me apoiado e incentivado a seguir estudando.

À vó Diva eu agradeço pelo café que eu vou buscar em sua casa quase todos os dias pela manhã, junto com o Burais, seu simpático amigo português, e sua mulher, Maria D'Assunção. À vó Gininha eu agradeço pelo café que eventualmente eu vou buscar em sua casa à tarde e por me permitir fazer de sua sala um escritório para trabalhar num ambiente silencioso.

Ao Vanderlei, meu orientador, por aceitar orientar esta tese e pela paciência com os obstáculos que tive que lidar durante o desenvolvimento da mesma. À professora Regina Bruno, grande incentivadora desta tese e conhecedora do Chile, que gentilmente aceitou compor a banca de defesa. À professora Elisa de Campos Borges, que também compõe a banca, me forneceu parte das fontes desta tese e quem, ainda em 2011 como estudante da graduação em história da UFF, eu tive a satisfação de assistir à defesa da tese sobre os cordões industriais no Chile. À professora Claudia Santos, que já havia feito valiosas contribuições durante a qualificação e aceitou compor a banca de defesa.

Agradeço ainda à professora Susana Cesco por aceitar a suplência na banca de defesa, e também ao professor Jorge Romano pela mesma razão e por ter me desincumbido das tarefas do grupo de estudos sobre discurso, agradecimento que eu estendo a todos os integrantes do grupo.

Sou grato também aos funcionários da UNIRIO, especialmente à Priscila Luvizotto, da secretaria do PPGH. Responsável por dar andamento aos processos do

programa, sempre esteve à disposição de todos os alunos para solucionar qualquer problema ou prestar esclarecimentos.

Agradeço aos amigos não acadêmicos e aos acadêmicos, especialmente Marcius, Valdênio, Marcus e Juanita. À CAPES, agência da qual eu recebi financiamento durante grande parte do período do doutorado, agradecimento que eu estendo ao povo brasileiro, especialmente o que sustenta a universidade pública sem nunca ter pisado nela.

Em Santiago, de onde eu fui “despejado” pelo *estallido* e pela pandemia, eu gostaria de agradecer ao professor Claudio Robles, também integrante da banca de defesa, que foi um interlocutor fundamental ao apontar muitos caminhos para esta tese, e que, desafortunadamente, alguns não foram possíveis devido aos motivos acima.

Agradeço ainda a todos os funcionários que gentilmente me ajudaram na Biblioteca Nacional, no SAG, na Fundação Salvador Allende, na Biblioteca de Santiago, nos arquivos e nas bibliotecas ministeriais em Santiago e na biblioteca da CEPAL.

Em São Luís eu agradeço à Dona Gessi por me receber sempre muito bem, à Larissa, ao Rodrigo, à Anamariana, ao Manoel e Emanuel. Agradeço à Esthela, que também já foi minha guia e segurança na cidade, à Jéssica, Alexandre, Nicola e à Lulu.

RESUMO

BORGES, Daniel de Souza Sales. Disputas Políticas em Torno da Reforma Agrária no Chile: via institucional, participação popular e reação proprietária (1967-1973). Tese (Doutorado em História). Programa De Pós-Graduação Em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho analisa as dimensões e as disputas em torno do processo de reforma agrária ocorrido no Chile entre os anos de 1962 e 1973 articulando sua via institucional, a mobilização popular e a reação dos proprietários. Entendemos a reforma agrária ora referida como um processo político complexo que, para além da mera aplicação de uma política pública, ensejou uma multiplicidade de conflitos e contradições nos quais diversos sujeitos coletivos atuaram para liderá-lo. Partindo do esboço de reforma agrária iniciado em 1962, passamos a discutir sua institucionalização e aprofundamento nos anos seguintes a partir das mudanças ensejadas pelos projetos políticos de nível nacional que chegaram a presidência, representados respectivamente por Eduardo Frei e Salvador Allende. Estabelecendo o momento da reforma, passamos a analisar como as distintas classes e frações de classe se organizaram para defendê-la ou reduzi-la, a seu modo. O modo autônomo como as classes populares do campo atuaram dentro do processo objeto desta tese, a despeito da inconveniência que isso representava para o governo, e a paciente recomposição dos interesses de classe dos latifundiários sob a ideologia gremial são aspectos fundamentais que nos levam a entender, sob a perspectiva do mundo rural, as contradições e embates que redundaram no fim trágico e violento que o golpe de Estado impôs à via chilena ao socialismo.

Palavras-Chave: Reforma agrária; socialismo; gremialismo.

ABSTRACT

BORGES, Daniel de Souza Sales. Political disputes around Agrarian Reform in Chile: institutional path, popular participation and proprietary reaction (1967-1973). Thesis (Doctorate in History). Postgraduate Program in History, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis analyzes the dimensions and disputes surrounding the agrarian reform process that took place in Chile between 1962 and 1973, articulating its institutional path, popular mobilization and the reaction of landowners. We understand the agrarian reform here referred to as a complex political process that, beyond the mere application of a public policy, gave rise to a multiplicity of conflicts and contradictions in which various collective subjects acted to lead it. Starting from the sketch of agrarian reform started in 1962, we discuss its institutionalization and deepening in the following years from the changes brought about by the political projects at national level that reached the presidency, represented respectively by Eduardo Frei and Salvador Allende. Establishing the moment of reform, we proceed to analyze how the different classes and class fractions organized themselves to defend or reduce it, in their own way. The autonomous way in which the popular rural classes acted within the process object of this thesis, despite the inconvenience that this represented for the government, and the patient recomposition of the class interests of the landowners under the gremialist ideology are fundamental aspects that lead us to understand, from the perspective of the rural world, the contradictions and clashes that resulted in the tragic and violent end that the coup d'état imposed on the Chilean path to socialism.

Key words: Agrarian reform; socialism; gremialism.

LISTA DE SIGLAS

AC - *Acción Nacional*
APH - *Aparelho privado de hegemonia*
APS – *Área de Propriedade Social*
CAS – *Consortio Agrícola del Sur*
CCDE - *Confederación del Comercio Detallista Establecido*
CEA – *Confederación de Empleadores Agrícolas*
CEPAL - *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*
CERA - *Centros de Reforma Agrária*
CIA - *Central Intelligence Agency*
CNDC - *Confederación Nacional de Dueños de Camiones*
CNDG - *Comando Nacional de Defensa Gremial*
CODE - *Confederación de la Democracia*
CONSEMACH - *Confederación de Sindicatos de Empleadores Agrícolas de Chile*
CORA - *Corporación de Reforma Agraria*
CPC – *Confederación de Producción y Comercio*
CUPIA - *Confederación Unica de la Pequeña Industria y Artesanado*
CUT – *Central Única de los Trabajadores*
DINAC - *Distribuidora Nacional*
DIRINCO – *Dirección de Industria y Comercio*
ECA – *Empresa de Comercio Agrícola*
EUA – *Estados Unidos da América*
FECH - *Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile*
FEUC - *Federación de Estudiantes da Universidad Católica*
FISA – *Feria Internacional de Santiago*
FITAL - *Feria Internacional de Talca*
FRAP - *Frente de Acción Popular*
FRENAP - *Frente Nacional del Área Privada*
HRB - *Hectárea de Riego Básica*
IC – *Izquierda Cristiana*
ICIRA - *Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria*
INACAP - *Instituto Nacional de Capacitación*
INDAP - *Instituto de Desarrollo Agropecuario*
INTAGRO - *Instituto Agrario de Estudios Económicos*
JAP - *Juntas de Abastecimiento y Control de Precios*
JDC – *Juventude Democrata Cristiana*
MAPU - *Movimiento de Acción Popular Unitaria*
MCR – *Movimiento Campesino Revolucionário*
MIR - *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*
MRNS - *Movimiento Revolucionario Nacional Sindicalista*
ODEPLAN – *Oficina de Planificación Nacional*
OEA – *Organização dos Estados Americanos*
PCCh – *Partido Comunista de Chile*
PDC – *Partido Demócrata Cristiano*
PN - *Partido Nacional*
POS - *Partido Obrero Socialista*
PR – *Partido Radical*
PS – *Partido Socialista*

SAG – *Servicio Agrícola y Ganadero*
SNA – *Sociedad Nacional de Agricultura*
TC – *Triunfo Campesino*
UC – *Universidad Católica*
UP - *Unidad Popular*
URSS – *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I. SUBDESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA.....	27
1.1 Subdesenvolvimento latino-americano: generalizações e particularidades nacionais.....	28
1.2 Do sistema de <i>haciendas</i> à consolidação do capitalismo agrário.....	36
1.3 As razões da reforma agrária: o reformismo da década de 1960.....	43
CAPÍTULO II. A EMERGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA NO CHILE.....	65
2.1 A centralidade da reforma agrária no projeto político do PDC.....	67
2.2 A dimensão institucional da reforma agrária e a acomodação das contradições.....	75
2.3 As condições da transição socialista: a Unidad Popular na política chilena.....	80
2.4 Superação e complementaridade: formas institucionais de participação no processo agrário.....	89
2.5 Crise e reforma agrária: implicações no governo.....	101
2.6 A constituição de sujeitos coletivos no processo de reforma agrária.....	106
CAPÍTULO III. AS BASES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA.....	120
3.1 Um aparelho hegemônico no campo chileno.....	122
3.2 O <i>début</i> do ruralismo insurgente.....	138
3.3 A consolidação do programa.....	149
3.4 As regras do jogo: SNA ante a reforma agrária sob a Via Chilena ao Socialismo.....	153
CAPÍTULO IV. O CERCO GREMIAL.....	160
4.1 Retomando a <i>guitarra prestada</i> : o poder gremial como forma de organização do Estado.....	161
4.2 A apoteose do ruralismo insurgente.....	171

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 179

REFERÊNCIAS..... 187

INTRODUÇÃO

A reforma agrária ocorrida no Chile entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente a partir de 1967, ensejou uma série de polêmicas e disputas em torno de seu desenvolvimento e de suas realizações. O seu final abrupto com o golpe de Estado em 11 de setembro de 1973, que também pôs fim ao governo de Salvador Allende e a via chilena ao socialismo, representava a derrota de um projeto nacional cuja consolidação enfrentou uma multiplicidade de contingências e oposições na sociedade chilena.

Desse modo, podem ser encontrados resultados notáveis em relação a redistribuição de terras, direitos trabalhistas e participação ativa do campesinato, assim como dificuldades igualmente relevantes em garantir a produção agrícola, o abastecimento e a manutenção dos preços. É possível dividir a reforma agrária em três momentos distintos que envolvem a primeira lei de reforma agrária em 1962, a segunda lei de 1967 e seus dispositivos⁴ e o que convencionamos chamar de “aprofundamento” da reforma agrária a partir do início do governo Allende, já ao final de 1970.

A realização da reforma agrária respondia à necessidade de acelerar a modernização capitalista, já em curso, de acordo com Robles (2009), Robles e Kay (2018) e Bellisario (2009), e pôr fim ao centenário sistema hacendal. A “declaração de guerra” à hacienda, no entanto, não ameaçava necessariamente o poder exercido pelos proprietários, este constituía-se não apenas pela propriedade da terra, mas pelo controle imposto à força de trabalho e ao Estado chileno. Posto nos seguintes termos, a mera redistribuição de terras tinha pouco potencial de alterar as relações sociais e de poder na sociedade rural. Em primeiro lugar porque os grandes proprietários, especialmente o empresariado agrícola agrupado na SNA, vislumbravam boas perspectivas com uma alteração na estrutura agrária que diminuísse o tamanho médio dos imóveis rurais, e em

⁴ Embora a lei 16.640, promulgada em julho de 1967, tenha ficado conhecida como a lei de reforma agrária por estabelecer todos os dispositivos jurídico-institucionais em relação à expropriação e formação da área reformada, ela fazia parte de uma iniciativa legislativa promovida pelo PDC naquele ano. Em janeiro foi promulgada a lei 16.615, reforma constitucional que flexibilizava o direito de propriedade no campo, elemento essencial para garantir as expropriações durante a reforma agrária, e em abril foi promulgada a lei 16.625 que estabelecia os critérios para sindicalização camponesa.

segundo lugar porque a opinião predominante entre os dirigentes agrícolas era de que poderiam ter também o controle do processo de reforma agrária.

Como se sabe, no Chile, a reforma agrária não foi consequência de um processo revolucionário prévio, mas de uma acumulação lenta de forças políticas que encontraram as condições para institucionalizá-la a partir da década de 1960. Ainda que tenha sofrido uma formidável aceleração durante o período de transição socialista liderado por Allende, ela era um processo em curso desde 1962 com objetivos, meios e motivações distintas entre os governos que se revezaram na presidência entre 1958 e 1973 e deram impulso a seus respectivos projetos.

É necessário levar isso em consideração de modo a estabelecer o sentido da reforma agrária, e só é possível estabelecê-lo ao caracterizá-la, e por sua vez só é possível caracterizá-la para além de tipologias generalistas se identificarmos os setores sociais que estiveram implicados no processo político no qual a reforma agrária esteve inserida. Isto é, como não se trata de um fenômeno autônomo e nem está apartada das tensões sociais inerentes a qualquer processo de transformação, trata-se de um processo em disputa desde o seu primeiro momento, dos objetivos traçados ao modo de realizar as expropriações, passando pela intensidade da reorganização da estrutura agrária e o estabelecimento de novas formas de propriedade.

A reforma agrária como a concebemos neste trabalho é o processo no qual e pelo qual se mobilizaram classes sociais antagônicas para realizarem, a seu modo, seus objetivos de transformação ou de conservação. É antes a resultante de todos os avanços, recuos, intermitências, consensos, imposições e rearticulações que envolveram a disputa pelo controle do próprio Estado a partir da sociedade rural. Por esse motivo, o presente trabalho busca apreender sob a perspectiva das transformações no campo chileno as formas pelas quais as classes sociais afirmaram-se no curso da reforma agrária. Assim, a mera possibilidade de reconfiguração do Estado sob a composição de novas formas de hegemonia constituiu aspecto determinante nos meios de atuação e intervenção política, não só, mas principalmente entre as classes subalternas, pois ao assumirem protagonismo, punham em questão não apenas a estrutura agrária, mas o poder e as relações sociais que a sustentavam.

Se é fato que a questão da propriedade esteve no centro de inúmeros enfrentamentos no campo, e que a reforma foi mais um elemento de tensão na histórica relação entre patrões/proprietários e empregados/camponeses, é preciso ressaltar que na sua dimensão oficial, legal e modernizadora ela não se configurou como o principal elemento perturbador da ordem, pelo contrário, em suas origens ela foi amigavelmente discutida com grêmios empresariais antes de se transformar em lei, ainda que a influência destes sobre ela tenha sido menor que o esperado pelo setor empresarial.

Era muito mais perigoso para as classes dominantes a contestação aos direitos de propriedade a partir de formas coletivas de organização e ao que Brian Loveman (1976) chamou de “autoridade proprietária”, fazendo emergir um protagonismo camponês que assumiu uma forma classista fundada na experiência da formulação e enfrentamento de interesses de classe que envolvia tanto a sociabilidade camponesa quanto as formas institucionais criadas a partir do Estado, isto é, a expressão legislativa da reforma agrária não inventou o campesinato, mas novos canais que permitiram a criação e o reconhecimento das suas organizações, fossem sindicatos, cooperativas ou grêmios. Longe de facilitar o controle sobre essas organizações, esse processo abriu uma plêiade de possibilidades de atuação política, por vezes contraditórias.

Essa situação obrigou os latifundiários e o empresariado rural chileno a reformular seus modos de atuação para decompor o caráter de classe assumido pelas expressões políticas do campesinato como sujeito coletivo. Embora a SNA fosse o maior e mais estabelecido grêmio patronal do país e suas gerações de dirigentes já tivessem passado por momentos de instabilidade política, a conjuntura da década de 1960 impunha contingências de novo tipo à hegemonia da instituição.

Em primeiro lugar, os principais partidos representantes dos setores empresariais e suas frações oligárquicas experimentavam o ocaso, dificultando a interlocução e a capacidade de lobby sobre o legislativo. Em segundo lugar, a “questão agrária” começava a ultrapassar os limites dos debates intelectuais, a mobilização fragmentada da militância de esquerda e de explosões de revoltas no meio rural. O fenômeno político e eleitoral representado pelo *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) com a eleição do presidente Eduardo Frei em 1964 e o número expressivo de representantes no legislativo obtido na eleição seguinte punham a reforma no centro daquele projeto político.

O que definimos neste trabalho como a dimensão legislativa da reforma agrária foi estabelecida no governo Frei permanecendo sua essência inalterada no governo posterior, apesar das tentativas do entorno de Allende. Em relação à legislação do campo, o horizonte socialista da *Unidad Popular* (UP) mantinha suas bases assentadas numa premissa modernizante e fundamentalmente capitalista que nos momentos-chave do desenvolvimento do novo governo converteram-se em âncora para as transformações e não bases para sua superação.

Sabemos, as leis não se impõem por si, realizam-se na capacidade do Estado de manter os consensos estabelecidos no congresso, e, quando necessário, exercer a coerção para que sejam cumpridas. As dificuldades de aprofundar o processo de reforma agrária pela UP se dava menos pelo estabelecimento da legislação de reforma agrária a partir de 1967 do que pela ação política da ampla coalizão opositora que emergiu ao final de 1971, mas que começou a se formar na segunda metade da década de 1960, englobando o que a historiadora Verónica Valdivia (2008) definiu como a nova direita chilena, com ímpeto renovado sob a ideologia gremialista, a “linha de massa” da burguesia, como caracterizada por Armand Mattelart (1976).

Assim, a questão agrária no Chile tem sido abordada sob formas e enfoques diversos que passam desde o exame de questões econômicas a transformações estruturais na produção sob uma perspectiva histórica. Boa parte da produção mais relevante da década de 1970 foi motivada tanto pelo envolvimento dos autores com a reforma agrária ou pelas questões de pesquisa suscitadas pelas transformações pelas quais o país passava desde as décadas anteriores.

Robert Kaufman, em estudo publicado em 1972 e intitulado *The Politics of Land Reform in Chile, 1950-1970. Public Policy, Political Institutions and Social Change*, pesquisou a emergência das discussões sobre reforma agrária e seus impactos em diferentes grupos sociais, enquanto autores como Arnold Bauer (1971, 1994), Cristóbal Kay (1976, 1977), Barraclough e Fernandez (1974), Jose Bengoa (1983, 2015, 2016) dedicaram-se ao estudo sistemático da questão agrária e da sociedade rural chilena e suas transformações.

Bauer deu inúmeras contribuições sobre as mudanças no sistema hacendal dos séculos XVII e XIX, Barraclough destacou-se como pesquisador e formulador de

políticas de reforma agrária, parte importante de sua produção consistiu em avaliar e sistematizar os resultados e os impactos das mesmas. No caso chileno, produziu juntamente a Jose Antonio Fernandez o *Diagnóstico de la reforma agraria chilena*, dedicado a analisar todos os aspectos da reforma agrária do governo Allende.

Kay e Bengoa são ainda hoje dois dos mais prolíficos autores sobre temas agrários no Chile, que, guardadas as muitas distinções entre ambos, perpassam desde os impactos da reforma agrária a transformações no mundo do trabalho na sociedade rural. Ainda em 1976, Brian Loveman, em *Struggle in the Countryside: Politics and Rural Labour in Chile, 1919-73*, traçava as origens e a trajetória do conflito político agrário no Chile desde o início do século XX, em estudo que se tornou referência fundamental sobre o tema.

Mesmo quando os temas agrários não constituíram o núcleo das análises, autores como Ricardo Yocelvezky (1985, 1987), Stefan de Vylder (1976) e Julio Faúndez (1988) aportaram relevantes contribuições sobre a importância do setor agrícola e seu lugar no projeto democrata-cristão, a dificuldade de organizar o setor reformado e viabilizá-lo economicamente durante o governo de Salvador e Allende e as contradições dentro dos partidos da Unidad Popular sobre as instâncias de representação do campesinato, respectivamente. A temática não é nova, mas sua recuperação tem possibilitado a emergência de novas abordagens e novos estudos.

Heidi Tinsman é autora de um estudo pioneiro ao articular questões de gênero e sexualidade na sociedade rural. *Partners in Conflict - The Politics of Gender, Sexuality, and Labor in the Chilean Agrarian Reform, 1950–1973*, cuja primeira edição é de 2002, aborda a participação feminina e suas contradições durante o processo de reforma agrária. Outra obra cujo destaque se faz necessário pela originalidade é o estudo levado a cabo por Martín Correa, Raúl Molina e Nancy Yáñez sob o título *La Reforma Agraria y las tierras mapuches, Chile 1962-1975*, no qual os autores procuraram investigar a trajetória das terras na região da Araucanía, área de histórica ocupação mapuche.

Mais recentemente Santana (2006) tem se dedicado aos novos delineamentos da agricultura chilena no século XX, Robles (2009), Bellisario (2009) e também Robles e Kay (2018) têm contribuído para o debate sobre a modernização agrícola e as implicações do capitalismo agrário, enquanto Avendaño (2017) e Avendaño e Escudero

(2016) têm trabalhado sobre a questão agrária sob a perspectiva da representação política de grupos de interesses e organizações de classe.

De nossa parte, definimos como problema de pesquisa as disputas em torno do processo de reforma agrária. Consideramos que o processo que se iniciou timidamente em 1962, tomou sua forma em 1967 e aprofundou-se em 1970 envolveu uma série de contradições e opôs distintos sujeitos coletivos cuja relação com a reforma agrária caracterizou-se pela complexidade e pela contradição muito mais do que pela simples adesão, resistência ou negação.

Sob a hipótese de que no caso chileno as classes sociais e suas organizações de representação ao mobilizarem-se no curso da reforma agrária, entendida como um processo histórico, para moldá-la à sua maneira e dirigi-la, estavam disputando o controle do próprio Estado, procuramos argumentar que a única resolução possível foi o estabelecimento de um novo projeto, uma nova hegemonia em sentido gramsciano, imposto ao conjunto da sociedade chilena.

Assim, a luta pela reforma agrária extrapolava o próprio processo em curso, e a reforma agrária não se restringia à legislação agrária, sendo seus desdobramentos entre os distintos grupos sociais objeto de interesse da presente tese. Se há relativo consenso de que ela representou uma ruptura com a estrutura agrária e o sistema de *haciendas*, foi também, assim sustentamos, uma ruptura com os modos de atuação e mobilização das classes subalternas e dominantes no campo, pois introduziu novas formas de representação e possibilitou que novos sujeitos coletivos pudessem emergir a despeito da modernização capitalista implementada pelo PDC. Não por acaso o impasse se acirrou durante a via chilena ao socialismo e seu projeto de transição, uma vez que a negociação direta com elementos do governo cultivada ao longo da existência da SNA estava inviabilizada.

Institucionalizada a partir do governo Frei, as disputas em torno da reforma agrária adquiriram cada vez mais relevância ao refletir o conflito a nível nacional expresso entre a burguesia e as classes populares. Ainda que possa parecer uma constatação trivial numa sociedade capitalista contemporânea, pensamos que há alguns pormenores que nos levam a indagações que julgamos dignas de investigação, como por exemplo por quais razões o empresariado rural, e mais especificamente a SNA, se

mobilizava e por quais meios? Como passaram da defesa corporativa de interesses e privilégios de classe para a construção/adesão de/a um projeto nacional? De que maneira puseram sua estrutura material – seu aparato – a serviço da criação e da difusão de ideologias contrárias à reforma agrária? Por outro lado, como o campesinato se relacionou com a reforma agrária, os distintos governos e os setores empresariais?

Para tentar responder a essas indagações e formular novas a partir do enfrentamento dessas questões, optamos por uma abordagem que volta suas atenções para a ação, as ideologias e os projetos políticos que se constituíram e se organizaram durante o processo de reforma agrária e não permaneceram, como tentamos demonstrar, restritos a ele. É possível afirmar, portanto, que desenvolvemos uma análise predominantemente política ou que se utiliza dos principais recursos da história política, como observado pelo historiador francês René Remond:

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. (REMOND, 2003 p.444)

Consideramos fundamental a compreensão das expressões políticas das classes sociais e suas organizações, isto é, a partir de seu exercício coletivo na disputa pelo poder. Não assumimos, portanto, um enfoque institucional muito embora ele esteja presente ao longo de nosso trabalho, até pela natureza de nossas fontes. Essa característica é antes uma complexidade a mais a ser trabalhada do que uma determinação direta sobre o objeto de pesquisa. Dessa forma o próprio processo histórico ao qual nos dedicamos é também um processo político que não acontece de forma autônoma e carrega os seres humanos para determinado ponto de chegada, é a forma como esses seres humanos assumiram determinadas lutas em um contexto

particular. Sobre as imbricações entre os âmbitos político e econômico a historiadora Ellen Meiksins Wood afirmava:

Assim, as lutas no plano da produção, mesmo quando encaradas pelos seus aspectos econômicos como lutas em torno dos termos de venda da força de trabalho ou das condições de trabalho, permanecem incompletas, pois não se estendem até a sede do poder sobre a qual se apoia a propriedade capitalista, que detém o controle da produção e da apropriação. Ao mesmo tempo, batalhas puramente “políticas” em torno do poder de governar e dominar continuarão sem solução enquanto não implicarem, além das instituições do Estado, os poderes políticos que foram privatizados e transferidos para a esfera econômica. Nesse sentido, a própria diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo – a divisão simbiótica de trabalho entre classe e Estado – é precisamente o que torna essencial a unidade das lutas econômicas e políticas, e o que é capaz de tornar sinônimos socialismo e democracia. (WOOD, 2011 p. 49)

Desse modo, a percepção de que o presente trabalho está predominantemente inserido no universo da história política justifica-se pela construção do nosso objeto e também pelo nosso conjunto de fontes, ainda que nenhum conjunto de fontes seja exclusivo de uma determinada abordagem histórica, como bem observou Marc Bloch (2002). Em nosso caso utilizamos documentos produzidos por atores políticos, sejam eles partidos, grêmios, sindicatos ou órgãos de governo. Estes são de dois tipos, panfletos e documentos internos ou periódicos editados com a finalidade de defender certos pontos de vista, difundir ideologias e mobilizar o público-alvo. Representam, portanto, conjuntos de fontes carregados de intencionalidades cujo objetivo vai muito além da mera informação.

Há ainda um amplo conjunto de registros institucionais composto pelas leis e os debates parlamentares entre os representantes das distintas legislaturas entre 1965 e 1973 na câmara e no senado. Neste caso, há certamente o objetivo de manter o registro para a posteridade, entretanto, as atas e diários de sessões estavam sujeitas a acréscimos

e omissões, por vezes pela própria dinâmica das sessões e a definição do que era “aceitável” registrar nelas⁵.

Assim, o material de que dispomos nos permite identificar e localizar as linhas gerais dos discursos políticos neles expressos de modo a compreendê-los a partir de sua aproximação ou distanciamento da reforma agrária. Permite-nos ainda estabelecer como se deu a disputa pela reforma agrária associada ao processo político chileno, como os setores afetados manobraram para resistir, como as contradições entre o governo e os beneficiados pela reforma se materializaram e como a conjuntura que possibilitou o início de um processo reformador se deteriorou de tal sorte a culminar num golpe de Estado quando aparentemente se avançava rumo ao socialismo.

Com o objetivo de tentar responder às questões delineadas até aqui, estruturamos a presente tese em quatro capítulos, além das considerações ao final. A estrutura visa apresentar o contexto da emergência da reforma agrária, expor as principais linhas de interpretação acerca da questão agrária no Chile, discutir as iniciativas dos distintos governos evidenciando a participação dos setores populares e das organizações empresariais e caracterizar a particularidade que essa participação assumiu.

No primeiro capítulo procuramos relacionar o subdesenvolvimento e a questão agrária no Chile a partir das raízes históricas da formação do sistema de haciendas ainda durante o período colonial. Em seguida apresentamos algumas contribuições que a historiografia tem aportado nos últimos anos sobre a transição a partir da primeira metade do século XX de um sistema de haciendas para um capitalismo agrário fundado principalmente na proletarização da força de trabalho, modernização técnica e maior concentração de poder político nos proprietários.

Ainda no primeiro capítulo passamos a discutir o reformismo da década de 1960 e suas relações, seus porta-vozes e as condições que possibilitaram que a reforma agrária se tornasse um objetivo a ser alcançado no sentido de promover melhores condições de vida para a população rural e democratizar a propriedade. Procuramos considerar tanto os fatores externos quanto internos que se faziam presentes no contexto de Guerra Fria e de disputas internacionais na América Latina. Assim, destacamos

⁵ Por exemplo, o presidente de determinada sessão poderia decidir excluir dos registros algum trecho de uma manifestação de um deputado ou senador que tenha sido considerado ofensivo pelos colegas.

desde as pressões de agências e acordos internacionais como a Aliança para o Progresso como a reconfiguração política no Chile cujo reflexo mais notável se dava sobre o sistema partidário nacional.

Foi durante a década de 1960 que a Democracia Cristã se consolidou como um partido com força política proporcionada pela representação legislativa e base social ampla no país, principalmente nas zonas rurais, o que tornou possível a formulação e execução de um projeto que envolvia grandes reformas sociais e econômicas e a atuação direta do Estado na promoção do desenvolvimento e no impulso à indústria nacional. Paralelamente, os partidos tradicionais representantes preferências de setores oligárquicos experimentavam a obsolescência tanto pela multiplicidade de laços mantida pela burguesia chilena que concentrava os principais setores da economia, quanto pelo aumento da relevância de forças de esquerda como os partidos que compunham a *Frente de Acción Popular* (FRAP), situação que permitiu a emergência de uma nova direita no país.

No segundo capítulo abordamos a concepção da reforma agrária dentro do PDC e as linhas gerais defendidas pelos quadros do partido. Para além do aparente consenso sobre a matéria, procuramos identificar as principais divergências entre a linha oficialista e a não-oficialista durante o governo Frei. Adiante, passamos a caracterizar o que chamamos de via institucional da reforma agrária, marca predominante durante o período do governo democrata-cristão. Caracterizada pela lenta construção de um amplo consenso para acomodar contradições de classe inerentes à discussão e execução do projeto, o tamanho da representação do partido do governo no legislativo mantinha na esfera estatal a prerrogativa de mediação de conflitos surgidos durante o processo de reforma agrária.

Em seguida, discutimos a ascensão do governo da UP e a reforma agrária sob a via chilena ao socialismo. Estabelecemos uma distinção básica entre os dois períodos uma vez que apesar da tentativa de aprofundá-la, o governo de Allende viu suas principais iniciativas legislativas serem bloqueadas. Desse modo, procuramos discutir o deslocamento da atuação política da esfera institucional para os setores populares afetados pela reforma. Argumentamos que a constituição de sujeitos coletivos durante o processo de reforma agrária não se converteu automaticamente nem necessariamente em

apoio, mas em formas próprias de atuação que compuseram o mosaico de dificuldades enfrentado pela UP.

Dedicamos o terceiro capítulo à análise das bases ideológicas da resistência à reforma agrária a partir da trajetória da SNA, principal grêmio do país, e sua relação com a sociedade rural. Procuramos caracterizá-la como um aparelho hegemônico, uma organização privada da sociedade civil na qual as distintas frações de classe procuram exercer influência e impor seus interesses ao conjunto da sociedade, isto é, funciona como um instrumento de classe das frações hegemônicas das classes dominantes no campo.

Discorremos sobre a adaptação operada pelo grêmio de dentro para fora, desde sua reorganização administrativa até o ajuste da linha de atuação perante o governo de turno. Procuramos sustentar que a passagem de uma linha gremial-corporativa para uma linha gremial-doutrinária e anticomunista deveu-se à perda de seus interlocutores preferenciais no poder legislativo, o que impossibilitou uma maior influência da organização sobre a reforma agrária e, principalmente, sobre os sindicatos e as organizações camponesas. Além disso, foi notável a abertura da instituição para teses gremialistas e a percepção cada vez maior de que era necessário investir na formação de quadros e na mobilização de suas bases.

Dessa forma, demonstramos que o trânsito e as conexões estabelecidas entre os dirigentes da SNA e de outros grêmios empresariais com grupos e políticos de oposição a Allende possibilitaram pioneiramente um movimento de aproximação dos grêmios do campo sob a liderança da SNA, que nomeamos para efeito de identificação como bloco grêmio-empresarial rural. Constituído informalmente para fortalecer as entidades agrícolas frente ao governo da UP, o bloco se somaria à ampla oposição gremial que lançou as bases do golpe de Estado.

Por fim, no quarto capítulo caracterizamos o que entendemos como um cerco gremial contra o governo e o projeto da via chilena ao socialismo. Em nossa perspectiva, o movimento concertado no país liderado pelos grêmios empresariais estabeleceu um cerco a partir do *paro* de outubro de 1972 no qual estava esboçado um redesenho completo do Estado chileno e suas atribuições. A capacidade do movimento civil de obter recursos estrangeiros e agregar nesse projeto tanto as Forças Armadas

quanto grande parte da oposição parlamentar não foi capaz de impor uma derrota eleitoral à coalizão governista nas eleições parlamentares de março de 1973. Inviabilizada a destituição de Allende pelo rito constitucional, o cerco manteve-se até logr -la pela via do golpe de Estado. A partir das movimentações do bloco grêmio-empresarial rural procuramos teorizar e compreender a natureza deste movimento e suas implicações.

CAPÍTULO I

SUBDESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA

O enfoque estruturalista do processo de desenvolvimento tenderia a colocar em primeiro plano os problemas agrários, que até recentemente haviam merecido pouca atenção dos economistas, cujo interesse se concentra no estudo da industrialização. Admitia-se, implicitamente, na linha da experiência clássica européia, que o setor industrial, ao expandir-se, acarretaria a transformação do conjunto das estruturas tradicionais. À medida que os obstáculos à industrialização se acumularam e que esta mostrou-se menos eficaz do que se havia esperado como fator de transformação das estruturas tradicionais, todo um horizonte de novas preocupações se abriu.

Celso Furtado⁶

Apresentamos neste capítulo algumas discussões a respeito do subdesenvolvimento latino-americano. Consideramos de fundamental importância o estabelecimento das linhas gerais que permearam o pensamento latino-americano sobre o próprio continente. Os intelectuais reunidos em torno da CEPAL a partir da década de 1950 começaram a trilhar caminhos originais de modo a construir uma compreensão sobre a América Latina, questionando as ideias ortodoxas das teorias do desenvolvimento, ou de estágios de desenvolvimento.

A ideia fundamental é a formulação da ideia de um centro e uma periferia na economia capitalista, no qual o subdesenvolvimento econômico é não um estágio retardatário, mas uma consequência do processo de desenvolvimento das economias centrais.

⁶ FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 p.75

Mesmo diante dessas formulações, uma série de autores vinculados à teoria da dependência, em sua vertente marxista ou não, procurou complementar ou estabelecer críticas ao pensamento cepalino, profundamente influenciado por uma concepção histórico-estrutural, ora buscando levar em consideração as possibilidades conjunturais de atuação política pelas burguesias nacionais, como fazem Cardoso e Faletto (1975), ou negando essa possibilidade postulando a necessidade de uma revolução socialista, como Bamberger (2015) e Marini (2000, 2013).

Desse modo, a partir da exposição das grandes linhas de interpretação sobre o continente, passamos a nos dedicar ao caso concreto da formação histórica do Chile discutindo algumas bases lançadas pela historiografia sobre o processo da formação da estrutura agrária e sua influência sobre a economia e a participação das classes dominantes no poder de Estado. Na mesma seção, discutimos o que autores como Robles e Kay (2018) e Bellisario (2009) chamaram de transição ao capitalismo agrário, processo que envolveu certos níveis de modernização tanto nas propriedades quanto na proletarianização da força de trabalho agrícola.

Por fim, passamos a discutir as razões da reforma agrária procurando contextualizar as pressões pela reforma agrária envolvendo tanto iniciativas internacionais, como a Aliança para o Progresso, como demandas internas de setores populares, partidos políticos e setores empresariais.

Discutimos ainda as mudanças em curso na década de 1960 e a reconfiguração ocorrida na política chilena que proporcionou a ascensão de uma força política representada pela Democracia Cristã atraindo setores diversos vinculados aos antigos partidos oligárquicos, Liberal e Conservador, e fazendo um contraponto à esquerda marxista assumindo o compromisso por reformas e exercendo influência sobre os setores populares.

1.1. Subdesenvolvimento latino-americano: generalizações e particularidades nacionais

O subdesenvolvimento latino-americano tem sido objeto de intensos e longos debates nos mais variados âmbitos acadêmicos e políticos e tem a ver basicamente com

as particularidades da formação econômica e social do continente⁷. Desde a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em 1949, os intelectuais cepalinos dedicaram-se a estudar e buscar soluções para os problemas da região sob uma nova perspectiva.

O período entre-guerras, marcado pela grande depressão, impactou decisivamente as economias primário-exportadoras devido à diminuição dos preços das commodities e o esforço da Europa e EUA para reorientar sua produção à indústria bélica. As concepções sobre desenvolvimento eram, até então, referidas como sinônimo de crescimento econômico, um estágio determinado da economia – mais avançado nos casos das economias desenvolvidas, e menos nas subdesenvolvidas – ou um processo de transformação estrutural global (SUNKEL; PAZ, 1970). Desse modo, impunha-se uma dicotomia baseada no binômio tradicional/moderno, presumindo que todas as sociedades tivessem o mesmo ponto de partida e de chegada, bastando cumprir alguns padrões para alcançar o pleno desenvolvimento (ROXBOROUGH, 1979, p.15).

É a partir do surgimento da CEPAL que é formulada a noção de periferia, condição na qual o continente latino-americano estaria inserido na economia mundial (BIELSCHOWSKI, 2000, p.21). Um dos seus principais economistas, o argentino Raúl Prebisch, apontava em escrito de 1949 que a configuração da divisão internacional do trabalho legava aos países subdesenvolvidos a condição de exportadores de produtos primários para os grandes centros industriais (PREBISCH, 2000, p.71).

Essa especialização tendia a ser uma desvantagem para as economias primário-exportadoras uma vez que as mercadorias, ainda segundo Prebisch, sofreriam com a deterioração dos termos de troca. A análise pioneiramente formulada por Prebisch punha em questão não apenas o desenvolvimento histórico das sociedades latino-americanas, como problematizava a relação de suas respectivas economias com os centros industriais e rechaçava completamente qualquer ideia ou modelo evolucionista⁸. A revolução industrial inglesa iniciada ainda em meados do século XVIII conformou uma nova ordem a nível mundial na qual a Inglaterra e os centros industriais

⁷ As discussões sobre subdesenvolvimento também abrangem estudos e análises sobre a África e partes da Ásia, neste trabalho nos concentramos apenas nas formulações restritas à América Latina.

⁸ Como por exemplo o de Rostow (1961), que estabelecia cinco etapas de desenvolvimento, duramente criticado por Furtado (1979, 143).

estabelecidos posteriormente concentravam as principais inovações técnicas e reorientavam toda a estrutura produtiva para o setor industrial a nível interno e mantinham a periferia do sistema na condição de fornecedora de produtos primários.

Carleial (2010, p.130) observa que o ponto de partida teórico dos intelectuais cepalinos é a crítica à teoria das vantagens comparativas do economista inglês David Ricardo, e, por consequência, também à ideia de que a especialização na produção de produtos primários para o mercado externo pudesse produzir níveis de acumulação e inovação comparáveis aos das economias industriais.

Neste sentido, o empreendimento analítico da CEPAL, embora fundamentalmente econômico, adotava um enfoque histórico-estrutural (BIELSCHOWSKI, 200, 17) no qual a compreensão do processo histórico e das particularidades das diversas formações sociais latino-americanas e o questionamento da ortodoxia econômica eram premissas básicas para a formulação de políticas econômicas para superação do subdesenvolvimento.

Celso Furtado, provavelmente o maior expoente do pensamento cepalino, argumentava que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo (FURTADO, 1979, p. 189), isto é, não se caracteriza como um estágio do desenvolvimento a partir do qual deve-se avançar, pelo contrário, é antes um fenômeno de dominação de natureza política e cultural (FURTADO, 1979, p. 199).

Crítico das referidas concepções de desenvolvimento, Furtado considerava necessário compreender os processos históricos que constituíram a economia latino-americana de modo a intervir politicamente e reformar as bases que sustentam o subdesenvolvimento. Isso significava atuar politicamente no sentido de contrariar as estruturas de dominação do centro do sistema capitalista, garantindo a soberania das economias periféricas e diminuindo a dependência externa, o que nos primórdios da CEPAL e durante as décadas de 1950 e 1960 significou o esforço de promover a industrialização dos países subdesenvolvidos por meio da substituição de importações.

Em termos gerais, buscava-se aumentar a demanda por manufaturas e bens de consumo normalmente considerados não essenciais, diminuindo a importação e estimulando a produção industrial nacional, que deveria substituir as mercadorias

importadas. Não significava, entretanto, a completa restrição às importações, como observa Tavares:

Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse desideratum. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição. (TAVARES, 2000, p. 228)

Considerando que o setor primário-exportador é o responsável por gerar excedente a ser investido na indústria (FURTADO, 2007, p.286), os limites do processo substitutivo, entendido como um processo de desenvolvimento interno e característico das economias latino-americanas cujo objetivo é ampliar e diversificar a capacidade da produção industrial (TAVARES, 2000, p. 230), estão diretamente relacionados ao potencial do setor primário-exportador.

A partir de meados da década de 1960 intensificaram-se as discussões sobre o caráter dependente das economias latino-americanas, bem como avaliações críticas das análises e das políticas inspiradas nas formulações dos intelectuais da CEPAL. Cardoso e Faletto (1975) sustentavam que o controle nacional sobre o sistema exportador ou o estabelecimento de enclaves eram determinantes nas formas que o desenvolvimento poderia assumir nas sociedades dependentes.

No primeiro caso haveria uma autonomia relativa em relação à política econômica a partir de estímulos externos, isto é, caberia à burguesia nacional aproveitá-los, no plano internacional utilizando o capital externo, e no plano nacional recompondo e transformando seus vínculos com os setores oligárquicos e tradicionais. No segundo caso, os enclaves representavam um prolongamento das economias centrais que não mantinha nenhuma relação com a economia local e cujos investimentos dependiam

fundamentalmente do exterior (CARDOSO; FALETTO, 1975, p.51). Sobre a formulação dos autores, Carleial observa:

Nesse sentido, os fatores político-sociais internos podem vir a produzir políticas que tirem partido de oportunidades ou novas possibilidades de crescimento econômico. Neste caso, estabelecem-se disputas entre grupos internos, relutando em abrir mão do poder para “novos” grupos, como na passagem da condição de economia primário-exportadora para outra de base industrial. Essa correlação de forças é atingida em decorrência do vigor das mudanças em curso e que são determinadas pelo padrão de relação nacional/internacional prevalecente até então. Desse modo, a relação entre grupos internos e grupos externos rearticula-se antes e durante os processos de mudança. Logo, fica mais uma vez evidente a impossibilidade de análises meramente econômicas na busca da compreensão para situações de dependência. (CARLEIAL, 2010 p.138)

Como é possível demonstrar, a ideia de uma relação centro-periferia organizada a partir da integração por meio de comércio internacional e os consequentes laços de dependência estavam presentes em quase todas as interpretações acerca das razões do subdesenvolvimento do continente latino-americano, desde a constituição da CEPAL aos teóricos da dependência.

Os segundos, entretanto, dividiam-se basicamente em duas tendências entre as quais a representada pelo ensaio Dependência e Desenvolvimento na América Latina, de Cardoso e Faletto, e a outra, crítica da primeira, que ficou conhecida como teoria marxista da dependência. As implicações políticas destas tendências na década de 1960 opunham, a despeito dos muitos pontos de contato, segundo a distinção de Kay (2011 p.127), reformistas e marxistas respectivamente.

A teoria marxista da dependência escorou-se no desenvolvimento das teses lançadas por Andre Gunder Frank em seu livro *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*, lançado originalmente em 1965 (WASSERMAN, 2017 p.118). Na obra, Gunder Frank teorizava sobre as condições de integração ao sistema capitalista mundial a partir de dois casos distintos, Chile e Brasil.

O autor rejeitava a ideia segundo a qual, em determinadas circunstâncias, como postulavam Cardoso e Faletto, era possível que burguesia nacional pudesse determinar de forma relativamente autônoma os rumos do desenvolvimento, bem como as ideias da CEPAL sobre o desenvolvimento “para fora” – vinculado ao setor primário-exportador – e desenvolvimento “para dentro” – associado à diversificação produtiva do setor industrial e a constituição de um mercado interno.

O núcleo da teorização de Gunder Frank era o que ele chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ideia segundo a qual a metrópole expropria o excedente econômico produzido nos satélites gerando desenvolvimento na metrópole e restringindo às economias satélites o acesso ao excedente econômico produzido nessas mesmas economias, nas palavras de Frank: “desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento são faces opostas da mesma moeda” (GUNDER FRANK, 1969 p. 9).

Em linhas gerais, esta interpretação entendia o atraso dos países subdesenvolvidos – como o Chile – como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial, e condição do desenvolvimento das grandes potências mundiais (BAMBIRRA, 2015). A conclusão é que não seria possível superar os dilemas do subdesenvolvimento latino-americano sem romper com as relações de dependência com o centro capitalista. Havia tanto implicações teóricas quanto políticas nesta formulação: a primeira é que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento das economias periféricas, mas historicamente produzido pelo desenvolvimento do centro capitalista.

A segunda, é que essa superação não poderia acontecer sem a superação do sistema capitalista em escala mundial⁹. Há inegável contribuição da teoria marxista da dependência para a crítica da economia política latino-americana que a precedeu e a abordagem original que seus principais formuladores operaram a partir dos escritos de Marx. Há limites de investigação claros, entretanto. São discutíveis inúmeras determinações infraestruturais assumidas pelos teóricos marxistas da dependência, bem

⁹ Os desdobramentos lógicos dessas duas premissas eram que o sistema capitalista deveria ser combatido e superado pela via revolucionária, inspirando diversos movimentos no continente, para isso, privilegiaram a atuação política extra institucional, mobilizando setores populares e formando guerrilhas.

como a longa duração de um sistema capitalista mundial iniciada no século XVI, aludida por Gunder Frank (1969), autor da obra em que destacamos o seguinte trecho:

Can we maintain that from the point of view of Chile the Essentials of that structure, of the capitalist system, have changed since the end of the century? No. My view is that Chile remains part of the same capitalist system with the same fundamental contradictions of polarization and surplus appropriation. What has changed in the twentieth century is that Chile is now more underdeveloped, more dependent and becoming still more underdeveloped (GUNDER FRANK, 1969, p. 96-97).

A passagem resulta problemática principalmente pela falta de sustentação empírica sobre a realidade chilena nos séculos XIX e XX o que impede maiores aproximações do autor. Ainda que estruturalmente tenha se mantido sob as condições de subdesenvolvimento, algumas transformações estiveram em curso no Chile durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, e, em relação ao campo, elas nos parecem consideráveis. Na mesma obra o autor aponta que ainda na década de 1870 há uma notável modernização da agricultura na zona central, propiciada pela aquisição de terras por empresários da indústria mineira, em sua quase totalidade sob controle estrangeiro, e pela expansão dos mercados da agricultura chilena no exterior, especialmente o trigo.

No esteio das formulações de Gunder Frank (1969), Marini (2000, 2013) e Santos (2020) destacavam o papel do imperialismo – entendido como superação da fase de livre concorrência pela fase monopolista do capitalismo na formulação de Lênin (2010) – na consolidação da hegemonia dos Estados Unidos após a segunda guerra e a formação de conglomerados multinacionais a exercer cada vez mais controle sobre a produção e condicionar as economias periféricas:

A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação. (MARINI, 2013 p.53)

No mesmo sentido, ao caracterizar e estabelecer uma tipologia das economias periféricas, Vânia Bambirra define a dependência como uma “situação condicionante” na qual o sentido da industrialização é reorientado externamente – pelo centro capitalista – no caso dos países onde o processo já havia iniciado, ou é o próprio impulso no caso dos países que ainda não haviam iniciado o processo de industrialização (BAMBIRRA, 2015 p.33).

A importância da teoria marxista da dependência na análise do subdesenvolvimento latino-americano é dupla, seu empreendimento é teoricamente original e politicamente comprometido com a revolução, única via de superação da dependência. Era também uma crítica à tese da existência de uma economia feudal ou semi-feudal na América Latina, compartilhada por muitos partidos comunistas do continente e seus intelectuais orgânicos.

Apesar das pretensões de totalidade, a motivação do debate era fundamentalmente uma questão de economia política que buscava investigar as origens e as formas do subdesenvolvimento. Nesse sentido, alguns lapsos ficam claros seja por falta de empiria, seja por uma compreensão estreita dos processos históricos. Uma das principais críticas dirigidas a Gunder Frank e que poderia ser estendida aos outros teóricos marxistas da dependência é a concepção de que a expansão comercial europeia do século XVI e os processos de colonização eram um empreendimento capitalista.

A tentativa de superar formulações dualistas levou a exacerbação desse entendimento e deslocou o foco da análise para a esfera da circulação. No caso chileno, Luis Vitale (2011) é quem mais claramente aporta uma derivação das teses de Gunder Frank dentro da historiografia marxista em oposição a Jobet (1951) e também a Necochea (1967). Para Vitale, apesar da metrópole espanhola ter implantado algumas instituições de origem feudal na colônia, suas atribuições eram distintas e atendiam às necessidades do processo de colonização.

Nesse sentido, Laclau dirigia críticas tanto a Gunder Frank quanto aos defensores da tese do feudalismo na América Latina, e se apoiava em duas premissas simples: a acumulação de capital comercial seria, para Marx, segundo Laclau, perfeitamente compatível com diversos modos de produção, o que não configuraria o capitalismo, e na ausência de força de trabalho a ser vendida pelo trabalhador livre

(LACLAU, 1975 p.42). Diante das controvérsias e da dificuldade de construir teorizações gerais que dessem conta de explicar a complexidade do continente, Cardoso (1975 p.69) propõe a hipótese de modos de produção dependentes para classificar os distintos modos de produção coloniais.

Como quisemos demonstrar, as questões ensejadas pelo subdesenvolvimento latino-americano envolvem tanto as iniciativas de superar a condição periférica no século XX como a determinação da origem do processo histórico que forjou as estruturas subdesenvolvidas, suas relações com a metrópole e que tipos de relações sociais foram inauguradas na colônia. Os empreendimentos analíticos gerais necessitam de uma maior aproximação com o objeto e também com outras disciplinas, dessa forma, buscaremos a partir deste ponto caracterizar a estrutura agrária chilena.

1.2. Do sistema de *haciendas* à consolidação do capitalismo agrário

A estrutura agrária que prevaleceu no Chile tem as suas origens nos primórdios da colonização ainda no século XVI, e a compreensão da sua constituição, a dinâmica populacional, a violência, a dominação e progressiva expropriação e expulsão da população nativa, bem como o surgimento de uma ordem oligárquica, passa necessariamente pela compreensão das formas de exercício do poder político e da capacidade de submeter a população nativa nos primeiros séculos da colonização, e seus descendentes nos posteriores.

Aproximadamente um século após iniciada a colonização ainda não havia um regime claro de propriedade (BENGOA, 2015 p.55), a Coroa espanhola concedia mercês de terras aos colonos desde o século XVI, e os assentamentos permanentes começaram a se estabelecer na região central no vale fértil entre os rios Maipo e Mapocho (BAUER, 1994 p.23).

É na região central ao norte do rio Bío-Bío e ao sul do rio Choapa que se formaram as maiores haciendas e o núcleo fundamental da estrutura agrária chilena que, não sem transformações importantes, restaria até a segunda metade do século XX. É possível afirmar que no campo a ordem político-social se estrutura na zona central do território e o poder concentra-se nos hacendados. De fato, a influência dos proprietários de terra estendeu-se do período colonial até o republicano.

O sistema hacendal latino-americano pode ser compreendido como o desdobramento de duas instituições coloniais que tinham funções distintas e complementares durante a colonização: a encomienda¹⁰ e a concessão de mercês¹¹ de terras (KAY, 1980 p.41). No Chile, a hacienda representou um sistema produtivo e um sistema social em torno dos quais se organizaram progressivamente todas as relações sociais no campo, enquanto marginalizava a população nativa da zona central e dos arredores de Santiago.

Originalmente destinadas à pecuária, foram incorporando ao longo do tempo a atividade agrícola como resposta a demandas externas. No final do século XVII ocorreu o primeiro ciclo de exportação de trigo, cujo destino era basicamente o Peru. Ainda assim, apesar de consolidar áreas exportadoras principalmente na zona central, a maior parte das terras continuava dedicada ao pastoreio, já que tanto a demanda externa como interna eram facilmente supridas dedicando pequena parte das terras ao cultivo (BENGOA, 2015 p.74).

É a partir do século XVIII que começam a ser forjadas as características do sistema de haciendas que predominariam a partir de então. Isso ocorreu devido ao aumento do mercado agrícola, especialmente em relação ao comércio de trigo, à estratificação social devido a consolidação do latifúndio, a intensa imigração espanhola, particularmente aqueles imigrantes oriundos de Navarra e províncias bascas (BAUER, 1994 p.35), a expulsão progressiva dos indígenas da zona central e uma série de transformações estruturais, observa Bauer:

A lo largo del siglo dieciocho, entonces, progresivamente se abolió la coerción legal, pero se mantuvo la presión informal sobre los trabajadores rurales. Muy pocos indios fueron hechos esclavos después de 1700, se liberó a la mayoría de los esclavos africanos a fines del siglo dieciocho, y la encomienda fue finalmente proscrita en 1791. (BAUER, 1994 p.34)

¹⁰ Instituição que concedia o direito aos colonizadores de explorar a força de trabalho da população indígena nativa, que deveria prestar serviços e pagar tributos ao encomendero. Não constituía direito de propriedade sobre a terra (BORDE; GÓNGORA, 1956 p.29), mas a direito de impor uma autoridade senhorial sobre as populações indígenas. Salazar (1989 p.26) considera que era um sistema de trabalho de uma elite privilegiada, e não era dominante no período colonial.

¹¹ Concessões de terra normalmente em retribuição por serviço militar.

O modelo tradicional de hacienda até a primeira metade do século XIX era caracterizado por uma grande extensão de terra autossuficiente em produtos agrícolas e com apenas um pequeno excedente comercializável (KAY, 1980 p.66). Isso se dava pela falta de incentivo ao aumento da produtividade, e, como consequência, a falta de capitais para investir em melhorias. Isso ocorria, pois, o investimento na agricultura era permeado por riscos, uma má colheita poderia endividar o proprietário de forma irreversível e, no caso do Chile, a exceção dos ciclos exportadores de trigo e grãos, o mercado externo para a produção agrícola¹² era reduzido.

A centralidade que a hacienda possui na formação da sociedade chilena é, como observamos, não apenas econômica, mas também social e política. Integram o sistema no qual ela está inserida propriedades menores (minifúndios) e um campesinato despossuído de terras cujas possibilidades de sobrevivência dependem em grande parte de sua absorção e integração subordinada à hacienda:

O regime latifundiário tem sua origem no fato de que as terras foram inicialmente doadas em grandes quantidades a um número limitado de pessoas, que passaram a controlar, limitar e penalizar o acesso às mesmas. Esse controle se exercia tanto mais facilmente na medida em que as melhores terras eram aquelas que se beneficiavam de economias externas proporcionadas por investimento infra-estruturais realizados pelo governo. Os indivíduos que não dispusessem de recursos financeiros para adquirir terras e não desejassem trabalhar nos latifúndios, ou nestes não encontrassem trabalho, tinham que instalar-se em terras de inferior qualidade ou de localização economicamente desvantajosa, transformando-se, necessariamente, em minifundistas. (FURTADO, 2007 p.130)

Os minifúndios, pelas piores condições de cultivo, inviabilidade econômica devido ao reduzido tamanho e a dificuldade de prover o sustento de uma família inteira,

¹² As duas principais formas de exploração da terra no continente latino-americano foram a hacienda e a plantation. No Chile, como em quase toda a América espanhola, com algumas particularidades regionais, prevaleceu a hacienda, que mantinha uma força de trabalho residente e submetida a obrigações extra econômicas. O inquilino, como era conhecido no Chile, dificilmente recebia pagamento em dinheiro, sendo-lhe garantida a moradia e um pequeno pedaço de terra para subsistência. Na América portuguesa – cujo exemplo mais emblemático é o Brasil – e no Caribe prevaleceu a plantation, grandes extensões de terra com produção especializada e orientada para a exportação com o uso de força de trabalho escravizada proveniente do continente africano através do tráfico atlântico.

não raramente constituíam uma forma marginal e precária de acesso à terra devido a sua interdependência com o latifúndio. Esta interdependência normalmente referida na bibliografia como complexo “latifúndio-minifúndio” (KAY, 1980), (FURTADO, 2007), expressava-se da seguinte forma: o minifundista, submetido a degradantes condições econômicas, é contratado como trabalhador temporário ou arrenda uma parcela de terra na hacienda, devendo, para sobreviver, produzir um excedente econômico do qual não tomava parte, beneficiando outro grupo social.

Dessa forma, constituía uma reserva de força de trabalho a ser recrutada quando necessário, pois apesar de ser proprietário de uma pequena extensão de terra, o minifundista dependia da capacidade da agricultura comercial de absorver a sua força de trabalho.

A relação de trabalho que predominou nas haciendas chilenas até a década de 1930 do século XX foi o que ficou conhecido como *inquilinaje*. A origem do inquilino é o arrendatário que se fixava dentro dos limites da hacienda e recebia uma remuneração de forma mista, parte em salário (normalmente a menor parte), parte em *regalías*, que poderiam ser produtos agrícolas ou o direito de manter animais e uma pequena parcela de terra¹³.

Além das implicações mais claras da consolidação desse sistema de relações e da concentração de terras, a figura do latifundiário – *hacendado* – concentrava poder político suficiente para exercer influência na administração local e eleger representantes a nível nacional, o que se manteve de forma praticamente inalterada até a década de 1950. Embora a constituição do sistema de haciendas expresse para alguns analistas a consolidação de uma agricultura tradicional, arcaica e assentada sobre relações de trabalho igualmente tradicionais, uma série de novas transformações começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX.

O relativo consenso sobre as transformações ocorridas no sistema de haciendas (KAY, 1980), (BAUER, 1994, 1971), (BENGOA, 2015, 2016), (SALAZAR, 1989) (ROBLES, 2009), (ROBLES e KAY, 2018), (LOVEMAN, 1976, 2001) não é o mesmo sobre seus desdobramentos. O que ocorre a partir da segunda metade do século XIX é uma expansão da demanda internacional do trigo chileno, especialmente os mercados da

¹³ Para um maior detalhamento, ver: Guaico (2014), Bauer (1971, 1994), Chonhol (1996), Bengoa (2015) e Loveman (1975).

Austrália e Califórnia, o que aumentou a demanda por força de trabalho e transformou pastos em campos de produção de grãos (BAUER, 1994 p.148).

Associado a isso, ocorreu um processo de modernização que incluiu tanto a construção de ferrovias como canais de irrigação que ajudavam a sustentar a expansão agrícola do século XIX. Iniciava-se ainda a expansão da indústria de mineração no norte do país:

La economía minera creó simultáneamente un mercado para la agricultura, un grupo de ansiosos compradores de propiedades rurales y un proletariado moderno que ideológicamente estaba un siglo por delante de su contraparte campesina, y que terminó por destruir el sistema hacendal que ahora estudiamos. (BAUER, 1994 p.201)

Esse processo teve consequências diretas nas relações de trabalho e na reconfiguração territorial das grandes propriedades. Parte dos capitais comerciais e da mineração foram investidos em terras, o que ocasionou uma mudança também entre os proprietários.

Se no século XVII ocorreu um processo intenso de campesinização que visava absorver parte da força de trabalho livre e submetê-la dentro dos limites da hacienda para compensar o número decrescente de indígenas encomendados, no século XIX ocorre o oposto – descampesinização – associado a um processo geral de proletarização urbano-industrial no qual a força de trabalho não absorvida pela hacienda vive em função dela como trabalhador temporário ou busca ocupação na nascente indústria chilena. Salazar (1989) identifica uma descontinuidade nesses dois processos, criando uma massa de trabalhadores vacantes – *peones* – desprovidos de terras, não plenamente absorvidos pela indústria e disponíveis como força de trabalho a ser recrutada quando necessário.

Arnold Bauer afirma que o ciclo de exportações da segunda metade do século XIX alterou o sistema de trabalho rural mas reforçou a estrutura agrícola arcaica, aumentando tanto a demanda de trabalho do inquilino¹⁴ como a de trabalho sazonal (BAUER, 1971). As transformações ocorridas no século XIX, o ciclo de exportação de trigo, a criação de um enclave minerador no país e a penetração crescente de capital

¹⁴ Além do próprio trabalho, o inquilino deveria prover mais dois ou três trabalhadores – *peón obligado* – para a *hacienda*, o qual era pago pelo próprio inquilino.

estrangeiro (NECOCHEA, 1960) foram determinantes na definição da classe trabalhadora no campo e na cidade.

A expansão das exportações agrícolas representou um processo de modernização que na década de 1930 estava em vias de completar a transição do sistema de hacienda ao capitalismo agrário. Robles e Kay (2018) argumentam que essa transição representou o fim da velha ordem hacendal prevalecendo a empresa proprietária sobre a empresa camponesa¹⁵.

No período referido, ainda de acordo com os autores, os latifundiários tinham interesse em manter uma força de trabalho residente por meio da *inquilinaje* e da parceria pois havia oferta de trabalho no setor de mineração. Além de manter os inquilinos sob controle político e social, havia preocupação com o grande número de *peones*¹⁶ que se deslocavam à procura de trabalho e orbitavam as haciendas. O senso moral proprietário também associava esse tipo de trabalhador à vagabundagem, à promiscuidade e ao vício, optando por um tipo de relação social e de trabalho na qual a autoridade patronal se projetasse mais decisivamente.

Ao fim do século XIX, com a decadência das exportações agrícolas, mas com as transformações já em curso, os inquilinos sofreram um processo gradual de proletarização, observa Robles:

As a result, at the later phase of the development of the hacienda system, which had emerged by the turn of the century, landowners carried out the regular operations on diferente crops by resorting to selective mechanisation and labour provided by increasingly proletarianised inquilinos, resident peons and, during the harvest

¹⁵ O sistema de multi-empresa ao qual Robles e Kay fazem referência foi teorizado por Rafael Baraona ao propor uma tipologia para as haciendas na serra equatoriana. Nesse sentido, a hacienda é considerada uma fronteira agrícola para minifundistas e camponeses sem terras que eventualmente se integram a ela aumentando a área cultivada e tendo acesso aos recursos disponíveis. Assim, tem-se numa mesma unidade produtiva uma economia patronal e outra camponesa com um certo grau de equilíbrio, mas tendente à eliminação da segunda pela primeira na medida em que se intensifica a proletarização (BARAONA, 1965). No caso chileno, os trabalhadores que viviam dentro dos limites da *hacienda* – inquilinos – obtinham uma produção de subsistência em suas parcelas, e, na maior parte dos casos, seus próprios meios de produção. Os trabalhadores externos, muitos deles ocasionais, beneficiavam-se de pastos, bosques e terras cultiváveis (KAY, 1980 p.62).

¹⁶ Esse tipo de trabalhador, por não estar vinculado à terra, tinha um caráter complementar às atividades da *hacienda*.

season, outside temporary labourers. As landowners reduced the size and quality of land allotments, the inquilinos' capacity to sustain their precarious peasant enterprises fell drastically. (ROBLES, 2009 p.513)

O grau mais alto de proletarização – quando a integralidade do salário passou a ser paga em dinheiro – foi atingido apenas em 1967 (ROBLES; KAY, 2018 p.122), o que os autores sustentam em contraposição a uma parte da historiografia é que o campo chileno não manteve suas características tradicionais, entendidas como atraso e dificuldade de implementação de mudanças, nem conservava “resquícios feudais” que o processo de reforma agrária eliminaria na década de 1960, um século depois, mas que o processo de desenvolvimento de um capitalismo agrário foi propiciado por mudanças no sistema de hacienda, como o aumento da mecanização e maior proletarização da força de trabalho e a desagregação de empresa camponesa, inicialmente útil à empresa proprietária ainda que em condição subalterna (ROBLES, 2009), (ROBLES E KAY, 2018), (KAY, 1977), (LOVEMAN, 1976), e posteriormente substituída por assalariamento.

A partir da década de 1930, diferentemente de países próximos como Brasil e Argentina, a agricultura entra em declínio, passando a ter uma participação cada vez menor na economia, fato que se processou progressivamente até a década de 1960 do século XX (SANTANA, 2006), (GUNDER FRANK, 1969), (PINTO, 1964). A partir desse período, a mineração, especialmente aquela ligada a exploração de cobre e salitre, se consolidou como a principal atividade econômica do país. O Chile, apesar da condição de subdesenvolvimento, não se configurou, dentro do sistema capitalista internacional da primeira metade do século XX, no qual ocupava um lugar periférico, como uma economia predominantemente agroexportadora, contrariando a tendência da região.

A despeito disso, as elites agrárias exerciam grande influência nos rumos da economia e na vida social, possuíam representação política e organização suficiente para pressionar as esferas de poder quando necessário. Ademais, estavam ideologicamente alinhadas ao imperialismo, primeiramente à Inglaterra durante o século XIX, na fase de maior relevância da agricultura chilena, e posteriormente, no pós-

guerra, aos Estados Unidos¹⁷. Além disso, agrupavam-se em uma atuante e poderosa associação de classe, a SNA.

Em contrapartida, o campesinato além da degradação progressiva das condições de vida, estava virtualmente impedido por lei de formar qualquer tipo de organização ou sindicato até a segunda metade da década de 1960, mais precisamente até 1967, na metade do governo de Eduardo Frei. Tal fato não significava uma completa despolitização, mas sim uma relação conflituosa com o Estado, que assumia a prerrogativa da repressão e da violência embasado pelo argumento da ilegalidade da organização camponesa (GÓMEZ, 1982).

1.3. As razões da reforma agrária: o reformismo da década de 1960

A transformação das estruturas socioeconômicas no Chile ou em qualquer parte do mundo só é capaz de expressar algum sentido caso identifiquemos os setores que lideram o processo, o que defendem, contra quem se insurgem, etc. Desta maneira, a polêmica antiga em torno do binômio reforma/revolução nos é mais útil se considerarmos a possibilidade de que as classes sociais em luta e seus representantes atuam para reformar as estruturas socioeconômicas de modo a exercer uma mediação, estabelecer limites e fazer concessões aos setores que anseiam por mudanças com o objetivo de impedir o processo revolucionário, ou, ao contrário, atuam para que as referidas reformas sejam o sustentáculo de tal processo.

Desse modo, reformas agrárias, urbanas, educacionais, intervenções em setores econômicos ou tentativas diversas de transformação estrutural podem servir, sob determinadas circunstâncias, à conservação de setores mais adaptados a atuar sob novas condições e as suas formas de dominação, ainda que o processo histórico possa impor obstáculos ao seu desenvolvimento.

Não obstante, ainda que seja possível estabelecer tipologias e classificações acerca dos processos de reforma agrária como as aludidas por García (1973) e, mais especificamente no caso chileno, Kay (1977), a mera caracterização não permite o pleno

¹⁷ O alinhamento a que nos referimos configurou-se a partir da formação de um grande bloco burguês ao qual o empresariado rural aderiu como sócio menor no final da década de 1960, como abordaremos nos capítulos III e IV, uma vez que como nos adverte Bandeira (2008), não havia grandes capitais norte-americanos investidos no campo chileno.

conhecimento das condições que incidem sobre eles. Tipologias também são consequências de casos concretos, não o contrário, de reformas agrárias realizadas sob determinadas circunstâncias, de modo que podem servir de referência para projetos políticos que assumem com mais ou menos urgência a tarefa de modificar as relações sociais na sociedade rural.

No caso latino-americano da década de 1960 a reforma agrária parecia adequada para permitir o pleno desenvolvimento agrícola obstaculizado pela estrutura agrária e as formas tradicionais de dominação social (LEITE, 2007 p.232), opondo neste caso as classes organizadas em torno do latifúndio, seus privilégios e poder político, e aquelas sem acesso à propriedade da terra. A reforma agrária é, portanto, mais do que a soma de objetivos, planejamentos, projetos e técnicas, ela é, nos termos de Gutelman (1975), um “produto social”:

Evidentemente que uma classe social, um Estado, podem decidir uma reforma agrária; a primeira pode executá-la na prática; o segundo pode publicar e fazer cumprir uma lei. Contudo, e este ponto de vista parece-nos muito importante, essas decisões nada têm de autônomo. São simultaneamente o produto de conflitos sociais e limitadas por esses mesmos conflitos. Uma classe, um Estado, não podem, em matéria agrária, fazer o que quiserem e independentemente das circunstâncias de tempo. (GUTELMAN, 1975 p.161)

Nesse sentido, a reforma agrária como síntese de todos os enfrentamentos e circunstâncias que atravessam o diagnóstico dos problemas e o estabelecimento de seus objetivos, configura-se como um amplo campo de disputas, contradições e vinculações mais ou menos orgânicas a projetos de transformação ou manutenção da estrutura agrária, que por sua vez circunscrevem-se a projetos políticos gerais. De modo que a reforma agrária contém um significado eminentemente político, ainda tomando como referência as observações de Gutelman, ela se realiza em favor de uma classe contra outra, aqueles que lideram o processo político e imprimem nele o seu sentido, definem também – dentro de determinadas condições – os rumos, as características e a intensidade da reforma agrária.

A disputa pela reforma agrária não é, senão, a disputa pelo controle do processo político no qual ela é a manifestação de uma correlação de forças atravessada por

múltiplos interesses de classe. Isso significa que o próprio caráter da reforma agrária é tão diverso quanto os setores implicados nela, bem como os respectivos graus de compromisso com as transformações da estrutura agrária e participação nas decisões relativas à reforma.

O caso chileno é particularmente emblemático no contexto latino-americano pois a reforma agrária configurou-se como um processo descontínuo e em disputa por diferentes setores sociais e suas associações de classe em relação com o Estado. Isso aconteceu, em parte, pela aparente estabilidade a nível institucional que permitiu que três projetos distintos se revezassem no poder entre 1958 e 1973, quando há o golpe de Estado.

Desse modo, a reforma agrária emerge basicamente com duas conotações distintas cuja permeabilidade nas esferas de poder estava diretamente relacionada à orientação político-ideológica do Estado: como demanda social específica de melhoria das condições de vida do campesinato através de uma distribuição mais justa de terras, e/ou como projeto de modernização capitalista que visava desenvolver o setor agrícola, melhorando sua produtividade e aumentando sua participação no PIB (SANTANA, 2006).

O antropólogo e historiador José Bengoa (2016) sustenta que há três posturas que disputam a cena histórica: a dos inimigos da reforma agrária¹⁸, a dos *planificadores*¹⁹ e a daqueles que defendem que a reforma se tratou de uma revolta camponesa²⁰. A tese da de uma grande “revolta camponesa” no Chile resulta problemática por pelo menos três motivos: em primeiro lugar, essas três posturas elencadas por Bengoa não são excludentes, não houve um amplo levante generalizado de camponeses durante as décadas de 1960 e 1970, as fontes indicam inclusive que havia dificuldade de organizar a área reformada, especificamente durante o governo da UP, e os interesses implicados envolviam muitas razões como a demanda ancestral pela devolução das terras usurpadas dos mapuche no sul do país.

¹⁸ Para quem a reforma agrária foi um fracasso, as transformações econômicas no campo já estavam em curso e a execução da reforma criou distúrbios sociais e disfunções econômicas.

¹⁹ Segundo os quais, de acordo com o autor, a defesa do legado da reforma agrária como política pública e aplicação de um projeto se sobrepõe ao protagonismo camponês, relegando-o ao segundo plano.

²⁰ Posição defendida por Bengoa que em nossa opinião carrega certo voluntarismo analítico em relação à participação camponesa na reforma e nos conflitos agrários no país.

A lenta tomada de consciência dos trabalhadores do fundo Culiprán em Melipilla como observam Petras e Zemelman (1973) ou mesmo a resistência dos trabalhadores à reforma agrária, como aponta Robles (2020) sobre o caso da província de Colchagua, representam casos bastante díspares da recepção da reforma agrária entre o campesinato.

Como mencionamos e sustentam Robles e Kay (2018) e Bellisario (2009), havia uma série de mudanças em curso no campo chileno que indicavam a modernização da produção agrícola, principalmente na zona central, que foi impactada pela reforma agrária. O sentido dessa modernização, por certo, não significava necessariamente uma melhoria nas relações de trabalho, e muito menos a democratização da propriedade da terra ou alguma participação dos trabalhadores agrícolas nas decisões de política agrária.

Nesse sentido, a reforma agrária também assume um caráter de planificação econômica, assistência técnica e criação de instâncias de participação decisória propiciados pelo Estado, mas num cenário de complexificação de interesses de classe e eclosão de revoltas e conflitos que não necessariamente opunham patrões e empregados, mas setores distintos do campesinato, funcionários e técnicos do Estado, suas associações, sindicatos etc.

No caso chileno, é preciso deixar claro, a reforma agrária é um projeto concebido *para* e não *pelo* ou *em conjunto* com o campesinato, ela possuía objetivos e forma institucional. Nada disso exclui o protagonismo ou pressupõe a passividade do campesinato no processo, pelo contrário, sua atuação impõe uma série de demandas ao Estado e desafios aos latifundiários e empresários agrícolas. A disputa pela reforma agrária e seus rumos é mais uma face da disputa pela terra e pelo controle do Estado chileno.

Em 1964, quando Eduardo Frei Montalva se elegeu presidente, o Chile consagrava um projeto mediado de mudança social, um partido relativamente novo e uma liderança pessoal que em muitas ocasiões no período 1964-1970 faria a sua imagem predominar sobre os rumos do partido e do governo. O PDC aparecia em franca ascensão naquele momento, fato que seria confirmado pela ampliação da representação parlamentar nas eleições de 1965.

A eleição de Frei não foi um fato extemporâneo, ela se vinculava menos a um *zeitgeist* do que a cultura política ascendente no Chile, sintetizada pela reconfiguração das forças políticas no país diante da crise do final do governo Alessandri, associada à conjuntura internacional. Nesse contexto, o PDC assumiu o protagonismo da política chilena e manteve-se relevante mesmo durante o período da via chilena ao socialismo, é a Democracia Cristã que arranca compromissos da UP para referendar a eleição de Allende, assim como é o mesmo partido que desequilibra o arranjo parlamentar ao somar-se à oposição no pré-golpe em 1973.

O percurso político do PDC deve ser considerado no contexto do impulso ao reformismo da década de 1960, isto é, da necessidade de se realizar reformas sociais devido à percepção de crise que permeava a sociedade chilena (PETRAS, 1971). Nesse sentido, uma multiplicidade de atores sociais ostentou o emblema reformista e o discurso de transformação estrutural das condições da população e do modelo de desenvolvimento.

A reorganização mundial no pós-guerra a partir de 1945 com a formação de uma ordem bipolar e a consolidação dos EUA como a maior potência capitalista em contraposição à URSS e a disputa a nível global por influência, tecnologia e, principalmente, pelo desenvolvimento de uma indústria de guerra (HOBSBAWM, 2003 p.234), impôs uma tensão permanente que se refletia com maior ou menor intensidade em todas as regiões do planeta, mesmo entre países não alinhados.

A América Latina era nesse contexto uma região estratégica para os EUA, tanto pela defesa de seus interesses econômicos, quanto por questões geopolíticas para impedir o avanço da influência comunista na região. Em 1954 houve a primeira intervenção direta dos EUA na derrubada de um governo latino-americano, o presidente Jacobo Arbenz sofreu um golpe de Estado articulado pela CIA após desafiar interesses do conglomerado empresarial *United Fruit Company* na Guatemala.

Apenas cinco anos mais tarde, quando ainda se iniciava o ano de 1959, Fidel Castro e seus comandados tomaram o poder em Cuba, derrubando a ditadura de Fulgêncio Batista e estabelecendo um governo revolucionário. As relações entre os revolucionários e o governo estadunidense começaram a sofrer uma clara deterioração a

partir de 1960²¹, quando os EUA cortam o fornecimento de combustível para a ilha, escalando as tensões até que Fidel Castro declarasse pela primeira vez em 16 de abril de 1961 que a revolução possuía um caráter socialista, após estreitar laços com as URSS (AYERBE, 2004 p. 63).

A partir desse momento, a ilha caribenha era mais do que um ponto vermelho na América Latina, mas um emblema, um caso bem-sucedido, uma inspiração e uma referência obrigatória para as esquerdas revolucionárias do continente na luta por transformações profundas e busca por um modelo próprio de desenvolvimento. Somava-se a isso as tentativas frustradas de intervenção militar no país como a invasão da Baía dos Porcos, o que levou os EUA a buscarem formas alternativas de isolá-la, como o bloqueio econômico e a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Apesar das retaliações, Cuba representava no imaginário político a utopia de libertação nacional e da revolução socialista no continente, era um símbolo pela própria existência, em termos práticos, ofereceu treinamento e apoio a grupos guerrilheiros da região.

Ainda que em Cuba houvesse condições bastante peculiares que possibilitaram a tomada do poder por um grupo relativamente pequeno de revolucionários, compartilhava com o restante do continente o passado colonial e as estruturas subdesenvolvidas que a mantinham sob dependência externa, e seu exemplo poderia, na perspectiva da política externa dos EUA, desencadear uma onda de revoluções pela América Latina e aumentar a influência soviética na região.

Essa avaliação levou o governo estadunidense a lançar em 1961, já sob administração do presidente John Kennedy, um amplo programa de ajuda econômica conhecido como Aliança para o Progresso. Em discurso em 13 de maio do mesmo ano, Kennedy disponibilizou aproximadamente 20 bilhões de dólares de ajuda financeira para o continente, desde que cada país assumisse, entre outras condições, o compromisso de realizar amplas reformas para modernizar as estruturas econômicas:

Therefore the countries signing this declaration in the exercise of their sovereignty have agreed to work toward the following goals during

²¹ Antes disso, ainda em janeiro 1959, Fidel Castro foi entrevistado por Stuart Novins nos estúdios da rede de televisão CBS durante o programa *Face the Nation*. A entrevista pode ser vista neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=GUEr4c4-6QE>

the coming years: To improve and strengthen democratic institutions through application of the principle of self-determination by the people. To accelerate economic and social development, thus rapidly bringing about a substantial and steady increase in the average income in order to narrow the gap between the standard of living in Latin American countries and that enjoyed in the industrialized countries. To carry out urban and rural housing programs to provide decent homes for all our people. To encourage, in accordance with the characteristics of each country, programs of comprehensive agrarian reform, leading to the effective transformation, where required, of unjust structures and systems of land tenure and use; with a view to replacing latifundia and dwarf holdings by an equitable system of property so that, supplemented by timely and adequate credit, technical assistance and improved marketing arrangements, the land will become for the man who works it the basis of his economic stability, the foundation of his increasing welfare, and the guarantee of his freedom and dignity. (LEVINSON; ONIS, 1970 p.349-350)

A ajuda externa prometida pela Aliança para o Progresso condicionava uma série de reformas econômicas e também políticas. Não por acaso a reforma agrária era um ponto estratégico, uma vez que as condições do campesinato na região eram, em termos gerais, bastante ruins e o acesso à terra, precário. Revestida de interesses humanitários e preocupações com a estabilidade política no continente latino-americano, a Aliança cumpria o papel de uma poderosa arma geopolítica a serviço de interesses da política estadunidense, redundando em aumento da influência e da interferência sobre a região.

O pesquisador Felipe Pereira Loureiro, em livro recentemente publicado, demonstra que no caso brasileiro os EUA adotaram uma peculiar estratégia, os recursos do programa foram preferencialmente destinados aos estados cujos governadores mantinham relações hostis com o governo federal liderado pelo presidente João Goulart, privilegiando os que mantinham posições anticomunistas, críticas ou neutras em detrimento daqueles que eram aliados do presidente ou ligados a movimentos de esquerda (LOUREIRO, 2020 p.184). No caso do Chile, o país recebeu a maior quantidade de financiamento e recursos da Aliança para o Progresso durante o governo de Eduardo Frei (1964-1970) (DAVIS, 1990).

Pressionado por uma crise econômica logo no início da década de 1960, o então presidente Jorge Alessandri, tentou obter créditos externos diretamente com os EUA de forma a equilibrar as finanças para executar o programa de governo nos moldes da Aliança para o Progresso. Alessandri, eleito em 1958, era um empresário presidente da *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* e filho do também presidente Arturo Alessandri Palma, que cumpriu dois mandatos, o primeiro entre os anos de 1920 e 1925 e outro no período compreendido entre 1932 e 1938.

Candidato independente em 1958, elegeu-se com apoio dos partidos tradicionais da direita chilena, o Conservador e Liberal, com uma plataforma de governo liberalizante e tecnocrática, o que entre a oposição ficou conhecido como “governo dos gerentes”, ou “revolução dos gerentes” (CORREA, 2004 p.223). Mesmo com as credenciais de um grande empresário governando para a burguesia do país e buscando aproximação com os EUA, Alessandri teve dificuldades de estabelecer relações mais estreitas com a administração de Kennedy devido principalmente ao seu pragmatismo na política externa e defesa da soberania e autodeterminação de Cuba (BANDEIRA, 2008 p.96).

Nessas condições, sob a presidência de Alessandri, foi promulgada em agosto de 1962 a primeira lei de reforma agrária, sob o número 15.020. Antes disso, a Igreja Católica no país havia se somado às demandas por acesso à terra e melhoria das condições de vida do campesinato. A partir do documento intitulado *La Iglesia y el problema del campesinado chileno*, publicado em março de 1962, no qual estabelecia um diagnóstico dos problemas no campo e defendia o estabelecimento de uma vida baseada na exploração cooperativa da terra.

Diante disso, o arcebispo Raúl Silva e o bispo de Talca Manuel Larraín promoveram a entrega de aproximadamente 5545 hectares de terra (SALAS, 2016) cujo marco inicial foi a transferência do fundo Los Silos, na comuna de Pirque, da Igreja para os trabalhadores que lá viviam. A “reforma agrária da Igreja” expressava um forte conteúdo moral a partir da preocupação com as classes populares do campo, mas era também uma crítica política à negligência do Estado e à exploração promovida pelos latifundiários. Salas (2016) observa ainda que a iniciativa foi fruto de uma articulação entre as hierarquias católicas dentro e fora do Chile, e que apesar de contrariar os

interesses das elites latino-americanas, não avançava em novas formas de propriedade da terra.

Dessa forma, a reforma agrária concebida e expressa na lei 15.020 limitava-se a redistribuir as terras de propriedade estatal. Estas eram repassadas à *Corporación de Reforma Agraria* (CORA) – substituta da *Caja de Colonización* e também criada pela lei, assim como *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP) – que deveria realizar a redistribuição.

Apesar da aprovação, não havia consenso na coalizão liderada pelo então independente Jorge Alessandri sobre como a reforma agrária deveria se desenrolar. Havia sido concebida para infligir o menor dano possível aos interesses dos latifundiários e empresários agrícolas, atendendo suas demandas de parcelamento de terras e mantendo um caráter essencialmente tecnocrático característico das reformas destinadas a conservar o poder político das classes estabelecidas no campo. Além disso, conferia faculdades ao executivo para moldá-la ao longo do tempo com a edição de decretos com força de lei, inclusive estabelecendo convênios estrangeiros (ROMERO, 2021 p. 108).

A situação ao fim do governo Alessandri era de crise econômica agravada pela incapacidade dos partidos aliados responderem satisfatoriamente às demandas sociais de novos atores políticos. O próprio sistema partidário chileno sofreu grandes transformações nos anos 1960, com o declínio dos tradicionais partidos Conservador, Liberal e Radical – o último ainda se manteve relevante – e a ascensão de uma coalizão de esquerda representada pela FRAP, constituída pelos dois partidos marxistas, o Partido Comunista do Chile (PCCh) e o Partido Socialista (PS), e também pela irrupção do PDC.

A década de 1960, especialmente a segunda metade, é definitivamente a década do PDC na política partidária chilena, construindo, consolidando e avançando sobre uma base popular historicamente mais próxima da esquerda e do PR. Apesar desse crescimento, a decadência da direita tradicional representada por conservadores e liberais ensejou o surgimento de uma nova direita, de perfil mais adequado para se contrapor às outras forças políticas e que extrapolava os limites da atuação dos partidos – sem renunciar à colaboração com eles – buscando apoio em setores diversos da

sociedade civil, como sindicatos, universidades, grêmios empresariais, etc. Não eram forças da conservação em sentido estrito, pelo contrário, representavam uma nova direita disposta não apenas a resistir ao avanço reformador, mas tomar sua própria parte na transformação.

Sob certos aspectos, a decadência da direita tradicional e seus partidos estabelecidos desde o século XIX também propicia o surgimento do PDC e a sua caracterização dentro do sistema político chileno. Sua fundação acontece em 1957 a partir da fusão da Falange Nacional e do Partido Social-Cristão, que já estavam coordenados na Federação Social-Cristã desde 1953 (YOCELEVZKY, 1985 p.288).

O partido nasce sob a inspiração da doutrina social da igreja católica e do humanismo cristão cuja maior expressão era o filósofo católico francês Jacques Maritain. A própria relação entre a Igreja Católica e o novo partido diferenciava-se daquela construída com o Partido Conservador e sua base social de sustentação ao longo do século anterior até as primeiras décadas do século XX, conforme observa a pesquisadora Ana Lima Kallás em sua dissertação de mestrado:

Por outro lado, o giro da Igreja para uma ação mais comprometida com a atenuação dos problemas sociais estava ligado à conjuntura da guerra fria. É importante, portanto, diferenciarmos a ação social da Igreja nas diversas conjunturas históricas. Apesar do trabalho social católico entre os setores populares chilenos existir desde antes da década de 1930, esta iniciativa ainda estava muito relacionada aos princípios tradicionais do catolicismo ligados à caridade e à piedade. Na esfera política, eram práticas que reforçavam a postura da Igreja junto aos setores oligárquicos tradicionais, mantendo a relação de dominação característica do sistema agrário-exportador. Na década de 1960 verificamos uma outra forma de “engajamento social”. Aqui, a luta social da Igreja convergiu com o processo de mudanças do próprio capitalismo internacional, onde as periferias passaram a cumprir um novo papel na divisão internacional do trabalho, principalmente a partir da sucessão de golpes militares na América Latina. Consolidada a revolução na ilha caribenha, a instituição católica passara a defender a importância das reformas estruturais, o combate ao comunismo com justiça social, o rechaço a qualquer

forma de violência e o regime democrático como o mais apropriado para alcançar os “valores humanos”. Em 1964 esta opção estava claramente representada pelo candidato Eduardo Frei Montalva da DC. (KALLÁS, 2008 p.64)

Assim, a identidade que o PDC construiu desde a sua fundação estava fundada na perspectiva controlada de mudança social – o programa de governo de Frei era definido sob o sugestivo título de “Revolução em Liberdade” – e da construção de uma alternativa que orientasse um centro político, em contraposição a comunistas e socialistas e à direita tradicional.

Essa característica ficou evidenciada pela recusa do PDC em fazer parte de coalizões eleitorais, quando Frei chegou ao governo, o partido obteve um aumento expressivo na sua bancada logo nas eleições parlamentares de 1965, elegendo 82 de 147 deputados e 11 novos senadores que se juntaram a mais dois (YOCELEVEZKY, 1985 p.300) o que permitiu consolidar a opção por uma atuação sola, na qual as propostas legislativas eram debatidas caso a caso²².

Moulian (1994) argumenta que essa atuação acabou por consolidar no sistema partidário chileno um “duplo centro” constituído por sua parte ascendente, o PDC, e seu representante tradicional, o PR, cujas diferenças fundamentais com os democrata-cristãos eram o pragmatismo para fazer alianças e compor governos à esquerda e à direita, ponto que também é compartilhado por Scully (1992 p.193).

Para além do exercício da política representativa, o PDC configurou-se logo após sua organização como um concorrente da FRAP entre as classes populares, mais ainda, estendeu sua influência para organizações da sociedade civil, especialmente sindicatos e as universidades, tendo controlado a *Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile* (FECH) entre os anos de 1956 e 1969 (YOCELEVZKY, 1985 p.294). O autor observa ainda que na década de 1960 há uma grande reativação das organizações corporativas da burguesia, demonstrando que o fenômeno da atuação

²² Embora houvesse aqueles que, no curso do governo Frei, defendessem uma aproximação tática do PDC com os partidos de esquerda agrupados na FRAP a fim de acelerar a aplicação do programa, essa opção não prosperou, como veremos mais adiante, embora curiosamente tenha significado em muitas ocasiões, especialmente durante a discussão da reforma agrária, uma grande receptividade na esquerda parlamentar das propostas do PDC, o que representou na prática uma “coalizão pontual” tácita entre essas duas forças políticas.

política que extrapolava os limites dos partidos políticos era generalizado, e tinha na nova conjuntura da década de 1960 o objetivo de promover mobilizações de massa.

O PDC constituía-se assim como um partido capaz de incorporar os anseios por transformações ao mesmo tempo em que ostentava um anticomunismo²³ nos moldes idealizados pelos EUA. A afinidade não era casual, além do financiamento direto no âmbito da Aliança para o Progresso, a campanha de Frei à presidência contou com massivo financiamento norte-americano e uma “campanha de terror” contra o então candidato Salvador Allende em 1964.

Ainda que fosse um partido programático, com quadros formuladores, base intelectual e sustentasse sua peculiar ideia de revolução – “em liberdade”, contrapondo-se ao marxismo – a evolução do partido demonstra que ele esteve muito mais próximo de constituir uma alternativa à esquerda marxista, num momento em que a conjuntura internacional se apresentava particularmente favorável a mudanças estruturais no continente e a crise agravava os conflitos de classe no país, bem como as formulações revolucionárias para resolvê-los, muito mais do que uma alternativa à decadente direita oligárquica (GÓMEZ, 2004).

Isto é, representava um projeto de modernização capitalista no qual apenas os setores oligárquicos estariam em xeque. Esse era o sentido da cooperação proposta pela Aliança para o Progresso, estabelecer uma via de desenvolvimento econômico através de reformas estruturais que pudessem elevar níveis sociais mantendo o padrão de acumulação capitalista e a dependência, além de, como já destacamos, bloquear a influência da Revolução Cubana.

A atuação do PDC em favor das classes médias (BITAR, 1980) e a aproximação com a doutrina social da Igreja Católica sustentou as principais diretrizes políticas do período entre os anos de 1964 e 1970. Em oposição a uma política gerencialista e liberalizante em favor do setor privado chileno do período Alessandri, o governo de Frei aumentou atuação do Estado na economia com o objetivo de aumentar os serviços públicos essenciais à população, especialmente educação e saúde, ainda que incapaz de

²³ Como indicamos anteriormente, essa era a postura oficial de afirmação da identidade democrata-cristã, dentro do partido havia quadros mais abertos ao estabelecimento de diálogo com partidos marxistas, ainda que rejeitassem uma composição eleitoral.

políticas mais eficazes de redistribuição de renda²⁴. Sergio Bitar (1980 p.42) classificou o partido como “atenuador do conflito sócio-econômico”, Yocelvezky, por sua vez, observa o seguinte:

No obstante, dentro de la ideología que orientó el plan de desarrollo económico contenido en el programa gubernamental de Frei, los conflictos sociales y políticos no eran considerados como producto del sistema capitalista de propiedad prevaleciente en el país ni de la relación imperialista con el capitalismo norteamericano (como fueron considerados por la izquierda y más tarde por una parte de la Democracia Cristiana). La fuente de los problemas de Chile se encontraban en el estancamiento y atraso de la economía nacional. La explicación del estancamiento y atraso reconocía que factores como la dominación del capital extranjero sobre las minas y la actuación de grupos nacionales, propietarios de la industria y la tierra, eran algunas de las causas del problema, pero no por su naturaleza misma sino más bien por la falta de racionalidad en la combinación de intereses y factores diversos (YOCELEVZKY, 1987, p. 154)

Um exemplo dessa relativamente frágil concepção reformista pode ser apontado justamente no processo de *chilenización del cobre*, no qual o governo por meio da lei 16.425 adquiriu ações e revisou contratos com as empresas estrangeiras que atuavam no setor de exploração do cobre. A produção de cobre era – e ainda é – estratégica para a economia chilena, e o passo decisivo do governo Frei recebeu inúmeras críticas da oposição de esquerda por considerá-lo insuficiente. Foi sob a presidência de Allende, com amplo apoio do congresso, que foi realizada em 1971 a *nacionalización del cobre*, que significou a estatização da mina *El Teniente*, e impondo o pagamento de impostos às mineradoras norte-americanas Anaconda e Kennecott.

Se o PDC surgia como uma alternativa renovada da burguesia e setores progressistas da Igreja, os partidos tradicionais da esquerda chilena, PCCh e PS, mantinham-se com suas bases principalmente entre trabalhadores urbanos, da indústria de mineração e sindicatos filiados à CUT. As origens do PCCh remontam ao ano de

²⁴ Bitar (1980) observa que ainda em 1970 o Chile era um dos países mais desiguais da região, com aproximadamente 25% da população em condições de extrema pobreza.

1922²⁵, após intenso trabalho dos trabalhadores chilenos, a solidariedade das sociedades mancomunales²⁶ e a intensa atuação publicística de seus primeiros quadros como Luis Emilio Recabarren (PINTO, 2013).

O PS, por sua vez, origina-se pouco mais de dez anos depois congregando diversas tendências e movimentos que se identificavam como socialistas após a breve instalação da República Socialista de 1932 liderada por Marmaduke Grove. A relação entre os principais partidos de esquerda no país nem sempre foi convergente ou sequer amistosa, mas em 1956 alinharam-se na FRAP, agrupando partidos que faziam oposição ao presidente Carlos Ibañez del Campo. A FRAP pode ser entendida como um ensaio para a constituição da UP em 1969, o PCCh e o PS seriam as principais forças da coalizão, o candidato a presidência seria o mesmo, Salvador Allende, e as linhas gerais dos atritos entre comunistas e socialistas também permaneceriam as mesmas.

Petras (1971) observa que com a penetração da FRAP entre as classes populares disseminou-se a consigna por “mudanças revolucionárias”, o que se refletiu nas eleições de 1958, na qual Allende, apesar de derrotado, obteve expressiva votação mesmo em regiões agrárias onde a direita tradicional costumava predominar. Há razoável consenso na historiografia sobre período que uma série de mudanças na legislação eleitoral propiciaram o avanço da FRAP e a meteórica ascensão do PDC na década de 1960, como a revogação da lei de defesa permanente da democracia em 1958, que criminalizava o comunismo e impossibilitava o PCCh de concorrer às eleições e que havia durado dez anos.

Corvalán (2001), Loveman (1976), Moulian (1994), Correa (2004), Gómez (2012) e Petras (1971) apontam que a adoção da cédula única de votação em 1958 foi

²⁵ Autores como Álvarez (2003) defendem que POS e PCCh eram a mesma instituição pois compartilhavam inclusive o mesmo programa, e a mudança de nome não se originou de uma fratura ou divergência interna. Por essa interpretação, o ano de fundação do PCCh teria sido 1912, ano em que Luis Emilio Recabarren fundou o POS. O autor faz referência à obra de Camilo Furci, *The Chilean Communist Party and the road to socialism*.

²⁶ Sociedades mancomunales, ou de socorro mútuo, eram associações de trabalhadores de atividades específicas que tinham o objetivo de atuar coletivamente e de forma solidária na defesa dos interesses dos trabalhadores e oferecer ajuda àqueles que eventualmente passavam por dificuldades. Possuíam também a função de difusão, promoção, e mobilização política para viabilizar greves, negociações com patrões e ações políticas.

fundamental para que o voto do campesinato, especialmente dos inquilinos, não fosse capturado pela vontade dos patrões²⁷.

O senador democrata cristão Rafael Agustín Gumucio, em balanço feito em 1966, apresentava uma visão da FRAP que diferenciava, a partir da ótica do PDC, comunistas e socialistas pela sua atuação coletiva e disciplina partidária. Para Gumucio, pertencente à linha não-oficialista dentro do PDC e mais aberto ao diálogo com a FRAP, considerava que a motivação opositora advinha do fato de que composição de esquerda via no PDC um competidor no campo popular.

No diagnóstico do senador a atuação coletiva do PS era considerada sectária e fanática, embora reconhecesse a existência de pessoas respeitáveis na agremiação. Em relação ao PCCh, considerava que sua atuação era muito disciplinada, seguindo linhas internacionais e, se havia alguma divisão interna, tratavam-na com grande discrição:

El trato com el Partido Socialista podrá obedecer a las circunstancias o al “clímax” de sus dirigentes. El trato com el Partido Comunista siempre estará sujeto a un encuadre dentro de las grandes líneas tácticas que haya acordado ese partido. (POLÍTICA Y ESPÍRITU, ago-set/1966 p. 74)

O PS, surgido em 17 de abril de 1933 após a união de distintos grupos autodenominados socialistas implicados na brevíssima experiência da república socialista liderada pelo Comodoro do ar Marmaduke Grove, constituiu-se desde o princípio como uma organização muito mais heterogênea e mais espalhada pela intelectualidade da esquerda chilena do que pelo proletariado das minas e os trabalhadores urbanos, que inicialmente formavam a base social mais significativa do PCCh.

A formação da FRAP em 1956 foi um momento de convergência na relação entre comunistas e socialistas que passou por momentos de disputas quase insuperáveis, o lapso temporal de aproximadamente dez anos e as condições que tornaram possíveis a existência dos principais partidos marxistas da esquerda chilena já evidenciavam as diferenças fundamentais entre eles.

²⁷ Até a adoção da cédula única de votação cada candidato possuía a sua cédula própria, o que favorecia a prática de fraudes.

Se a natural adesão do PC à Internacional Comunista (IC), iniciada em 1922 após o *Partido Obrero Socialista* (POS) mudar o nome para *Partido Comunista de Chile* e concluída somente em 1928 (PINTO, 2013), conferia uma relação direta com a URSS e uma linha fundamental, no PS a multiplicidade de frações socialistas, algumas frontais opositoras da URSS e, especialmente na década de 1960, a dificuldade de formar alianças amplas, convertia o PS muitas vezes em um aliado a ser convencido ou contornado, fazendo as divergências políticas refletirem em outros campos como a cultura, a universidade, a literatura e a memória e história do país .

De fato, enquanto predominava no PS nos 1960 a linha de frente de trabalhadores, rejeitando alianças com partidos e setores burgueses, o PCCh, por sua vez, estava empenhado na formação de uma aliança mais ampla com a pequena burguesia nacional e setores que os comunistas consideravam anti-imperialistas. Residia aí a principal contradição entre os dois partidos de acordo com Petras (1971 p.169), a postura concernente a formação de alianças e a política exterior. Corvalán (2001) considera, em oposição, que se tratavam não de divergências, mas de dois projetos distintos em disputa dentro da esquerda chilena. Sobre essas tensões, Faundez observa o seguinte:

When the FRAP was created in 1956 the political strategies of communists and socialists were notably different. That of the communists, known as the national liberation front, was based on the conception of a socialist revolution with two clearly defined stages. The first would prepare the ground for socialism by freeing the economy from the fetters of imperialism and landed oligarchy. During this stage, the process of democratisation within the existing capitalist state would be furthered by a political alliance between working-class parties and those groups within the bourgeoisie whose interests were in conflict with imperialism and local oligarchy. [...] The line developed by the socialists in the early fifties, known as the workers front strategy, rejected the two-stage approach to the revolution as well as any alliance with representing bourgeois interests. The workers' front strategy started from the assumption that the local bourgeoisie was incapable of carrying out the democratic tasks as set out by the communist party in the first stage of revolution. Accordingly, it described the socialist revolution as an uninterrupted

process led, from the start, by the working class (FAUNDEZ, 1988, p. 160).

A linha desenvolvida pelos socialistas os aproximava de outro relevante movimento político na esquerda chilena dos anos 1960, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), que fora fundado em 1965 na cidade de Concepción. O MIR era composto em sua maioria por jovens universitários ex-militantes do PS que seguiam diversas tendências dentro do marxismo, mas que foram profundamente impactados pela Revolução Cubana e os guerrilheiros que a promoveram, especialmente a figura de Che Guevara.

Sob esta inspiração, o MIR, embora tivesse apoiado a UP e mantivesse relação próxima com o presidente Allende – formava sua guarda pessoal – jamais participou de eleições ou institucionalizou-se como partido, o sentido revolucionário do movimento expressava-se numa atuação política fundada na ação direta, na mobilização permanente dos trabalhadores e na formação de focos guerrilheiros, especialmente em regiões rurais, muito embora sua atuação armada seja frequentemente superestimada.

O MIR representava dentro da política chilena da década um projeto revolucionário que coincidia em conteúdo com as postulações do PS como sendo a expressão mais radicalizada do anseio generalizado por mudança social. Em relação ao PCCh, era crítico da ideia de compor com a burguesia nacional uma vez que era profundamente influenciado pelas ideias da teoria da dependência e do trotskismo (TORRES, 2014 p.93).

Faz-se necessário ressaltar a este ponto que não ignoramos as classes sociais e seus representantes refratários a mudança social, a ideia de uma “vontade geral” ou sentido coletivo que englobe todos os setores da sociedade chilena numa via única em direção ao progresso, seja lá que sentido a ideia de progresso possa ter, é um simplismo. O que defendemos, sustentamos e esperamos deixar claro é que as classes sociais que representavam neste momento específico as forças da conservação do *status quo* tiveram que adaptar suas formas de atuação por estarem naquele momento incapazes de resistir ao avanço das ideias reformistas e revolucionárias e suas formas de expressão pela própria dinâmica econômica e política do Chile.

Isso é, a expansão do operariado urbano, o impulso à industrialização substitutiva, – que já dava sinais de esgotamento (CORVALÁN, 2001) – a proletarização das formas de trabalho na agricultura, a diversificação das atividades da burguesia oposta à sua própria composição (ZEITLIN; RATCLIFF, 1988), modificaram profundamente as formas de dominação no capitalismo chileno, isolando setores oligárquicos ligados principalmente ao setor agrícola, que, na impossibilidade de reverter os processo de modernização capitalista – que propiciava inclusive a emergência de setores críticos ao processo de acumulação – não tiveram opção, a não ser a formulação de projetos reacionários de mudança social, isto é, projetos cujo objetivo era realizar transformações estruturais que restringissem a democratização que acompanhava o processo de modernização.

A historiadora Verónica Valdivia dedicou-se a estudar o contexto e o surgimento da nova direita no Chile na década de 1960, o que ela chamou de “parto da nova direita”. Tratam-se de duas tendências surgidas do ocaso dos partidos históricos formados ainda no século XIX:

Como hemos podido apreciar, hacia mediados de 1967 ya estaban articulados derechos de nuevo tipo: una que buscaba explícitamente recuperar el ámbito político-parlamentario, y otra, nacida en el medio estudiantil, pero con una base doctrinaria clara que le permitió alcanzar el poder en el medio en el cual se desenvolvía y que le permitiría ulteriormente convertirse en un movimiento político propiamente tal. (VALDIVIA, 2008 p.165)

As duas forças as quais a historiadora se refere são, respectivamente, o Partido Nacional (PN) e gremialismo. O PN fora fundado em maio de 1966 e era, ainda de acordo com Valdivia (2008), antes uma reorganização do que uma renovação, pois congregava ex-membros dos partidos conservador e liberal, empresários, militantes independentes e nacionalistas. Esta última era a tendência predominante, liderada por Jorge Prat, cuja expressão anterior foi materializada na Acción Nacional (AN), fundada em 1963, e cuja continuação seria o PN, também sob a liderança de Jorge Prat.

Prat iniciou sua militância na juventude do Partido Conservador, tendo fundado periódicos anticomunistas e ocupado postos de Estado no governo de Ibañez. Dentro da AC manteve relações próximas a grupos nazistas – e simpáticos ao nazismo – e

organizações de inspiração fascista como o Movimiento Revolucionario Nacional Sindicalista (MRNS), que inicialmente apoiou sua frustrada campanha à presidência em 1963 (DÍAZ N.; VALDÉS U., 2015 p.89).

A principal característica do PN era o autoritarismo expresso no aumento das atribuições e no apelo à intervenção dos militares na política²⁸, derivada da convicção da incompatibilidade entre desenvolvimento e democracia (MOULIAN, 1994) e da crítica ao liberalismo – o que em certa medida compartilhava com o gremialismo (VALDIVIA, 2008).

Esse autoritarismo pode ser atribuído a uma característica inescapável da nova direita sessentista, que era, ainda que sob uma aparente contradição, refratária à política partidária, isto é, apesar de forjar acordos com os partidos políticos formais – e, no caso do PN, de existir enquanto tal – adotavam um discurso que atribuía seletivamente os problemas da democracia aos interesses escusos de partidos políticos, seus dirigentes e suas relações com o capital internacional, referido como “direita econômica” a ser combatida. Por essa razão, a declaração de princípios lida no ato de fundação do PN por Jorge Errázuriz identificava o PN:

... con los valores de la civilización occidental y cristiana, junto a su oposición al marxismo. Se propiciaban mayores facultades para el Presidente de la República y una mayor participación de las fuerzas armadas en el desarrollo nacional, especialmente en lo educativo, técnico y económico. La “clase media” era calificada como el estrato fundamental de la sociedad chilena. Planteaba la declaración también la necesidad de recuperar el cobre y el hierro para Chile, calificando de injusto el mejor trato dado por el país a los capitales extranjeros. (DÍAS N.; VALDÉS U., 2005 p.105)

O gremialismo surge como uma reação a um movimento pela reforma universitária liderada por estudantes democratas-cristãos em 1967. Na ocasião, cujo ápice foi a ocupação da Casa Central da Universidade Católica em 11 de agosto do mesmo ano, estudantes de diversas tendências congregados na *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica* (FEUC), presidida à época por Miguel Ángel

²⁸ Curiosamente, após o golpe de Estado desferido contra Allende em 1973 e a ferrenha oposição que fazia ao governo, o PN desintegrou-se como partido e vários de seus quadros ocuparam postos na administração do ditador Augusto Pinochet.

Solar, reivindicavam mudanças administrativas e maior democratização nas decisões e na gestão da universidade.

Liderando a posição contrária, o então estudante da faculdade de direito Jaime Guzmán e seus associados buscavam reafirmar e reforçar as estruturas hierárquicas da instituição. O movimento iniciado por Guzmán era mais do que uma parte na disputa estudantil pela UC, mas um ideário político que ganhou força a partir do golpe de Estado e exerce influência na sociedade chilena até os dias atuais²⁹.

Possuía profundas raízes no tradicionalismo católico, o que em 1967 representava uma reação também ao papel que a Igreja desempenhava no Chile e suas relações com o PDC – uma reação ao papel que a Igreja Católica desempenhava no Chile durante a década de 1960 – e uma concepção corporativa da sociedade na qual a mediação entre o indivíduo e o Estado seria sempre exercida pelos *cuerpos intermedios*, - sindicatos, grêmios e organizações associativas específicas – âmbito privilegiado de atuação na sociedade civil, uma vez que defendia ainda uma ideia subsidiária de Estado, condição para uma sociedade verdadeiramente livre.

O gremialismo – tema que ainda trataremos mais detidamente no capítulo IV ao abordarmos sua influência sobre associações empresariais no país, especialmente os grêmios agrícolas – assumia ainda um discurso de repulsa aos partidos políticos – o que não os impediu de articular ativamente o golpe de Estado com os partidos de oposição à

²⁹ A constituição chilena ainda vigente e em vias de ser definitivamente substituída após a aprovação da convocação de uma assembleia constituinte pela ampla maioria dos votantes no plebiscito de outubro de 2020, foi aprovada em 1980, sob a ditadura de Augusto Pinochet, e adotava, entre outros princípios, uma ideia chave do gremialismo idealizado por Guzmán, – diligente colaborador da ditadura – a do papel subsidiário do Estado. Em termos gerais, significa entregar à iniciativa privada atribuições de Estado para que ela possa lucrar oferecendo na forma de serviços direitos básicos como saúde, educação, saneamento e previdência, submetendo a vida social a um processo quase completo de mercantilização. Ao Estado caberia a responsabilidade de minimizar a tragédia social, subproduto do paraíso das pequenas e grandes corporações, com políticas focalizadas, ocupando as lacunas deixadas pela iniciativa privada – ou seja, amparando de maneira quase sempre insuficiente aqueles não possuem condições de pagar pelos direitos convertidos em serviços. Há certamente uma variedade de argumentos em favor desse tipo de capitalismo que ficou conhecido sob o qualificativo “neoliberal” que evocam o direito fundamental à liberdade, a livre associação individual e a uma ética transcendental de origem católica. Eles podem ser facilmente encontrados na produção de estudiosos do pensamento do Guzmán e em think tanks que atuam no Chile para manter seu legado e adaptar as ideias gremialistas a novas circunstâncias. Sobre isso, consultar Arqueros e Iriarte (2016); para uma sistematização do conceito de subsidiariedade formulado por Guzmán, ver: Mansuy (2016); para uma crítica às consequências da privatização do sistema de previdência chilena, ver: Rivadeneira M. (2017).

UP – e defendia que as associações dos indivíduos deveriam ser livres e em busca de interesses específicos comuns e imediatos. Nessa concepção, pelo menos a nível discursivo, não fazia sentido para os gremialistas que um sindicato fosse afiliado a algum partido político por exemplo.

Ao tomar partido nos acontecimentos de agosto de 1967, Guzmán atuava para isolar a Universidade Católica de seus vínculos com organizações de diferentes tipos, especialmente o PDC, isto é, agia para neutralizar a atuação do movimento estudantil que reivindicava a reforma universitária defendendo e reforçando a hierarquia da instituição, e, por consequência, que se limitasse a assuntos da própria universidade, – assim como um grêmio ou sindicato deveria atuar apenas a assuntos concernentes às necessidades imediatas de seus membros – como se colocada dentro de uma redoma, nas palavras de Guzmán:

El movimiento estudiantil que hizo eclosión ese día databa sus inicios de varios años antes. Desde que la Democracia Cristiana asumió el control de FEUC en 1960, esta entidad empezó a convertirse en un instrumento de antagonismo hacia la dirección superior de la Universidad, esbozando gradualmente la bandera de una reforma universitaria y acusando a las autoridades de representar un esquema autocrático y conservador. Por otro lado, bajo la idea-fuerza de “insertar a la Universidad en la realidad social” latía el propósito evidente, aunque no siempre reconocido, de convertir a la educación superior en un instrumento del enfoque ideológico e ideologizado del Partido Demócrata Cristiano sobre cómo debían ser Chile y sus estructuras políticas, económicas y sociales. (GUZMÁN, 2011 p. 33-34)

Embora comumente se afirme que essa nova direita tivesse um caráter defensivo e que buscava apenas manter privilégios políticos e econômicos (MOULIAN, 1994), (GÓMEZ, 2012), Valdivia (2008) discrepa dessa interpretação ao demonstrar que a nova direita possuía um projeto político e estava disposta a torná-lo realidade. Ao contrário, era uma direita ofensiva, doutrinária e orientada para mobilização social, difusão de ideologias e construção de interesses, além do trunfo militar com a exortação às forças armadas.

Os pontos de contato mais evidentes entre o gremialismo e o PN proporcionaram um duplo rearranjo, se dentro do partido a fração nacionalista foi capaz de controlar o partido sobrepondo-se aos liberais, conservadores e independentes, o movimento liderado por Guzmán teve flexibilidade tática para afastar-se da origem corporativa e agregar-se ao projeto neoliberal que tomaria o Chile de assalto em setembro de 1973, sendo a principal e via de difusão ideológica na oposição ao governo da UP (CRISTI, 1992 p.126).

O mosaico das forças políticas que emergiram, se fortaleceram ou se reorganizaram durante a década de 1960 estabeleceu os marcos das disputas nos projetos de reforma ou revolução dali em diante. Muito mais do que conservar privilégios políticos e econômicos, – já que pela via parlamentar não era mais possível vetá-los – a tarefa principal da nova direita e seus associados era a de implodi-los, de modo a realizar seus próprios programas e dar forma às principais transformações do período – como a reforma agrária – e estabelecerem novos privilégios sob a vigência de um novo projeto político. Essa tendência eclode em oposição ao governo Frei e o PDC e permanece até 1973, ganhando a adesão dos democratas-cristãos ao longo do processo de deterioração do governo da UP

Assim como no quadro geral, o aparente amplo consenso sobre a reforma agrária reforçado pelo apoio de setores anteriormente conservadores como a Igreja e pela conjuntura da Guerra Fria, que tanto por meio de agências internacionais quanto por iniciativa do governo estadunidense vinha ao encontro de reivindicações históricas do campesinato chileno organizado e dos partidos de esquerda, isolava os setores mais reacionários como o PN e o gremialismo ao mesmo tempo em que forçava uma adesão parcial ou renitente de setores mais pragmáticos como o empresariado rural agrupado na *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA).

A agremiação discutiu e tentou negociar enquanto pode os marcos e determinações das leis agrárias, evitando uma oposição frontal no início ao preferir formular dispositivos alternativos e atuar nas brechas legais. Não é coincidência, portanto, que a oposição ideológica e doutrinária à reforma agrária, representada pelo PN e os gremialistas, encontre a oposição pragmática da SNA apenas no final do 1971 com a formação da *Frente Nacional del Área Privada* (FRENAP).

CAPÍTULO II

A EMERGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA NO CHILE

Esta es nuestra diferencia esencial con el socialismo que persigue el marxismo. Este se olvida del hombre y de su derecho esencial, que es la libertad.

Patricio Aylwin³⁰

Nosotros creemos que es fundamental ir progresivamente a un cambio de la naturaleza del Estado, para que el pueblo organizado tenga una participación, una conducción y un poder de decisión muy claro.

Jacques Chonchol³¹

Ao longo do presente capítulo procuramos circunscrever o processo de reforma agrária em cada projeto político nacional que esteve vigente no Chile no período compreendido entre os anos de 1964 e 1973. Estabelecemos suas linhas centrais evidenciando as diferenças, considerando, entretanto, que o marco fundamental fora aprovado durante o governo Frei sob condições distintas, o que dificultava o aprofundamento da reforma durante o governo Allende.

Interessa-nos aqui os nexos de continuidade e contradição entre os dois projetos e suas iniciativas referentes à participação camponesa. Se a ideia da passividade política do campesinato antes da reforma agrária é hoje completamente superada, sustentamos neste capítulo que o referido processo, entendido na sua integralidade, condicionou as formas de participação e expressão política ao criar novos instrumentos institucionais e facilitar formas de associação.

³⁰ Entrevista concedida à revista *Ercilla*, 13/07/1966

³¹ Entrevista concedida ao *Poder Campesino*, segunda quinzena de julho de 1971

Passamos então a discutir o protagonismo do campesinato em suas apropriações diversas da reforma agrária, que não necessariamente convergiam com os planos dos respectivos governos nem tornavam a tarefa de realizá-los mais fácil, embora reconheçamos, como ficará demonstrado, que a situação sob Allende é particularmente crítica.

Não temos condições de afirmar com os dados que coletamos se essas expressões de autonomia camponesa configuraram um projeto acabado em condições de medir forças com o governo e a burguesia. Podemos afirmar com segurança que estas expressões de autonomia desafiavam e por vezes impunham grandes dificuldades ao governo, uma vez que, como veremos, a concepção oficial de “poder campesino” era tão vaga quanto a de “poder popular”.

Desse modo, utilizamos uma categoria muito cara ao léxico thompsoniano, a experiência. Ainda que evada exageros cuja tendência é superestimá-la para distintos âmbitos da vida humana, em nossa compreensão a utilizamos para a discussão da relação entre classe, interesses de classe e consciência de classe, importando enquadrar a categoria experiência no presente capítulo e no presente trabalho como experiência de classe. Apenas esta dimensão nos contempla e julgamos, deste modo, estar mais próximos das formulações – heterodoxas, mas ainda assim marxistas – do historiador inglês.

Nossa premissa é que experiência de classe só pode ser reconhecida se “traduzida” em atuação coletiva no sentido de impor ou combater interesses de classe, isto é, sob a forma de sujeitos coletivos, nas palavras de Sampere (2016). Tal consideração impõe uma complexificação tanto na definição do objeto quanto na análise uma vez que a determinação, embora não desapareça, passa a ser atravessada por uma série de condicionantes. Ellen Meiksins Wood é quem nos lembra que Thompson não despreza estruturas, nem tampouco é um relativista, mas que “vê processos estruturados” (WOOD, 2011 p.75).

Dessa forma, procuramos na última seção do capítulo estabelecer e compreender o processo de constituição de sujeitos coletivos durante o processo de reforma agrária, tendo claras duas diretrizes: a experiência de classe é uma das formas possíveis de exercer hegemonia – em sentido gramsciano – a partir do momento em que se manifesta

como expressão coletiva; a forma classista assumida pelos sujeitos coletivos pode ser também desconstituída se submetidos a experiências de classe distintas.

2.1. A centralidade da reforma agrária no projeto político do PDC

Colocado em perspectiva histórica, é possível afirmar que o governo do PDC sob a presidência de Frei foi o governo da reforma agrária, menos por sua radicalidade e seus resultados do que pela importância estratégica que ela assumia tanto no plano de governo como na construção da identidade do partido³².

Dentro do congresso, já nos estertores do governo Allende, a reforma agrária era tratada e defendida arduamente como um legado democrata-cristão. Isso implicou em dificuldades para modificar dispositivos legais da lei 16.640 e uma série de iniciativas do PDC para inviabilizar a política agrária da UP.

Apesar do consenso sobre a importância e inevitabilidade de reformar as estruturas agrárias como condição para a plena democratização no campo e aumento da produtividade, o tema opunha dentro do partido duas frações concorrentes e suas respectivas interpretações sobre o programa da Revolução em Liberdade e a intensidade das transformações estruturais que o PDC estava disposto a realizar.

A questão da disputa interna no PDC é central para compreendermos tanto os rumos do governo como o tipo de hegemonia construída pela fração dominante no partido. Ainda que tivesse considerável base popular, animado por movimentos ligados à universidade e à Igreja, além de grande penetração do campesinato e parte do empresariado, como destacamos anteriormente, em termos eleitorais o PDC conduzia seu projeto sozinho, sem alianças partidárias, negociando em âmbito legislativo as propostas de seu interesse quando já ocupava a presidência da república.

Nesse sentido, eventuais divergências não opunham partidos distintos de uma mesma coalizão, mas frações distintas de um mesmo partido que, sob determinadas

³² O presidente Eduardo Frei reconhecia a importância da reforma constitucional do direito de propriedade e a lei que proibia parcelamentos de terras sem permissão da CORA – tática usada por latifundiários para burlar o processo de expropriação. Em discurso reproduzido na edição de agosto-setembro de 1966 de *Política y Espiritu* afirmava que considerava a reforma agrária a pedra angular de seu governo.

circunstâncias, convertiam-se na prática em partidos concorrentes em luta pela hegemonia interna.

A disputa que se estendeu até 1969 opunha duas linhas que nomearemos aqui como oficialistas e não-oficialistas³³. Suas divergências tinham dois pontos centrais na ideia de comunitarismo e na via não-capitalista de desenvolvimento, que proporcionaram intensas discussões a partir do segundo terço do governo e se refletiam na atuação parlamentar do partido.

O senador Rafael Agustín Gumucio, não-oficialista, argumentava em 1966 que o PDC era rupturista e possuía influência de Mounier, filósofo francês, um dos grandes formuladores do pensamento democrata-cristão, e convergia com o presidente Frei ao afirmar que a reforma agrária era a pedra angular de todas as transformações revolucionárias. Na exposição, o senador Gumucio formula a ideia de um comunitarismo socialista, mas fazendo questão de diferenciá-lo do marxismo.

Um dos laços entre oficialistas e não-oficialistas residia no caráter anticomunista de suas formulações. Os primeiros, de forma intransigente, enquanto os segundos defendiam aproximações táticas dentro do legislativo. Isso ficava expresso em outra passagem do balanço elaborado por Gumucio, a avaliação do senador era de que não seria possível estabelecer alianças com a FRAP, mas poderia obter apoio do bloco na votação de temas de interesse mútuo, como por exemplo a reforma agrária:

Por ejemplo, si em torno del proyecto de Reforma Agraria el FRAP ha anunciado su apoyo, es lógico que se estudie con la Democracia Cristiana el modo de realizar esa reforma, sin que el afán proselitista ni la demagogia desprestigien la obra. Nada podría ser más perjudicial

³³ Petras (1971) chamou as partes em conflito de corporativistas e populistas, distinguindo os primeiros como inspirados por um ideal de sociedade corporativa de traços elitistas, na qual a colaboração entre as classes, mediada por grupos de interesse, atenuaria o conflito social da sociedade capitalista em prol de objetivos nacionais (PETRAS, 1971 p.182). Os segundos seriam defensores de uma participação ativa dos setores subalternos de modo a efetuar a redução das desigualdades e uma maior democratização sobre as decisões de governo (PETRAS, 1971 p.184). Não utilizaremos a distinção de Petras nesta seção porque não temos o objetivo de estabelecer uma comparação profunda entre as influências que compunham o pensamento democrata-cristão e sua expressão prática, sobre essa questão sugerimos Fernández (2017), Scully (2012), Yocelvezky (1985, 1987) e Kallás (2008). Além disso, muitas das formulações e divergências dentro do PDC têm origens comuns que desaguam em conclusões distintas a depender da conjuntura, por isso, focaremos no conflito político fundamental em relação à condução do programa pelo presidente Eduardo Frei, na qual os oficialistas alinham-se com o presidente e os não-oficialistas defendem aprofundar as transformações estruturais.

para el éxito de un auténtico cambio de estructuras que la táctica maquiavélica de tratar de que quien propone las reformas aparezca como un reaccionario ante proposiciones más radicales, pero impracticables o nocivas. Es el caso de la ocupación de los fundos antes de aprobarse la ley sobre reforma agraria, maniobra ejecutada con fines de agitación proselitista y no con motivo de conflictos derivados de peticiones justas. (POLÍTICA Y ESPÍRITU, agosto/1966 p.75)

Ainda que reivindicassem transformações verdadeiramente revolucionárias, os não-oficialistas buscavam conter a potencial disruptivo das classes populares, em relação à reforma agrária, a organização coletiva e as ações contestatórias deveriam ser realizada através dos sindicatos, cujo aumento exponencial foi propiciado pelo PDC, e o apoio das agências de Estado como CORA e INDAP.

A sustentação do programa era e deveria ser, mesmo com a ampla base social que o partido constituía, estritamente institucional. A ideia de formalização de organizações camponesas no processo de reforma agrária não era que elas liderassem, mas que fossem uma instância de representação e força política junto ao governo e ao patronato, um avanço, sem dúvida.

A opção de não fazer alianças possibilitada por ser o centro ascendente da política chilena³⁴, punha o PDC ao mesmo tempo como via de modernização e democratização frente à decadente direita oligárquica e clerical e como alternativa aos partidos marxistas que compunham a FRAP.

As formulações de Gumucio no entanto, procuravam abrir espaços pontuais de diálogo com o objetivo de aprofundar as transformações da Revolução em Liberdade na disputa interna no PDC. Próximo à linha defendida pelo senador, estava Bosco Parra,

³⁴ É Moulian quem classifica o sistema de partidos chileno da década de 1960 como possuidor de um “duplo centro” composto pelo PR e pelo PDC. Segundo o autor, os radicais, já estabelecidos dentro do referido sistema partidário, caracterizavam-se por uma composição social heterogênea, o que refletia o espírito aliancista do partido, suas relações com a esquerda e a direita tradicional e o pragmatismo para participar de distintos governos. Os democratas-cristãos, ao contrário, caracterizavam-se, ainda segundo Moulian, pelo reformismo expresso por suas diretrizes doutrinárias desde a fundação. Surgido a partir das frações rebeldes do antigo Partido Conservador, o PDC da década de 1960 tinha pouca disposição para alianças e influência sobre setores diversos das classes populares, médias e entre o empresariado, o que lhe permitia ser mais doutrinário.

para quem a Revolução em Liberdade deveria “liquidar o capitalismo nacional e liberar as forças sociais” (POLÍTICA Y ESPÍRITU, ago-set/1966 p. 90).

A linha não-oficialista de Gumucio e Parra foi influenciada por uma publicação cuja primeira edição começou a circular em 1965 e cujo título era *El desarrollo de la nueva sociedad em América Latina*, na qual os autores Jacques Chonchol e Julio Silva Solar formularam o conceito de “via não capitalista de desenvolvimento” como alternativa para o estabelecimento de uma sociedade comunitária distinta das experiências do mundo socialista e das sociedades capitalistas no ocidente europeu.

Apesar de críticos das principais experiências socialistas naquele momento, URSS e China, os autores faziam um bom juízo do marxismo (SILVA e CHONCHOL, 1969 p.18) reconhecendo suas contribuições para a análise das sociedades modernas, consideravam-no, entretanto, insuficiente. Como intelectuais cristãos preocupavam-se também com a dimensão espiritual da sociedade e esboçavam na publicação uma formulação peculiar de um humanismo cristão eclético e, de certa forma, até radicalizado.

Desse modo, a sociedade comunitária e as formas de propriedade que ela engendra configuravam intenções profundamente redistributivas e democratizantes. Como realizá-las, isolando politicamente ou convencendo os setores proprietários, a publicação não detalha, mas o diagnóstico dos problemas oriundos do subdesenvolvimento latino-americano os aproximava invariavelmente dos projetos revolucionários do continente.

Sobre a necessidade da reforma agrária, esta deveria ser por princípio rápida, massiva drástica e de redistribuição de direitos sobre terra e águas e contar com o apoio de amplas maiorias cidadãs (SILVA e CHONCHOL, 1969 p.91). Em seu enfrentamento interno no PDC, Gumucio, Parra e os não-oficialistas defendiam o estabelecimento de uma sociedade comunitária, a livre constituição de organizações civis (“socialização sem estatização”) e a aceleração do programa de modo a isolar a decadente direita nacional e os setores oligárquicos, ponto central no reformismo democrata-cristão. Os oficialistas – adjetivo atribuído pelos críticos – organizava-se em torno do apoio incondicional ao presidente Frei e de uma ideia de sociedade comunitária com menos autonomia das organizações civis.

A linha oficialista tinha em Patricio Aylwin, então presidente do PDC, um dos seus maiores defensores e perfilava ao lado do presidente Frei frente às críticas que ele vinha recebendo. Na disjunção que opunha Frei e seus apoiadores e os críticos internos, Aylwin, em entrevista ao jornalista Luis Hernández Parker, da revista Ercilla, e reproduzida na edição de agosto-setembro de 1966 de *Política y Espiritu*, respondia aos principais pontos de críticas de seus correligionários.

O presidente do PDC defendia a administração Frei e a postergação das discussões sobre a sucessão presidencial. Fazia distinção naquele momento entre a linha que se preocupava em sustentar o governo e a que defendia ajustes no programa para pressionar o governo a promover as transformações propostas pela Revolução em Liberdade.

Aylwin considerava utópicas as formulações acerca da ideia de comunitarismo – socialismo sem estatização – expostas na polêmica interna por Bosco Parra e Rafael Gumucio. Aylwin, ao contrário, defende maior centralização e a função fundamental do Estado na sociedade chilena, em suas palavras: “o Estado existirá para o homem” (*POLÍTICA Y ESPÍRITU*, ago-set/1966 p. 85).

Nesse sentido, a sociedade humanista descrita e defendida por Aylwin e que na sua opinião deveria ser perseguida pelo PDC sob a liderança de Frei, caracterizava-se pela prevalência de valores humanos sobre valores materiais, pelos direitos individuais fundamentais e a organização do povo em comunidades naturais que deveriam buscar seu próprio bem-estar. Agregava ainda a liderança máxima do PDC que a propriedade comunitária era apenas um aspecto de uma sociedade comunitária, esta, deveria organizar-se para reconhecer tanto os organismos que atuam sob direção do Estado quanto as pessoas que participam dela.

As palavras escrutinadas a partir da divergência interna do PDC podem não parecer, à primeira vista, tão distantes de um entendimento em termos estratégicos e dos objetivos da Revolução em Liberdade. Na conjuntura em que se manifestavam eram expressão da uma disputa no curto prazo sobre a profundidade e a intensidade das transformações que o partido se propunha a realizar, – o que passava obrigatoriamente pela principal transformação que o PDC realizou, o ataque à oligarquia agrária via tríade legal representada pela reforma constitucional do direito de propriedade, a lei de

reforma agrária e a lei de sindicalização camponesa – a contestação à liderança de Frei, que evidenciava o afastamento de setores do partido em relação ao governo e, o ponto fundamental, a superação do sistema capitalista pela via não capitalista de desenvolvimento.

Em termos táticos, ainda que ambas as tendências tivessem restrições à oposição de esquerda representada pela FRAP, Gumucio e Parra representavam um canal de diálogo com a referida coalizão com o objetivo de aprovar os projetos do governo no congresso, enquanto a liderada por Aylwin, oficialista, representava a linha de defesa de Frei e a diferenciação com a FRAP.

Os desdobramentos dessa disputa ainda ecoavam no primeiro trimestre de 1967 na seção “Trincheira Política” de *Política y Espiritu*, sob o título “*Quien es nuestro enemigo?*”. O artigo marcava posição pelo afastamento do partido tanto da FRAP quanto dos partidos de direita e seus setores oligárquicos:

La tesis de que depende de una mayor energía revolucionaria nuestra la posibilidad de minimizar la oposición del Frap, nos parece típicamente de tendencia conciliadora. Ella hará nacer, sin lugar a dudas, tanto afanes de justificar a enemigos tenaces, como a sugerir que debemos entrar en acuerdos generales con ellos. (POLÍTICA Y ESPÍRITU, jan-mar/1967 p.7)

O mesmo artigo avaliava que a direita tradicional estava morta, de modo que o partido deveria concentrar suas forças em contrapor a FRAP, que nessa avaliação aproveitava-se das medidas que coincidiam entre os programas para “ultrapassar, dirigir, contrariar e desprestigiar” as iniciativas do PDC, como no caso da reforma agrária.

Em consequência disso, a lei sindical aplicada na área reformada, tinha o objetivo de não criar estruturas em conflito entre os trabalhadores sindicalizados, proprietários assentados, proprietários cooperados e proprietários individuais. Mesmo com essa diferenciação o PDC buscava formar um grande movimento pela sustentação da reforma agrária, e esse objetivo envolvia não só os setores rurais, mas também os setores urbanos.

Os sindicatos camponeses tinham a possibilidade de vincularem-se a organismos internacionais e só ganhavam personalidade jurídica com a apresentação da ata de constituição e os estatutos. O discurso do PDC em defesa da “liberdade sindical” e, ainda que não fosse uma obrigatoriedade, a preferência explícita pela constituição de sindicatos apartados de partidos políticos e com atuação localizada, tinha o objetivo de disputar os setores populares com outros partidos – principalmente os que compunham a FRAP naquele momento – que historicamente estavam mais próximos a eles do que a relativamente nova Democracia Cristã. Não é uma surpresa, portanto, que a *Triunfo Campesino* tenha se constituído como a confederação a dar sustentação ao PDC como consequência dessa iniciativa.

Em sua prestação de contas como presidente do PDC em 1967, o senador Patricio Aylwin tratava a reforma agrária – assim como a linha dissidente – como a principal proposta a ser realizada pelo governo. O senador defendia que era preciso criar as bases de sustentação econômica da reforma e criar novas formas de organização do campesinato, pois, em suas palavras, sem a referida organização o governo poderia fazer pouco mais do que coletivizar as terras em poder do Estado.

Como podemos observar, ainda no primeiro trimestre de 1967 era consenso no PDC – ainda que alguns quadros não reconhecessem isso publicamente – que o processo de reforma agrária era definitivamente um processo político sustentado por transformações no direito de propriedade que deveriam ser sustentadas pelas próprias organizações do campesinato e suas relações com os partidos políticos, movimentos sociais, agências estatais e sociedade civil.

Frente aos setores resistentes à reforma agrária como o empresariado organizado na SNA, a constituição de sujeitos coletivos potencialmente autônomos, com interesses e identidades próprias, tornava mais difícil a oposição pública e exigia desses setores formas mais complexas de esvaziá-la. Se a autonomia potencial desses sujeitos coletivos eventualmente estivesse subsumida a algum projeto político, como a Revolução em Liberdade, melhor para o PDC. Retomando as palavras de Aylwin em sua prestação de contas, era necessário, para superar uma sociedade capitalista em direção a uma sociedade comunitária, criar organizações de uma sociedade comunitária.

No mesmo sentido, o II Congresso do PDC expunha e acordava a necessidade de avançar na via não capitalista de desenvolvimento, caracterizada pelo incremento de formas comunitárias de produção e reforçando importância da reforma agrária:

En este proceso, la organización del pueblo en sindicatos, cooperativas, juntas de vecinos, comités campesinos, centros de madres y demás organizaciones de base es fundamental, a fin de desarrollar el poder popular. (POLÍTICA Y ESPÍRITU, jun/1967 p. 32)

As divergências internas só se encaminhariam para uma definição no primeiro semestre de 1968 com vantagem para linha oficialista, mais conservadora. Uma nota publicada na edição de janeiro-junho de 1968 de *Política y Espiritu* dava conta da formação de duas juntas nacionais, uma de junho de 1967 e outra em janeiro de 1968, que a substituiu. A primeira, liderada pelo senador Rafael Agustín Gumucio, e a segunda por defensores de Frei.

Na prestação de contas à Junta Nacional, realizada em Peñaflor nos dias 6 e 7 de janeiro de 1968, Gumucio reiterava a defesa da aproximação tática com a FRAP, e criticava o fato da figura do chefe de governo se confundir com a do chefe do partido, em crítica direta a Patricio Aylwin³⁵, tornando o partido submisso ao governo.

A interpretação de Gumucio sobre a trajetória do PDC é que o partido sempre foi anticapitalista, tendo esse caráter sido expresso já na declaração de princípios de 1957. Como consequência, os ataques publicados por de *El Mercurio* – maior jornal do país e um dos principais porta-vozes da burguesia chilena – à via não capitalista de desenvolvimento e endossados por quadros do PDC rivais de Gumucio geraram mal-estar ao abrirem mais um ponto de atrito numa longa divergência que havia chegado ao seu estopim quando a junta liderada por Gumucio opôs-se à restrição do direito de greve presente no projeto de reajuste de salários do serviço público.

De fato, a via não capitalista de desenvolvimento e suas nuances ainda provocavam tensões no partido especialmente pelo conteúdo dos acordos do II Congresso Nacional e o informe da comissão político-técnica, presidida à época por Jacques Chonchol, e um documento entregue a *El Mercurio* sob o título: “*La via de*

³⁵ Aylwin defendia a unidade em torno da figura de Frei e adaptações do programa de acordo com as circunstâncias sem submetê-lo a acordos, ainda que pontuais, com a FRAP.

desarrollo no capitalista: estrategia revolucionaria para la transformación socialista de la economía” por diretores nacionais do Departamento sindical e do departamento campesino da DC, assim como o presidente nacional da JDC.

As formulações do documento foram enfaticamente desautorizadas por Bernardo Leighton, vice-presidente nacional do PDC, em carta datada de 28 de dezembro de 1968 endereçada a René Silva Espejo, diretor de *El Mercurio*, subscrita pelos senadores democratas-cristãos Ignacio Palma V., Patricio Aylwin A., Tomás Pablo E., Tomás Reyes V., José Musalem S., Benjamín Prado C., Jose Foncea A., Ricardo Ferrando K., Raúl Gormaz M., Alejandro Noemi H.

A disputa só seria ultrapassada com a desfiliação do senador Rafael Agustín Gumucio, ainda no início de 1969, e o respaldo da linha oficialista ao presidente Frei – que havia pedido a saída da direção liderada por Gumucio que aprovou o acordo sobre a via não capitalista de desenvolvimento no II Congresso – que na edição de abril-junho de 1969 ficou expressa na carta resposta de Jaime Castillo, presidente nacional do PDC, à carta renúncia de Gumucio.

2.2. A dimensão institucional da reforma agrária e a acomodação das contradições

Em janeiro de 1967 era promulgada após pouco mais de um ano de discussões a lei 16.615, reforma constitucional que fazia mudanças no direito de propriedade. A lei estabelecia as formas de adquirir, alienar e desfrutar do direito de propriedade de acordo com as limitações e atribuições que permitissem assegurar sua função social. A função social da propriedade estabelecida em lei era definida nos seguintes termos:

La función social de la propiedad comprende cuanto exijan los intereses generales del Estado, la utilidad y salubridad públicas, el mejor aprovechamiento de las fuentes y energías productivas en el servicio de la colectividad y la elevación de las condiciones de vida del común de los habitantes. Cuando el interés de la comunidad nacional lo exijan, la ley podrá reservar al Estado el dominio exclusivo de recursos naturales, bienes de producción u otros, que declare de importancia preeminente para la vida económica, social o cultural del país. (LEY DE CHILE, 1967)

A flexibilização do direito de propriedade retirava das classes proprietárias a garantia da inviolabilidade, mais precisamente, condicionava a inviolabilidade do direito de propriedade ao interesse coletivo, passando para o Estado a prerrogativa de realizar as expropriações sempre que fosse necessário, na forma da lei, e, por consequência, diminuindo o poder político dessas classes. A mudança desse dispositivo constitucional era necessária pois ele abria caminho para expropriações de terras que a lei 16.640 instituiu no mesmo ano (BENGOA, 2015 p.307).

Podemos considerar que a flexibilização do direito de propriedade foi a primeira iniciativa legislativa tendo como objetivo uma mudança estrutural no regime de terras do país no governo do PDC não apenas por definir os critérios e a função social da propriedade, mas também, como já argumentamos, pela centralidade que a reforma agrária possuía no plano de governo.

Constituíam-se deste modo o primeiro golpe em parte da oligarquia agrária que ainda mantinha formas arcaicas de produção³⁶. É necessário observar que apesar da oposição parlamentar do PN e a intransigência dos gremialistas sobre o direito de propriedade (VALDIVIA, 2008), além de ruídos com frações empresariais, um amplo consenso de base social e parlamentar foi construído para levar em frente a via legislativa da reforma agrária.

Isso ocorreu, em primeiro lugar, porque o PDC definia sozinho o fio condutor da reforma agrária, estritamente institucional e com papel central dos técnicos (PETRAS, 1971), e em segundo lugar pois ainda que a mobilização popular do campesinato e do proletariado agrícola não sejam produtos diretos da reforma agrária³⁷, antes o contrário, nem sejam exatamente uma novidade na década de 1960, é a tríade legislativa proposta, discutida e aprovada no congresso que normatiza e define os parâmetros da atuação

³⁶ Robles e Kay (2018 p. 119) argumentam, subsidiados por um relatório do ICIRA de 1966, que havia diferenças entre haciendas tradicionais, intermediárias e modernas. As primeiras representavam 33% do total, enquanto as outras 46% e 21 % respectivamente. Os autores também argumentam que as de menor tamanho tinham uma produtividade média maior.

³⁷ Robles (2009) destaca os conflitos no campo relacionados ao processo de proletarianização ainda no início do século XX; Valdivia (2020) destaca a brutal repressão do Estado chileno contra manifestações populares de uma forma geral na mesma conjuntura; Gómez (1982) argumenta que o campesinato não esteve passivo nem marginalizado diante da política chilena, mas sob a violência institucional imposta até o início da reforma agrária; enquanto Acevedo (2017) reconstrói a atuação do Partido Comunista entre o campesinato no período compreendido entre os anos de 1935 e 1948.

popular e do conflito de classe que ocorreriam durante o desenvolvimento da reforma agrária desde então.

Desse modo, as formas de mobilização e resistência pela e contra a reforma agrária estiveram diretamente influenciadas pelo marco legal aprovado pelo PDC, isto é, ainda que ocorressem *tomas* de terras e que a violência e o assédio impostos ao campesinato pelos latifundiários testassem os limites da legislação, é a forma legal que neste estabelece um caminho para a produção de novos sujeitos coletivos e novas formas de atuação e as institucionaliza.

Essa dimensão institucional e contratual da reforma agrária, longe de acabar com as contradições e de esgotar em si as formas de atuação política, expressa, isso sim, a hegemonia construída pelo PDC e seus formuladores agrários que naquele momento se estabelecia, a legislação é, frisemos este ponto, consequência desta hegemonia, não sua causa.

A partir de então tem-se um marco fundamental no qual o desenvolvimento da reforma agrária proporcionou a construção e a decomposição dos interesses de classe e dos sujeitos coletivos implicados neste processo. Os democratas-cristãos e seu partido estabeleceram os parâmetros da reforma agrária, enquanto as classes do campo organizaram-se para disputá-la ou para resistir a ela.

A segunda iniciativa legislativa do governo foi a lei 16.625 que dispunha sobre a sindicalização no campo, também promulgada em 1967, no mês de abril. Dentro da concepção democrata-cristã era necessário integrar o campesinato à reforma agrária, à sociedade e à economia nacional³⁸.

Antes de 1967 até era possível constituir sindicatos rurais, embora fossem atos episódicos de resistência (AFFONSO *et al.*, 1970 p.26), mas havia uma série de restrições que impunham dificuldades por vezes insuperáveis³⁹. Além disso, Brian

³⁸ Em texto datado originalmente de 1971, Brian Loveman combatia a ideia de “marginalização do campesinato”, como se ele subitamente tivesse aparecido a partir do advento do governo democrata-cristão de Frei. O texto de Loveman está presente como prólogo da obra de Nicolás Acevedo Arriaga (2017). O mesmo autor também é responsável por um artigo sobre a *Liga de Campesinos Pobres* entre a década de 1930 e 1940 (ACEVEDO, 2015).

³⁹ Entre outros complicadores, além de um número mínimo de membros, era necessário que parte deles fosse alfabetizada, o que se configurava como um grande empecilho nas áreas rurais que apresentavam ainda nos anos 1960 os maiores índices de analfabetismo que as áreas urbanas.

Loveman argumenta que a “autoridade proprietária” configurava-se como um elemento de controle sobre o conjunto do campesinato, pois fundada num sistema nacional de leis de propriedade e reforçada por padrões regionais de leis consuetudinárias (LOVEMAN, 1976, p. 29).

Faz-se necessária uma observação prévia acerca da lei 16.625 no que diz respeito à sindicalização. O primeiro artigo da referida lei estabelecia que tanto trabalhadores quanto empregadores tinham o direito, igualmente e sem qualquer distinção, de organizarem-se livremente em suas respectivas associações, bem como deixa-las a qualquer momento.

Se por um lado permitia e estimulava a associação sindical de trabalhadores agrícolas, propiciava o mesmo em relação ao sindicalismo patronal⁴⁰. Desse modo, a partir da lei 16.625, surge também uma multiplicidade de organizações que conformarão um amplo movimento gremial de empregadores agrícolas, até então inexistente (CORVERA V., 2017 p.95). Ainda que dentro das condições da segunda metade da década de 1960 seja um fenômeno relativamente novo, a organização patronal em si não era, organizou-se desde a independência inclusive assumindo funções de Estado, como no caso da SNA⁴¹.

Enquanto o campesinato ganhava reconhecimento institucional e direito de organização, o empresariado e as associações patronais já estabelecidas ganhavam mais uma forma de equilibrar a pressão que os sindicatos de trabalhadores exerceriam a partir daquele momento. Com a expansão dos sindicatos, formaram-se quatro grandes confederações que os disputavam: a confederação *Libertad* era vinculada à Igreja Católica, a *Provincias Agrárias Unidas* tinha caráter empresarial e se alinhava em oposição aos interesses camponeses, a *Ranquil* era vinculada à esquerda, principalmente

⁴⁰ A CONSEMACH e uma série de sindicatos de empregadores agrícolas de base comunal e provincial afiliados a ela surgem exatamente na reconfiguração do mundo sindical agrícola de 1967 – que as associações patronais dominavam amplamente até então. Ela representava, como abordaremos no capítulo III, um tipo diferente de entidade patronal – mais moderno, isto é, essencialmente capitalista – que, assim como as confederações sindicais camponesas, disputaria poder e influência com a já consolidada SNA. Como esperamos demonstrar ao longo de nossa discussão nos próximos capítulos, no caso do empresariado agrícola, elas formaram um bloco para uma atuação conjunta, no caso das confederações formadas pelos trabalhadores elas pulverizaram seus interesses e objetivos.

⁴¹ Desempenhava o papel de ministério da agricultura ainda no século XIX.

os partidos que compunham a FRAP e posteriormente a UP e a *Triunfo Campesino*, hegemonzada pelo PDC (GÓMEZ, 1981).

Não por acaso, a confederação *Triunfo Campesino* era a maior até inícios da década de 1970, seguida de perto pela *Ranquil*. Frei e o PDC conseguiram formar uma ampla base de apoio no campo que sustentava não só a reforma agrária, mas o projeto de governo de uma forma geral:

For some Christian Democrats land reform was an essential part of a broader effort to redefine and redistribute property in Chile. Rejecting capitalism and socialism, these Christian Democrats advocated rapid introduction of “communitarian” property to eliminate the class antagonisms implied in a social system which separates labor and capital (LOVEMAN, 1976 p. 242).

Por fim, o último ato de institucionalização da reforma agrária estava representado pela lei 16.640, promulgada em julho de 1967. Tratava-se de um amplo documento cujo objetivo era estabelecer e regulamentar todas as etapas do processo de reforma agrária, da classificação das propriedades à possibilidade de expropriação e o estabelecimento de assentamentos, cooperativas e sociedades de pequenos proprietários.

O objetivo de Frei era beneficiar cem mil famílias camponesas (BITAR, 1980) oferecendo acesso à terra a partir das expropriações e do estabelecimento de assentamentos. A questão das expropriações era central para todos os setores que sustentavam e defendiam uma reforma agrária que redistribuísse terras e aumentasse o acesso ao direito de propriedade⁴².

A lei estabelecia que todas as propriedades rurais acima de 80 HRB (*Hectárea de Riego Básica*) poderiam ser expropriadas, além de propriedades mal exploradas, ou ociosas. A medida em HRB era equivalente a uma *hectárea* das terras irrigadas da zona central e usada como parâmetro tanto para medição da zona de reserva dos proprietários, quanto para as propriedades transferidas para os camponeses na forma de assentamentos.

⁴² Os setores conservadores nem sempre se opuseram frontalmente à reforma agrária, como já observamos, preferindo defender uma reforma agrária essencialmente tecnocrática objetivando o aumento da produção e passando ao largo da democratização do acesso à terra.

Por sua vez, o assentamento era um tipo de propriedade de transição sob responsabilidade do Estado que após três anos seria concedida aos assentados na forma de propriedade familiar, ou individual, a depender da escolha dos beneficiários. A ideia era que durante esse período os assentados recebessem assistência técnica, investimento e capacitação para que pudessem obter posteriormente o título de propriedade e manter a promoção da comunidade com a criação de organizações de base (GAZMURI, 1970 p.80).

Como fica demonstrado, havia por certo um conteúdo profundamente democrático na política agrária do PDC, o acesso à terra e o incentivo e reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo político e suas formas de associação representaram novos modos do conflito de classes no campo. A obra do PDC sedimentou os parâmetros da reforma agrária, redefiniu o papel das agências de Estado na agricultura e possibilitou novas formas de participação com o objetivo de estabilizar a economia, privilegiar os canais institucionais de resolução de conflitos e diminuir as *tomas* de terras – que nunca deixaram de ocorrer.

Concluía-se assim a fase contratual da reforma agrária, todos os desdobramentos dessa fase envolveriam as bases lançadas pelo PDC durante a administração Frei, seus rumos, os sentidos da reversão, da superação ou da continuidade estariam em disputa pelos partidos, associações de classe e sindicatos envolvidos na reforma agrária.

2.3. As condições da transição socialista: a UP na política chilena

A eleição de Salvador Allende à presidência do Chile em 4 de setembro de 1970 representou não apenas um marco na história daquele país como se tornou um caso paradigmático na construção do socialismo na América Latina. Até a eleição que o consagrou presidente, Allende havia sido derrotado nos três pleitos anteriores, em 1952, com a *Frente Nacional del Pueblo*⁴³, e em 1958 e 1964, ambas com a FRAP.

O triunfo da UP, coalizão de governo sucessora da FRAP criada em 1969 pela qual fora eleito, começava a trilhar em 1970 um caminho para o socialismo ancorado na

⁴³ Cujá sigla era FRENAP, mas como não faremos mais referência a esta coalizão ao longo do trabalho, optamos por escrever esta nota para que não haja confusão com a *Frente Nacional del Área Privada*, que é referida em nossas fontes com a mesma sigla.

radicalidade da mobilização popular e num programa de governo que via na ocupação e controle do aparato estatal um dos pilares das transformações que a UP se propunha a realizar.

A via chilena ao socialismo jamais foi pacífica, sua existência era um desafio tanto a interesses burgueses e imperialistas quanto à imaginação política e criadora dos trabalhadores chilenos e de seus formuladores, ela era fundamentalmente civil – ao contrário da militarização crescente da nova direita sessentista – e permeada por contradições. É importante reconhecer as contradições internas da UP, sua dificuldade em lidar com os setores rupturistas da coalizão e a própria ineficiência administrativa que agravou a crise econômica e pôs em xeque tentativas de composição com parte da burguesia e da oposição parlamentar.

É possível considerar, quase cinquenta após seu ocaso, que a experiência chilena tenha sido um fracasso, permeada por fracassos, ou, de uma forma ainda mais apressada, fadada ao fracasso. O que é imperativo reconhecer – e investigar – são as hábeis estratégias dos distintos setores da oposição e a flexibilidade e criatividade das frações reacionárias internas e externas.

Em 11 de setembro de 1973 houve um golpe de Estado no Chile, não o esgotamento de uma experiência de transição socialista. O ímpeto e as agitações golpistas manifestaram-se logo após a eleição de Allende e perduraram por quase dois meses até a ratificação do presidente no Congresso Pleno⁴⁴, o que no quadro geral de instabilidade teve seu evento emblemático no sequestro e assassinato do então comandante em chefe das forças armadas, o general René Schneider, numa emboscada na qual participaram militares golpistas⁴⁵ e civis de extrema-direita⁴⁶.

⁴⁴ No Chile, à época, não havia segundo turno, de modo que por não ter obtido a maioria absoluta dos votos, Allende e sua coalizão precisavam obter um voto de confirmação por via indireta, pelo congresso, o que conseguiu após fazer um acordo com o PDC.

⁴⁵ Notoriamente o general Roberto Viaux, comandante do Tacnazo um ano antes. O Tacnazo foi uma tentativa de golpe contra o presidente Frei liderada por Viaux em outubro de 1969 a partir do Regimento Tacna, localizado em Santiago.

⁴⁶ Vinculados ao grupo fascista *Patria y Libertad*.

É igualmente conhecida e bem documentada a atividade da CIA no país, especialmente seu financiamento à campanha promovida contra Allende⁴⁷ e ao *paro de octubre*. Por tudo isso é necessário ter em conta que embora não dispusesse dos meios revolucionários consagrados no século XX – o socialismo chileno erigia-se desarmado – a via chilena ao socialismo estava conectada com uma ampla base popular e era parte do cotidiano dos trabalhadores, era nesse sentido o mais primitivo dos conflitos de classe: quando um grupo social elabora, sustenta e defende seus interesses contra outro⁴⁸.

Os próceres do golpe de Estado de 1973, civis e militares, não estavam preocupados com as muitas crises no período compreendido entre a posse de Allende e a derrubada de seu governo, eram antes sua causa. Assim como a UP, possuíam um projeto para o país que foi expresso e detalhado no panfleto conhecido como *El Ladrillo*, que veio a público poucos meses antes do golpe, incompatível com a participação popular, com os direitos fundamentais e com a democracia⁴⁹.

A privatização de quase todos os setores da economia – uma exceção foi a previdência dos militares – e a mercantilização dos direitos sob a forma de serviços eram alguns dos principais ataques ao legado da UP na preparação para o laboratório neoliberal que o Chile seria a partir de 1973. É certo que as ideias e práticas do neoliberalismo não eram exatamente uma novidade no país⁵⁰, mas a razão tecnocrática por si só era incapaz de construir maiorias que pudessem sustentar politicamente a perda de direitos e o aumento da disparidade social.

A solução óbvia foi uma ditadura comandada pelo general convertido em presidente de junta militar Augusto Pinochet, que permaneceu no poder por dezessete

⁴⁷ Muito do que se sabe sobre as atividades de desestabilização e promoção do golpe de Estado no Chile foi detalhado num relatório ao senado estadunidense em 1975, intitulado *Covert action in Chile 1963-1973*.

⁴⁸ Fazemos aqui uma referência breve a Thompson.

⁴⁹ O documento ora referenciado era uma sistematização de um amplo programa econômico concebido pelo empresariado e destinado a reverter a política econômica da UP por meio de um choque, como observa Klein (2007). A previsível resistência popular ao amplo ajuste proposto no documento não era, certamente, um obstáculo, em apresentação anexada ao documento original de *El Ladrillo* em 1973 às vésperas do golpe lia-se a curiosa passagem: “El enfoque basico fue el de considerar con criterio eminentemente tecnico las alternativas de solución, **haciendo abstracción de las restricciones políticas que pudieran existir en el momento de iniciar una política económica como la diseñada**” (*El Ladrillo*, p.16 grifos nossos). A razão tecnocrática definia os critérios de implementação do choque com as consequências conhecidas.

⁵⁰ Em 1955 chegou ao país a Missão Klein-Sacks, cujo objetivo era difundir o ideário do *laissez-faire* no país, no que teve amplo apoio do jornal *El Mercurio*, segundo Correa (2005).

anos e combinou, não de forma surpreendente, a liberalização econômica e a liquidação das funções do Estado com uma brutal repressão política e social promovida por militares e grupos econômicos que tiveram a oportunidade de lucrar exponencialmente sob a ditadura.

A ordem imposta por Pinochet e consolidada na década de 1980 começou a ser forjada ainda na década anterior com as movimentações para sabotar a posse de Salvador Allende. O economista Ricardo Ffrench-Davis identifica no período compreendido entre 1973 e 1981 a fase mais extrema do neoliberalismo chileno, marcado por uma profunda liberalização comercial e massivas privatizações (FFRENCH-DAVIS, 2014 p.21).

A ditadura comandada por Pinochet, apoiada por grande parte da burguesia chilena, investidores estrangeiros e as forças armadas, além de contar com a assessoria técnica de Milton Friedman e seus *Chicago Boys*, assumiu um caráter contrarrevolucionário desde seu primeiro momento não apenas perseguindo, torturando e matando dissidentes políticos, mas desfazendo todas realizações da UP e dos governos anteriores.

Era, nesses termos, de fato uma novidade, a forma política dos manuais de economia da escola de Chicago e a manifestação prática dos interesses do capital nacional e internacional na sua investida contra a participação popular. As consequências dessa brutal reorientação política e econômica impactaram de forma permanente a sociedade chilena e a transição para a democracia a partir de 1990.

O trauma do golpe de Estado e a normalização do modelo de desenvolvimento econômico mantiveram no período democrático as mesmas estruturas impostas em 1973 – expediente oposto ao praticado pela ditadura na ocasião da derrubada do governo da UP – cujo maior símbolo era a constituição de 1980.

No livro *Chile actual: anatomia de un mito*, cuja primeira edição data de 1997, o sociólogo Tomás Moulian, ao criticar a condescendência com as bases sobre as quais fora construído o pacto político da transição, argumentava que “o consenso é a etapa superior do esquecimento” (MOULIAN, 1997 p.37).

Para Moulian, o apagamento das lutas sociais servia à manutenção, sob o regime democrático, do modelo econômico da ditadura, com o objetivo de apaziguar os temores

de militares e empresários. A situação observada por Moulian foi definida pelo cientista político Carlos Huneeus, em ampla análise sobre a transição da década de 1990, como uma democracia semi-soberana na qual acordos entre elites diminuía a autoridade do governo e do congresso:

Dentro de estos recursos institucionales limitantes de la autoridad de los poderes Ejecutivo y Legislativo sobresale la Constitución de 1980, que se guía por un modelo político distinto al de la democracia pluralista, pues sigue uno de «democracia protegida», con tutela militar y desconfianza en la soberanía popular. Otro fenómeno que limitó la soberanía democrática fue la continuidad del general Augusto Pinochet en la dirección del Ejército, quien además intervino en la arena política para defender los intereses de su institución y los de su familia. La autonomía de las Fuerzas Armadas que actuaron como un dominio reservado, favoreció este protagonismo de Pinochet, quien mantuvo presencia en la vida pública, puesto que en 1998 asumió como senador vitalicio. (HUNEEUS, 2014 p. 155)

Deste modo, a recuperação do socialismo chileno, suas nuances, particularidades, insuficiências e legados pela historiografia sobre o período tem demonstrado a relevância do tema nos debates latino-americanos com a produção de análises que percorrem diversos campos do conhecimento por meio de livros, artigos e teses acadêmicas. Nesse contexto há desde análises de cunho memorialístico produzidas por aqueles que viveram a experiência da transição ao socialismo e impacto do golpe de Estado, até produções de caráter mais acadêmico com novas abordagens – para velhos temas – e novos temas de estudo.

Uma das primeiras tentativas de sistematização global do período 1970-1973 foi empreendida por Ruy Mauro Marini no livro *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre Chile*, publicado pela primeira vez em 1976 no México. Trata-se de uma compilação de artigos escritos pelo autor entre os anos de 1972 e 1974 para veículos diversos. Neles, Marini escrutina desde as relações dos partidos na UP, os movimentos populares organizados e a contraofensiva burguesa e suas ligações com os militares. Politicamente vinculado ao MIR⁵¹, Marini era um grande crítico da hegemonia do PCCh

⁵¹ Para um maior detalhamento da presente questão, consultar a exposição feita por Nashla Dahás (2014).

e dos allendistas (gradualistas) dentro a UP e do que chamou de “cretinismo parlamentar” (MARINI, 2019 p.45).

O autor alinhava-se objetivamente a interpretação de que a responsabilidade pelo golpe estava, ao menos em parte, com as frações da UP que tentavam evitar enfrentamentos mais abertos, notadamente a ala mais moderada, Allende, o PCCh e o PR. É, na fineza contundente dos argumentos desenvolvidos por Marini, sua parte mais frágil.

Postura correlata é encontrada em *Dialéctica de una derrota*, escrita por Carlos Altamirano, advogado e ex-secretário geral do PS. Ao comentar a derrota da via chilena ao socialismo, destaca o poder das forças de oposição ante a criação política do governo liderado por Allende. Para o autor, a oposição atuou para frear a qualquer custo o processo revolucionário posto em prática no Chile, e os setores populares não foram capazes de enfrentar essa radicalização (ALTAMIRANO, 1977).

Altamirano enuncia implicitamente a posição de grande parte dos setores do PS, que mesmo integrante da UP, mantinha uma postura crítica ao legalismo que conduziu o governo mesmo quando a oposição assumiu uma postura eminentemente golpista. Assim como Marini, Altamirano era um analista e uma testemunha dos eventos do período, profundamente implicado nos impasses da UP e nas negociações com outros partidos. Smirnow (1979) segue a mesma linha crítica à hegemonia dos gradualistas dentro da UP e sua insistência na aliança de classes.

Há outras duas referências clássicas que buscam oferecer uma análise sistemática do período, mas que possuem também grande valor memorialístico. Tais obras nos oferecerem sólidas narrativas e caracterizam-se por uma descrição detalhada dos acontecimentos que se sucederam desde a eleição de Allende até o golpe de Estado. Dentre as mais interessantes destacamos *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende* e *El gobierno del presidente Salvador Allende 1970-1973 – Una evaluación*, de autoria respectivamente de Sergio Bitar, ministro de mineração entre março e julho de 1973 e Gonzalo Martner, diretor da *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) durante todo o governo.

Martner (1988) considerava que o socialismo chileno mantinha sólidas bases teóricas para a ação de enfrentamento às classes dominantes, mas foi derrotado no

transcurso de seu desenvolvimento tanto pelas próprias hesitações quanto pela atuação das forças de oposição que se fortaleceram e atuaram nas fissuras do governo, enquanto Bitar (1980) observa que se constituiu uma discrepância entre o que chamou de meta e trajetória de governo.

O autor considerava que a UP não soube lidar com as condições de enfrentamento político-social no Chile e as consequências da promoção de reformas estruturais, especialmente as relativas a mudanças de formas de propriedade e de controle nos centros de comando da economia. Corvalán (2003), Soto (1998) e Davis (1990) também nos oferecem uma combinação de relatos pessoais e análise política dos fatos do período 1970-1973. O primeiro como secretário geral do PCCh, o segundo a partir do posto de médico pessoal de Salvador Allende e o terceiro como observador privilegiado da situação política chilena como embaixador dos EUA no Chile entre 1971 e 1973.

Sob uma perspectiva acadêmica, mas ainda restrita à análise dos atores e blocos políticos do período, é possível destacar os estudos de Moulian e Garretón (1993) e Valenzuela (1989). Editado primeiramente em 1983, *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile* é, como advertem seus autores, uma análise dos “processos principais e dos atores políticos centrais na luta política do período 1970-1973” (MOULIAN; GARRETÓN, 1993 p.21). Privilegiando a atuação de partidos e movimentos políticos, o estudo procura compreender os interesses que levaram os atores políticos analisados a desempenharem distintos papéis no período e como isso se relacionou com os rumos do governo.

Valenzuela, por sua vez, em *El quiebre de la democracia en Chile*, mantém o foco na degradação progressiva da democracia chilena, as dificuldades de realizar as políticas de governo e o conseqüente colapso institucional. São obras que transitam basicamente entre a história e a ciência política, assim como Roxborough, O’Brien e Roddick (1977), enquanto Meller (1998) e De Vylder (1976) empreendem uma análise econômica. O primeiro realiza uma análise comparada dos modelos econômicos da UP e da ditadura, enquanto o segundo concentra-se na trajetória da UP e as dificuldades de viabilizar o programa econômico.

Em *A revolução chilena*, Peter Winn procura destacar a atuação das classes trabalhadoras na sustentação do governo Allende. Winn (2009) desloca o eixo de análise do campo institucional para uma perspectiva da história social na qual o protagonismo dos trabalhadores se expressa ativamente no que o autor classificou como uma “revolução vinda de baixo” que no caso chileno combinava-se com a “revolução vinda de cima” representada pelas diretrizes de governo.

A abordagem de Winn é particularmente influente em estudos de inspiração thompsoniana que se utilizam de novas fontes como entrevistas e documentos relativos ao cotidiano dos trabalhadores, seus anseios, suas representações e formas de organização, algo que o mesmo autor também realizou em seu estudo de caso sobre a fábrica de tecidos Yarur (WINN, 2014).

Um outro campo de estudos que tem se mostrado muito prolífico sobre o período diz respeito às relações internacionais e a influência externa no governo Allende. Luiz Alberto Moniz Bandeira realizou minucioso estudo sobre as estratégias de desestabilização do governo Allende desde antes de sua eleição. Em *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende 1970-1973*, o autor relaciona as mudanças na política externa norte-americana com o progressivo estrangulamento econômico e o apoio econômico a grupos de extrema direita e grêmios empresariais para que promovessem o caos e possibilitassem a mudança de regime.

Ao vasculhar arquivos nos EUA, Alemanha, Chile e documentação diplomática brasileira, Moniz Bandeira evidencia o tamanho da hostilidade e da pressão externa sobre Allende, como por exemplo o papel desempenhado pela diplomacia brasileira no Chile por meio do embaixador Antônio Candido da Câmara Canto. Simon (2021) é quem escreve mais detidamente sobre o apoio brasileiro ao golpe e a Pinochet, demonstrando como as articulações do Itamaraty e do embaixador Câmara Canto representavam uma política de Estado orientada a desestabilizar o país vizinho. Qureshi (2009), de forma similar, escreve sobre a participação dos EUA no golpe a partir da perspectiva do governo Nixon e suas decisões de política externa.

Em relação aos estudos que tem buscado oferecer novos enfoques sobre os impactos das relações internacionais na política chilena no contexto da Guerra Fria, é indispensável a contribuição da pesquisadora e professora Tanya Harmer. O trabalho de

Harmer (2011, 2021) tem defendido uma abordagem global dos eventos ocorridos no Chile entre 1970 e 1973 na qual se reconstituam as tramas entre atores internos e externos, possibilitando determinar o lugar do país na “guerra fria interamericana”, definida pela autora como “uma única e multifacetada disputa entre proponentes regionais do comunismo e do capitalismo, embora sob várias formas” (HARMER, 2011 p.2).

Há renovado interesse das obras que analisam o período, principalmente aquelas lançadas a partir da década passada, nas experiências dos trabalhadores e dos setores populares urbanos que se empenharam na construção e afirmação do poder popular, como a constituição dos cordones industriales, órgãos formados pelos trabalhadores nas fábricas.

O trabalho de Gaudichaud (2004, 2005, 2016) constitui-se como uma das mais relevantes referências sobre o tema, muito embora a historiografia brasileira sobre o Chile tenha ao menos duas contribuições igualmente incontornáveis. As pesquisadoras Elisa Borges e Marcia Cury mantêm enfoques próximos ao mobilizarem referenciais teóricos e metodológicos da história social, escrevendo sobre o cotidiano dos trabalhadores, suas apreensões e experiências durante o processo revolucionário chileno. Enquanto Borges (2015) concentra-se na experiência dos cordões industriais, o estudo de Cury (2017) dedica-se à cultura política dos trabalhadores e ao que a autora chamou de “protagonismo popular”.

Pelas características da via chilena ao socialismo, intensa mobilização popular, protagonismo dos trabalhadores urbanos e dos partidos marxistas, os temas do mundo do trabalho e da política das esquerdas captam quase que automaticamente o interesse de pesquisa. Apesar disso, segue sendo produzida uma quantidade de escritos que se relacionam com outros temas, Dalmás (2017) analisa a propaganda da UP elaborada por meio de cartazes políticos e a construção do imaginário da revolução chilena, Santos (2018) realiza um estudo comparativo sobre os discursos construídos pela imprensa, notadamente os jornais *La Nación* (governista) e *El Mercurio* (opositor), a partir das iniciativas do governo da UP e Schmiedecke (2017) estuda a nova canção chilena e suas relações com a política cultural do período Allende. Há ainda duas coletâneas lançadas por ocasião dos 50 anos da eleição de Allende, Costa e Borges (2020) e Henry, Vasconcelos e Ramírez (2020).

Os escritos de Casals (2021) e Morales (2015) representam um campo ainda incipiente dos estudos sobre a experiência chilena. Eles se concentram na temática da contrarrevolução e das classes populares que se opuseram à UP e contribuem para a problemática da multiplicidade das relações e interesses do campo popular com o governo, suas divisões e disputas internas e associações táticas com a burguesia e a oposição parlamentar. Se a via chilena ao socialismo foi violentamente derrotada em 1973, faz-se necessário compreender também suas insuficiências e contradições internas de modo a não tomarmos como objeto de análise uma forma idealizada das classes trabalhadoras e de suas formas de organização.

2.4. Superação e complementaridade: formas institucionais de participação no processo agrário

Após a posse de Allende em dezembro de 1970, o governo da UP iniciava o ano de 1971 com grandes expectativas e desafios. Sob a sombra da legislação e do legado democrata-cristão entre o campesinato, o governo recém-eleito pretendia aprofundar a reforma agrária. A forma negociada como foi dirigido o processo durante o governo anterior, cabe ressaltar, com amplo apoio dos partidos de esquerda, era objeto de crítica tanto pela forma como aconteciam as expropriações – feitas caso a caso e não por zonas – e pela lentidão propiciada por recursos protelatórios dos expropriados.

A despeito das insuficiências, a grande obra do governo Frei foi a reforma agrária, e sobre isso havia certo consenso dentro do partido mesmo entre linhas divergentes, como já destacamos, e antes de ser aprovada foi necessária uma reforma constitucional que flexibilizasse o direito de propriedade com o objetivo de garantir futuras expropriações.

Ainda que o programa da UP considerasse que era necessário aprofundar a reforma agrária e o primeiro dos vinte pontos básicos postulados pela coalizão estabelecesse a expropriação de todos os latifúndios visando a democratizar o acesso à terra e garantir o desenvolvimento agropecuário, ela assumiu, a despeito do discurso e da disposição do ministro da agricultura Jacques Chonchol para confrontar os interesses

patronais⁵², um caráter complementar à reforma agrária promovida pelos democratas-cristãos durante o governo Frei.

Não é desprezível que terminado o ano de 1971 pouco mais de dois terços de superfície total tenham sido expropriados em relação a todo o período do governo Frei⁵³ (BITAR, 1980 p.95), e em junho de 1972 as expropriações realizadas entre janeiro de 1971 até então representassem já 60% do total de todas as expropriações realizadas (BARRACLOUGH; FERNÁNDEZ, 1974 p.39). Entretanto, o horizonte socialista da reforma agrária da UP estava assentado na premissa democrata-cristã lançada por Frei e os formuladores do PDC.

Em primeiro lugar, o conteúdo revolucionário não se expressava – e nem poderia – por meio da legislação que a UP utilizava, legado do governo anterior. Ainda que a UP fosse uma expressão política do movimento operário, dos trabalhadores urbanos, dos estudantes e diversos movimentos populares, e, em muitos momentos as alas mais radicalizadas da coalizão pressionassem no sentido de fortalecer as organizações populares e mobilizar os trabalhadores para defender o programa de governo tornando mais coesa e ativa a base social de apoio de modo a depender menos das negociações parlamentares⁵⁴, a condução do processo era ainda primordialmente institucional.

Em segundo lugar, essa opção preferencial representava mais do que a originalidade da via chilena, mas a possibilidade restrita por meio da qual ela pôde ser realizada. O entendimento predominante na UP era o gradualismo e a iniciativa do aparato de Estado – por cima – e a pressão popular mobilizada – por baixo – como expresso por Winn (2009). Deste modo, a lei de reforma agrária aprovada no governo anterior, sob condições e com objetivos distintos, era um estorvo para o ímpeto revolucionário dos setores rupturistas da UP e um limite político para uma coalizão que não possuía maioria parlamentar.

⁵² Como observaremos no próximo capítulo.

⁵³ Isso significava 178400 hectares de superfície irrigada e 1379 propriedades comparadas respectivamente com 290600 hectares de superfície irrigada e 1408 propriedades expropriadas no governo Frei.

⁵⁴ Como observa Aggio (2008), Allende fora eleito e governava com uma minoria, fato que o impedia de adotar a mesma postura do PDC no governo Frei.

Na impossibilidade de quebrar ou reformular os termos do contrato, coube ao governo e seu aparato estressá-lo, aproveitando cada brecha e cada nuance para imprimir um sentido próprio à reforma agrária. Ao campesinato e aos militantes rupturistas coube a função de subvertê-lo – e eles não faltaram à tarefa – demonstrando na prática os limites e os problemas daquele processo.

Essa foi a principal contradição da reforma agrária nos anos da UP, a rapidez com a qual se processavam as expropriações para atender a demanda por terras gerava ainda mais demanda por novas expropriações dificultando a organização do setor reformado.

Ao mesmo tempo, os latifundiários, empresários agrícolas, suas respectivas organizações e a oposição parlamentar viam nesse desarranjo uma possibilidade de criar e se aproveitar dos conflitos já existentes no campo exercendo a violência contra os trabalhadores e militantes que realizavam *tomas* e mobilizando o imaginário do caos que se espalhava pelo campo.

O grande desafio era definir como aprofundar a reforma agrária de acordo com os objetivos da UP, aumentando o ritmo das expropriações, constituindo a área de propriedade social (APS) no setor reformado e garantindo o apoio social do campesinato mobilizado à nova fase da reforma. Sem maioria parlamentar para garantir aprovação de leis ordinárias ou reformas constitucionais, o expediente ao qual recorria o governo eram os decretos com força de lei.

Por conseguinte, o fortalecimento de agências de Estado como a CORA e especialmente o INDAP, expressou-se por meio de uma maior autonomia desses órgãos frente às discussões legislativas. O diretor técnico da CORA, Vicente Garcia Huidobro, afirmara ao Poder Campesino em janeiro de 1971 que o governo operaria com a lei de reforma agrária vigente, utilizando de “forma flexível todos os instrumentos de ação que ela permite” fossem expropriações ou intervenções (PODER CAMPESINO, jan/1971 p.7).

Como abordaremos no próximo capítulo, as organizações patronais trataram de investir na denúncia das supostas ilegalidades que a UP promovia ao mesmo tempo em que mobilizavam suas bases e acumulavam força para promoverem um assalto à reforma agrária. Em janeiro de 1971, entretanto, após as tensões pela posse de Allende,

a situação era mais estável e o governo era quem tomava as principais iniciativas no campo conduzindo a reforma agrária.

Bloqueada a via para uma nova ofensiva legislativa como a realizada pelo PDC, o governo decide criar os conselhos camponeses por meio do decreto 481 do ministério da agricultura. Afirmava o então vice-presidente executivo do INDAP, Adrián Vásquez, que essa nova forma de organização política permitiria uma maior participação do campesinato já que havia omissões legislativas em relação a *afuerinos*⁵⁵ e pequenos proprietários não organizados. Dessa forma, o Conselho Nacional Camponês e suas instâncias a nível provincial e comunal – a qual deveriam se integrar todas as organizações como sindicatos ou cooperativas – seriam responsáveis por representar os camponeses diante do governo.

A constituição dos conselhos camponeses, mais especificamente os conselhos comunais camponeses, relacionava-se, ainda de acordo com as palavras de Vásquez, a uma ideia de “poder camponês”, que por sua vez estava inscrita na formulação de “poder popular” da UP, e era igualmente vaga⁵⁶. O objetivo era que os trabalhadores pudessem discutir e deliberar sobre os principais problemas de cada comuna, era um órgão eminentemente político e fazia parte das iniciativas do governo que buscavam reorganizar tanto a produção quanto a participação, mesmo que nem sempre as formas econômicas fossem completamente desvinculadas das formas políticas.

Ainda no mês de fevereiro de 1971, o ministro Jacques Chonchol teve que ir a público desmentir a notícia de que o governo teria intenção de generalizar o modelo de

⁵⁵ Trabalhadores que não possuem relação com as propriedades, assalariados e normalmente pagos por jornada de trabalho.

⁵⁶ Borges (2016) é quem observa que a ideia de poder popular não tinha uma definição muito clara e estava sob disputa dentro da UP. A autora argumenta que para o presidente Allende, que representava a posição do governo, o poder popular significava “organizar e incorporar na estrutura do Estado os operários, os camponeses e os setores médios que representavam a aliança de classes presente no projeto da via chilena” (BORGES, 2016 p.5-6). Sob esta perspectiva, tratava-se da formação de uma aliança contra os setores oligárquicos e a burguesia orientada para uma atuação institucional, preferencialmente nos marcos do novo governo. Em contraposição a esse entendimento, o secretário geral do PS, Carlos Altamirano, defendia uma concepção de poder popular baseada na linha política do PS, de frente de trabalhadores. Isso significava a construção de novas organizações, à margem das já constituídas pela classe operária (BORGES, 2016 p.10). O exemplo era só mais uma manifestação das divergências dentro da UP. Em relação aos conselhos camponeses e as suas instâncias, acreditava-se que poderiam constituir uma nova senda institucional que possibilitasse maior participação do campesinato na tomada de decisões.

fazendas estatais – a crítica política direcionada a esse tipo de exploração era associá-la ao modelo soviético – e que elas apenas se constituiriam em casos especiais, sendo a casa e o cerco entregues de forma individual e a terra expropriada de forma cooperativa ou individual.

No mês seguinte, em março, o presidente da Confederação Rancquil, Enrique Avendaño, declarou que tentava um acordo com o governo para modificar o decreto de criação dos conselhos e incluir os pequenos proprietários. Somado às novas formas de participação, a meta governamental era “ganhar a batalha da produção” aumentando a produtividade da área reformada frente ao setor privado. Além disso, planejava a nacionalização da mineração de cobre e ferro, controle estatal da produção de carvão e salitre, estatização do sistema bancário, incorporação à área de propriedade social os grandes monopólios industriais, aceleração da reforma agrária e ampliação da área estatal do comércio exterior. (PODER CAMPESINO, mar/1971 p.3)

A insistência na construção de espaços de representação e participação para as organizações camponesas tinha o objetivo de replicar no campo a base de apoio urbana da UP. A intenção declarada do governo sobre os conselhos era de desenvolver uma “consciência camponesa” que consolidasse a base social da UP no campo e sustentasse a nova fase da reforma agrária. Para isso era necessário desfazer a obra do governo anterior, isto é, era necessário desativar os aparatos que o PDC construiu nas zonas rurais – como as organizações controladas pelos democratas-cristãos e uma classe de assentados que se tornou refratária às políticas da UP, além do próprio modelo de assentamento – e construir uma hegemonia de modo a sustentar a própria via chilena ao socialismo.

Entre os gradualistas, a forma de realizar esses objetivos era seguir com o programa, adaptando-o às circunstâncias e mantendo as alianças que possibilitaram a formação da UP. Para os rupturistas era necessário promover e aproveitar as ações diretas e investir no enfrentamento para acelerar as expropriações, acabar com o latifúndio e consolidar o poder camponês. Esse impasse era nada menos que a divergência central que opunha comunistas e socialistas no interior da coalizão de governo refletido no desenvolvimento da reforma agrária.

O economista sueco Stefan De Vylder no capítulo dedicado à reforma agrária do livro *Allende's Chile: The political economy of rise and fall of the Unidad Popular*, chamou de “fase destrutiva” o imenso volume de expropriações realizado pela UP entre 1971 e 1972. O autor observa que ao despojar da base material os latifundiários, o governo considerava que comprometeria o conservadorismo rural difundido entre a classe proprietária e poderia dar início ao que chamou de “fase construtiva”, que seria a reorganização da produção no setor reformado, o aumento da produtividade frente ao setor privado e a consolidação da participação popular.

É na “fase construtiva” que as dificuldades da reforma agrária se multiplicaram por três fatores combinados: o crescente protagonismo do campesinato dentro e fora das instâncias de representação – fragmentando interesses e diferenciando grupos de apoio – que configurava para os rupturistas uma possibilidade revolucionária, a incapacidade da UP de lidar com a fragmentação e a pressão imposta ao governo e, principalmente, pela hábil construção do bloco opositor – liderado pela SNA – de alianças no congresso e de uma base social no campo.

Desse modo, ainda que possamos admitir a formulação de De Vylder sobre as fases destrutiva e construtiva da reforma agrária como etapas distintas e complementares nas quais, respectivamente, expropriam-se os latifúndios e constitui-se uma nova superestrutura que possibilite uma maior participação do campesinato, o conflito político estava instalado desde o início do processo, e não apenas entre o novo governo e os expropriados e suas organizações. Era necessário destruir as formas, a memória e as experiências que a reforma agrária assumiu ou proporcionou ao campesinato no governo anterior e resolver a divergência interna dentro do governo de Allende.

Por isso a insistência em criar novas formas de participação e integração nas áreas reformadas, o que ia muito além da simples redistribuição de terras e o estabelecimento de propriedades coletivas. Em resumo, era parte fundamental da reforma agrária obter o consenso e o apoio do campesinato dentro dos parâmetros estipulados pelo governo, do contrário arriscava-se a pulverizar a base de sustentação em interesses setoriais.

Ainda que o ano de 1971 tenha sido caracterizado pelo andamento do projeto, não apenas a oposição parlamentar se fez presente. Como veremos no próximo capítulo, a SNA possuía um departamento dedicado a prestar apoio jurídico aos latifundiários frente aos processos de expropriação e intervenção. Somava-se a isso ainda a ação organizada para sabotar as iniciativas ou as organizações camponesas alinhadas ao governo, como a sonegação do repasse obrigatório para o Fundo de Educação e Extensão Sindical, que forçou a Confederação *Ranquil* a diminuir suas atividades de capacitação técnica junto ao Instituto Nacional de Capacitación (INACAP).

As organizações e os sindicatos camponeses possuíam demandas próprias no processo de reforma agrária que se relacionavam com questões a nível comunal ou provincial. Em entrevista concedida à edição da segunda quinzena de agosto de 1971 de *Poder Campesino*, Alfredo Herrera, secretario de conflitos da Federação El Roto Chileno, de Curicó, argumentava que era necessário aumentar a participação das organizações camponesas.

Citava o dirigente o caso específico da província de Curicó, na qual foram expropriadas terras que não haviam sido pleiteados pelos conselhos e não passaram pela decisão dos trabalhadores. Faz-se necessário observar que já em meados de 1971 havia certo descompasso entre a condução do governo da UP e as movimentações na base do campesinato.

Mesmo com a institucionalização dos conselhos camponeses, concebidos como instância preferencial de participação, eles não eram capazes de oferecer soluções para demandas e percepções particulares de alguns dirigentes, como expressaria de forma categórica Eduardo Sepúlveda, membro da *Federação Los Libres de Talca*: “Yo diria que los consejos campesinos se formaron de arriba para abajo, y a nosotros los campesinos nos gustan las cosas al revés, es decir de abajo para arriba” (PODER CAMPESINO, ago/1971 p.4).

O comentário de Sepúlveda antecipava as tensões dentro dos conselhos camponeses, organizados por iniciativa do governo a partir de 1971, que se transformariam progressivamente num mecanismo de pressão muito forte no campo,

uma vez que ações diretas como ocupações de terras e greves começaram a se tornar frequentes⁵⁷ (FAÚNDEZ, 1988).

Naquele momento, outro pleito que encontraria eco entre algumas frações da coalizão governista era a mudança na lei de reforma agrária de Frei. A polêmica girava em torno dos limites da reserva mantida pelo expropriado. Era de conhecimento tanto do governo quanto das organizações camponesas que ao proceder a expropriação, o dono da terra normalmente escolhia o local da propriedade para estabelecê-la – normalmente o melhor local, com as melhores terras – além de manter sob sua propriedade o maquinário e os animais da fazenda, deixando a terra expropriada com pouco ou quase nada além do próprio terreno.

A avaliação sobre os assentamentos dentro da UP, forma preferencial no período anterior da reforma agrária, era de que eles criavam uma fração de classe privilegiada em relação ao campesinato. Isso acontecia porque após atendida a demanda por acesso à terra, mantinha alguns problemas como a estratificação interna e o isolamento entre uma unidade em relação a outra. Em consequência disso o governo apresentou uma nova iniciativa visando substituir os assentamentos por centros de reforma agrária (CERA), cuja base legal para a instituição eram os artigos 65 e 66 da lei 16.640, de reforma agrária, e o artigo 5 do estatuto orgânico da CORA que dispunha o seguinte:

- a) que producida la expropiación de un predio, la Corporación de la Reforma Agraria puede instalar un asentamiento como etapa transitoria;
- b) que del mismo modo, sin serle imperativo puede formar con los asentamientos una sociedad agrícola de reforma agraria.
- c) que, también la Corporación está facultada para organizar transitoriamente la explotación de los predios con los campesinos bajo la forma de un CENTRO DE REFORMA AGRARIA.

⁵⁷ Barraclough e Fernández (1974) lembram que 63% dos conselhos camponeses haviam sido criados por decreto – o que normalmente foi caracterizado como um tipo de ação “por cima”. Apesar disso, o governo não possuía controle sobre o funcionamento dos conselhos, apenas as diretrizes apresentadas e discutidas com as organizações. Nesse sentido, estava posta uma contradição na qual quanto mais orgânico fosse o conselho, mais autonomia possuía frente ao governo, enquanto aqueles constituídos por decreto por vezes tinham uma atuação deficiente.

d) que, como quiera de acuerdo a la disposición transitoria, corresponde a la CORA la formación, dirección y administración de tales entidades, dicho organismo puede darle la estructura de manejo, la fisionomía económico-social y el sistema administrativo y financiero que fuere más acorde con los altos fines de la actual política agraria. (PODER CAMPESINO, set/1971 p.3)

No interior do governo a avaliação sobre os assentamentos era a de que continham “vícios” de origem. Um fenômeno registrado por muitos autores entre os quais Bengoa (2016), Loveman (1976) e Robles e Kay (2018), era a estratificação propiciada pelo acesso à terra que tendia a diferenciar os assentados dos trabalhadores externos. Os primeiros obtinham parte do pagamento de forma adiantada pelo governo além de uma pequena porção individual de terra que frequentemente era escolhida para trabalho em detrimento da exploração individual, fazendo cair os níveis de produtividade.

Essa situação possibilitava que os assentados, com o amparo técnico e financeiro oferecido pelo governo, pudessem contratar trabalhadores temporários para a exploração coletiva remunerando-os com os adiantamentos. Paralelamente a isso, era frequente a menção por quadros do governo e dirigentes camponeses que era preciso fazer com que o campesinato adquirisse “consciência”. Desse modo, os CERA, apesar de pensados e constituídos como unidades sociais e econômicas cujo objetivo era aumentar e racionalizar a produtividade do trabalho no contexto da “batalha da produção”, eram também uma tentativa de construir aparelhos da UP, disciplinando as rotinas de trabalho e participação dentro dos CERA.

Eram definidos como uma organização social e econômica transitória a ser desenvolvida na área das terras expropriadas pelo governo, podendo ser formada a partir de duas ou mais propriedades que se complementassem, visando a corrigir os alegados problemas dos assentamentos até que se realizasse a concessão da terra de forma definitiva, período que levaria de três a cinco anos. Durante o período de transição a terra era propriedade da CORA, e a exploração era realizada entre a agência e os trabalhadores, como explicava Chonchol.

Seriam alocados todos os trabalhadores que residissem nos imóveis expropriados, além de jovens e donas de casa. Dentro de cada CERA, como órgão

máximo de deliberação, seria formada uma assembleia por todos os trabalhadores, homens e mulheres, maiores de 16 anos e os cônjuges legítimos ou de fato, estendida a mesma possibilidade de participação aos membros das famílias de ambos ou sexos, maiores de 16 anos, que vivessem ou não na área do centro (PODER CAMPESINO, ago/1971 p.5).

A publicação, editada pelo INDAP, deixava ainda explícita a intenção de “promover a solidariedade de classe, para que não haja camponeses de 1ª e 2ª classe como nos assentamentos, visa também terminar com a crença de que os limites de uma propriedade são aqueles definidos pelos patrões” (PODER CAMPESINO, ago/1971 p.5).

Após a criação do CERA eram formados três comitês: de produção, de controle e de bem-estar social. À assembleia cabia a prerrogativa de eleger os membros dos comitês de controle e bem-estar social, compostos respectivamente por três e cinco membros. Por sua vez, o presidente do comitê de controle tinha a atribuição de presidir a assembleia, que deveria se reunir pelo menos uma vez por mês com os acordos definidos por maioria simples de votos públicos, enquanto nas eleições dos membros dos comitês de controle, de bem-estar social e de produção (um presidente e dois a quatro conselheiros) os votos seriam secretos.

O comitê de produção possuía características um pouco distintas dentro da estrutura do CERA. Apenas os trabalhadores e as trabalhadoras participavam da eleição dos membros do referido comitê⁵⁸, sendo também prerrogativa dos trabalhadores e trabalhadoras do CERA decidir a entrada de novos trabalhadores, aprovar as normas de trabalho, os sistemas de remuneração, planos de exploração e balanço, determinar as equipes de produção⁵⁹ que existiriam no CERA e acordar normas gerais para a organização do trabalho produtivo.

Ao comitê de produção ainda caberia dirigir e controlar a atividade produtiva, solicitar créditos, responsabilizar-se pela capacitação de todos os membros do CERA, submeter propostas de trabalho e salários à assembleia, desde que não entrassem em

⁵⁸ Que poderia ser composto por até doze membros, sendo um presidente, entre dois e quatro conselheiros e no máximo sete responsáveis pelas equipes de produção.

⁵⁹ Equipes formadas a partir do comitê de produção responsáveis por organizar os trabalhos permanentes (pecuária, irrigação, administração etc.) e não permanentes (poda, colheita, fumigação etc.)

conflito com as resoluções da CORA, além de informar mensalmente à assembleia sobre a situação financeira do CERA (PODER CAMPESINO, set/1971 p.5-6).

Os CERA eram parte da nova configuração que a UP imprimia às unidades reformadas promovendo a interação com os conselhos comunais camponeses⁶⁰, também uma criação do governo. Tratava-se sem dúvida de uma nova institucionalidade em construção no campo, ainda que submetida à “batalha da produção”, pois as dificuldades de contornar a oposição e conferir um sentido transcendental para o trabalho dentro dos CERA seriam ainda mais profundas se tudo isso fosse implementado sob condições de escassez de alimentos e recursos.

Em entrevista concedida em setembro de 1971 ao *Poder Campesino*, o ministro Jacques Chonchol reconhecia que havia uma oposição aos CERA inclusive por parte camponesinato, especialmente aquela ligada aos assentamentos, e que se estava formando um bloco contra as iniciativas do governo, fenômeno observado também por Barraclough e Fernández (1974) e Vasconcelos (2020). Chonchol criticava diretamente a posição do PDC e lembrava que os assentamentos sofreram ataques parecidos no governo anterior (PODER CAMPESINO, set/1971 p.8).

Além da oposição sustentada à reforma agrária pelas frações oligárquicas e burguesas no país, é importante observar que a despeito da intensa mobilização expressa pelos sindicatos, federações, confederações e outros tipos de organizações camponesas, impulsionada em grande parte pelo próprio governo, a base de apoio da UP, ao contrário do setor empresarial, não constituiu um bloco que fosse capaz de sustentar a reforma agrária ante os problemas de abastecimento e as divergências relativas ao papel que os trabalhadores agrícolas e suas organizações deveriam cumprir no processo.

Enquanto o empresariado agrícola inicia um movimento de convergência após romper definitivamente com o governo do PDC em 1968 – assunto que será abordado no próximo capítulo – e forma um bloco, em relação ao camponesinato a situação é inversa. O legado do governo anterior não apenas estabeleceu as bases jurídicas da aplicação da reforma agrária – como procuramos demonstrar no capítulo anterior – mas também as bases da organização sindical e da mobilização social que durante a fase da

⁶⁰ A incorporação de um novo trabalhador em um CERA poderia ser proposta por qualquer membro do conselho comunal camponês, bastando estarem de acordo a CORA e a assembleia do respectivo CERA.

reforma liderada pelo presidente Frei constituíram o tipo ideal de propriedade reformada: o assentamento.

Somava-se a isso problemas estruturais de organização como o “paralelismo sindical”, que se manifestava como concorrência entre diferentes organizações a buscar a representação dos trabalhadores. A lei de sindicalização 16.425 de 1967 possibilitou a criação de distintas confederações com orientações e alinhamentos políticos igualmente distintos. O que era celebrado nas discussões do PDC como liberdade de afiliação sindical manifestava-se ao longo do tempo como constituição de confederações nacionais alinhadas a diferentes partidos, no caso do campo popular, ou ao empresariado.

Ao final de 1971 as principais confederações nacionais eram a *Ranquil*, *Triunfo Campesino*, *Libertad* e *Provincias Agrarias Unidas*, sendo a *Ranquil* base de apoio da UP, a *Triunfo Campesino* controlada pelo PDC, a *Libertad* de orientação católica e a *Provincias Agrarias Unidas* como uma organização das frações do campesinato que opunham à reforma agrária e do empresariado agrícola (GÓMEZ, 1982 p.24)

Nos dias 22 e 23 de dezembro de 1971, seguindo um movimento de afastamento institucional no congresso entre o PDC e o governo⁶¹, é formalizada uma cisão entre as organizações camponesas com a criação da Confederação *Unidad Obrero-Campesina*, alinhada ao governo, fruto de desentendimentos no interior da *Triunfo Campesino*. Carlos Morales, presidente da nova confederação explicava a importância de torná-la afiliada à CUT e expressar a solidariedade entre trabalhadores urbanos e rurais. Nas palavras de Morales:

Decidimos crear una nueva confederación, porque la posición nuestra, dentro de la ‘Triunfo Campesino’ ya era insostenible. Nosotros, los campesinos de izquierda, luchamos a través de los años para cambiar a la ‘Triunfo’, para que se incorporara verdaderamente al proceso de cambios que se desarrollaba en el país y para hacer que la ‘Triunfo’ representara auténticamente a las bases campesinas. Queríamos que la ‘Triunfo’ no estuviera más al servicio de los momios. Queríamos que estuviera dirigida por compañeros comprometidos con el proceso

⁶¹ Como a destituição do ministro do interior Jose Tohá por meio de uma acusação constitucional movida pelo PDC.

revolucionario y no por dirigentes desclasados, apegados más a los sueldos que perciben que a los intereses de los campesinos. (PODER CAMPESINO, jan/1972 p.15)

O setor das organizações do campesinato refletia a dificuldade de unificar e, mais ainda, a decomposição e a pulverização dos interesses camponeses sob distintas organizações representativas. Esse desarranjo expressava-se pela oposição exercida com cada vez mais iniciativa pelo PDC⁶² e, conseqüentemente, pela oposição também exercida pela direção da TC às iniciativas da UP para o campo.

Em resumo, na medida que em que se intensificava a oposição parlamentar do PDC ao governo, a TC conformava um polo autônomo em relação à reforma agrária cada vez mais dissociado da política do governo da UP. Ainda nos dias 17, 18 e 19 de março de 1972, uma dissidência do PDC, a Izquierda Cristiana⁶³ (IC), realizou sua primeira conferência agrária na qual decidem respaldar a política agrária do governo e acordam realizar estudos para pressionar pela modificação da lei de reforma agrária com o objetivo expropriar imóveis rurais com tamanho maior que 40 HRB – metade da área de reserva que a lei original determinava – incluindo máquinas, benfeitorias e animais, além de apoiar a lei indígena⁶⁴ em discussão naquele momento no congresso.

Todas essas divergências e reconfigurações somadas ao desarranjo da reforma agrária, a intensificação de problemas estruturais desde o final do ano de 1971 e as divergências internas da UP, aumentaram as contradições entre o ritmo de expropriações e organização do setor reformado causando dificuldades na produção agrícola. Em 7 de outubro de 1972, em pronunciamento em Valdivia, poucos dias antes da deflagração do *paro patronal*, o drama da reforma agrária era expresso da seguinte forma nas palavras do presidente Salvador Allende:

El ingreso, lo que gana el campesino, está en relación directa con lo que ellos mismo produzcan. Nadie puede pretender ni menos en un

⁶² No início de 1972 os senadores democrata-cristãos Juan Hamilton e Renan Fuentealba apresentaram um projeto de reforma constitucional com o objetivo de inviabilizar a criação da área de propriedade social concebida pela UP e devolver o controle das indústrias já incorporadas a ela.

⁶³ Partido no qual ingressariam quadros descontentes com a linha oficialista de Frei e seu defensor, Patricio Aylwin, como Rafael Gumucio, Bosco Parra, e posteriormente o próprio ministro Jacques Chonchol.

⁶⁴ Entre outros dispositivos, a lei indígena no Chile estabelecia a restituição de terras ancestrais para a população mapuche. Sobre isso, consultar Chihuailaf (2004).

gobierno popular, que los trabajadores vayan a ganar plata sin trabajar, compañeros. Eso hay que entenderlo muy claro. (PODER CAMPESINO, dez/1972)

A dura intervenção do presidente expunha a dificuldade de ganhar a “batalha da produção” e a incapacidade de articular os CERA – novas unidades de produção do setor reformado – com os conselhos comunais camponeses – novas formas de participação – e disciplinar tanto o trabalho quanto a mobilização popular pela reforma agrária. O governo possuía ainda considerável apoio entre a sociedade chilena, que se refletiria nas eleições parlamentares de 1973, mas àquela altura não havia um sentido comum capaz de fazer a política agropecuária confluir em conjunto com o campesinato, as organizações, sindicatos, conselhos e os partidos. Encontrava-se, pois, em processo de desagregação.

2.5 Crise e reforma agrária: implicações no governo

A criação da FRENAP em dezembro de 1971 foi o primeiro movimento significativo a envolver de forma coordenada amplos setores – quase todos – da burguesia chilena contra a UP. Tratava-se de uma articulação grêmio-empresarial destinada a paralisar o governo a partir da destruição do núcleo fundamental do programa, a APS, e a retomada da prevalência do setor privado na economia.

Em 10 de outubro do ano seguinte foi deflagrado o que ficou conhecido como *paro patronal de octubre*, um movimento grevista localizado no setor de transportes organizado por sindicatos patronais ligados à Confederação de Donos de Caminhões do Chile, e que logo ganhou adesão de outras organizações. A paralisação dos caminhoneiros punha em xeque toda a circulação de mercadorias no país e demonstrava naquele momento a dependência do setor de transporte privado.

Bandeira (2009 p.360) aponta como pretexto para a deflagração do movimento os planos do governo de criar uma empresa estatal de transportes, o autor demonstra, entretanto, que havia uma grande quantidade de dólares financiando o movimento grevista e os sindicatos patronais por meio da CIA, embora a organização e a direção do movimento tenham sido estabelecidas internamente (HARMER, 2011 p. 182) com o objetivo de promover desestabilização e criar as condições para um golpe, situação

agravada pela política externa do presidente estadunidense Richard Nixon, que impunha grandes dificuldades à UP⁶⁵.

O governo já havia reconhecido, por meio da *Dirección de Industria y Comercio* (DIRINCO), as Juntas de Abastecimento e de Preços (JAP)⁶⁶ para conter o desabastecimento e a inflação, e os próprios trabalhadores e os setores populares organizavam-se para defende-lo nas mais diversas expressões do poder popular, como por exemplo os comandos comunais e os cordões industriais. Anteriormente, sob condições muito distintas ainda em 1971, casos emblemáticos de mobilização puseram a fábrica de tecidos Yarur sob controle dos seus trabalhadores (WINN, 2004) e obrigaram o governo a estabelecer o Complexo Florestal e Madeireiro Panguipulli (BIZE, 2017). A diferença fundamental é que após o *paro de octubre* a UP precisava de todo apoio possível para conter o ímpeto golpista e manter condições de governar.

A cobrança de Allende sobre os trabalhadores em Valdivia evidenciava alguns sinais preocupantes para o futuro do governo: em primeiro lugar, a dificuldade de lidar com o aumento da demanda por alimentos em meio ao agravamento do conflito político; em segundo lugar, pelo nível de coesão e compromisso das bases com a via chilena ao socialismo na medida em que tinham que enfrentar novos desafios impostos pela conjuntura ou tinham seus interesses mais imediatos atendidos.

Gómez (1982) observa que no caso da reforma agrária o processo de “recampesinização”, quando o trabalhador despossuído recebia a terra, significava por vezes a sua retirada da luta sindical e coletiva. Neste sentido, uma série de condicionantes históricos e locais interferem na percepção do campesinato sobre a reforma agrária, uma vez que composto por diversos estratos na sociedade rural, ela é constantemente reapropriada e reelaborada, expressando-se sob formas contraditórias (ROBLES, 2020).

⁶⁵ Bandeira (2004) é quem destaca a “fórmula para o caos” desenvolvida pela política externa dos EUA no Chile.

⁶⁶ As JAP foram criadas por setores populares para combater o a escassez de alimentos e evitar a prática de preços abusivos, sendo reconhecidas formalmente pelo governo em 4 de abril de 1972 (GARCÉS, 2005 p.78).

Cousiño e Ovalle (2013), por exemplo, buscaram expor o “outro lado” da reforma agrária⁶⁷ tentando desafiar consensos historiográficos a respeito da participação popular e dos expropriados, enquanto Morales (2015) procura discutir a questão dos setores populares opositores à via chilena ao socialismo, campo que ainda carece de estudos mais profundos e sistemáticos.

A greve patronal dos transportadores terminou no início do mês seguinte com o general Carlos Prats⁶⁸, legalista, negociando um acordo com as forças de direita e as organizações patronais (BANDEIRA, 2008 p.386), seu desfecho impôs, todavia, algumas derrotas políticas ao governo. A principal delas foi a formação de um ministério cívico-militar com os comandantes das forças assumindo os ministérios do interior, minas e obras públicas e transportes dentro um rearranjo ministerial mais amplo.

Na agricultura, o ministro Jacques Chonchol foi substituído por Rolando Calderón ainda no mês de novembro. Filiado ao PS e anteriormente secretário geral da CUT, Calderón assumia no momento mais grave da reforma agrária com o objetivo de “lograr uma real participação camponesa” (PODER CAMPESINO, s/d 1973 p.10), isto é, garantir a mobilização e a sustentação das à política agrária numa conjuntura de avanço da oposição e das entidades empresariais sobre a reforma agrária e o governo.

Ainda sofrendo as consequências do *paro*, ao final de 1972 o governo criou os Centros de Abastecimento Rural com o objetivo de combater a especulação e a carestia de produtos básicos. Tratava-se de uma medida emergencial, mas que se somava a todo o aparato institucional que constituía a política agrária da UP. Concebidos pelo INDAP e a *Distribuidora Nacional* (DINAC), os centros funcionavam como armazéns estatais que realizavam vendas apenas a cooperativas de trabalhadores, CERA, assentamentos e sindicatos.

Os centros estavam subordinados aos conselhos comunais camponeses, de modo que era fundamental que os trabalhadores estivessem organizados nos conselhos para que o centro de abastecimento fosse instalado na respectiva comuna. Era clara a

⁶⁷ Uma obra problemática pelas motivações revisionistas, mas que nos oferece um contraponto às generalizações e pré-noções acerca do envolvimento dos setores populares no processo de reforma agrária.

⁶⁸ O general assumiu o ministério do interior após a reforma promovida por Allende.

estratégia de reforçar os laços dos trabalhadores com os conselhos a partir do estabelecimento dos centros de distribuição, desse modo, o governo anunciava que tinha a intenção de instalar um centro em cada comuna rural, o que necessariamente obrigaria a criação ou o funcionamento orgânico de um conselho camponês já instalado.

Em 1972 existiam apenas sete centros de distribuição, todos localizados nas províncias de Santiago (Isla de Maipo, Codigua e Lampa) e Cautín (Villarica, Vilcún, Cunco e Carahue), e o governo vislumbrava o estabelecimento de mais duzentos até março de 1973. Já no início do ano seguinte o governo se viu obrigado a fazer o *estanco*⁶⁹ do trigo, cuja produção deveria ser vendida apenas para o Estado através da *Empresa de Comércio Agrícola* (ECA). A queda na produção agravada pelo *paro* estimava em um milhão de toneladas a mais de trigo importado durante o ano de 1973.

À exceção do bom resultado nas eleições parlamentares de março – o que no congresso mantinha uma situação de impasse – o governo encontrava-se quase completamente bloqueado no ano de 1973. Se por um lado todo o aparato institucional de participação da reforma agrária mantinha uma parte significativa da base social de sustentação da UP, o governo era cada vez menos eficiente em impedir práticas especulativas e sabotagens.

A insistência no fortalecimento dos conselhos camponeses e o estabelecimento dos centros de distribuição concedia ao campesinato as prerrogativas de administração, da decisão e do enfrentamento às organizações empresariais que apostavam no caos econômico. Dessa forma, restava o chamado permanente à mobilização das bases – que não deixaram de comparecer – que por mais significativo que fosse, era insuficiente, como ficou demonstrado pelo golpe de Estado, para definir um sentido comum e superar as contradições da via chilena, fosse para derrotar decisivamente as forças reacionárias, ou para compor com elas renunciando ao programa revolucionário.

O governo e o próprio presidente empenharam-se na composição com o PDC, àquela altura já integrado ao campo opositor. A tentativa de costura fazia sentido para os gradualistas da UP, os democratas-cristãos iniciaram o ciclo modernizador e tiveram papel fundamental na reforma agrária, seus quadros de esquerda mais progressistas,

⁶⁹ O que significava, diante da situação de crise, em assumir o monopólio da produção e comercialização de trigo, além de manter controle sobre os níveis de distribuição e preços do produto, medida que causava insatisfação nos produtores de trigo.

entretanto, especialmente seus formuladores agrários, já haviam rompido com o partido para integrar a UP ou agremiações próximas.

Se, considerando as formulações de Scully (1992) e Moulian (1994), existiam partidos de “centro” no Chile que poderiam atuar pela estabilidade, eles já estavam dentro do governo (PR) ou na oposição (PDC), o que tornava difícil a construção de um consenso em torno da UP no legislativo.

Entre os rupturistas havia o entendimento de que não se deveria negociar nada, mesmo porque a crise econômica permanecia. O ministro Calderón defendeu pessoalmente durante o encontro nacional dos conselhos comunais camponeses em Chillán, ocorrido entre os dias 26 e 28 de janeiro, uma nova lei de reforma agrária que limitasse os direitos de reserva e tornasse passíveis de expropriação terras maiores de 40 HRB, o que significava diminuir pela metade o que previa a legislação vigente. Além disso, defendia que os conselhos comunais camponeses deveriam julgar e decidir quais terras deveriam ser expropriadas e que uma nova lei de reforma agrária deveria ser discutida pelos conselhos para que tivessem força para impô-la, independentemente da composição do congresso.

A composição do congresso chileno após as eleições parlamentares de março garantiu 44% das cadeiras à UP, o que impedia a destituição de Allende uma vez que eram necessários dois terços do total de votos. Não obstante, a oposição política e o bloco grêmio-empresarial organizado a partir da FRENAP não necessitavam de maioria parlamentar, a via do golpe prosperaria em 1973 com atuação decisiva das forças armadas do Chile.

2.6. A constituição de sujeitos coletivos no processo de reforma agrária

Procuramos na terceira seção do capítulo I organizar e expor a reconfiguração político-institucional do sistema partidário chileno e os aspectos mais expressivos das disputas que circundavam o processo de reforma agrária. O conflito desencadeado no campo chileno a partir da concepção, discussão, maturação e desenvolvimento da reforma agrária envolveu uma série de forças sociais distintas, mas fundamentalmente as classes dominantes historicamente estabelecidas no campo e aquelas em condição subalterna.

Em termos mais claros, proprietários de terras, latifundiários, *hacendados*, e a recente burguesia agrária e os camponeses e trabalhadores agrícolas⁷⁰ que conquistaram protagonismo no processo de reforma agrária, principalmente durante o governo da UP. Naquela conjuntura estiveram presentes uma série tensões políticas que se expressaram de diversas formas, envolveram distintas estratégias e mobilizaram os mais profundos antagonismos.

Partimos, pois, da definição de classe social elaborada pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, na qual ele afirma o seguinte:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação madura das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno com uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc. (THOMPSON, 2001 p. 270).

Tem-se desta forma uma concepção de classe social que, como o próprio Thompson observou, se diferencia fundamentalmente dos usos desta categoria por tendências mais ortodoxas do marxismo, como o estruturalismo de Althusser – contra ao qual Thompson se insurge na obra *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – Uma crítica ao pensamento de Althusser* – pelo seu caráter histórico, processual e relacional.

Isto é, a classe, o entendimento dos indivíduos de uma determinada classe, sua expressão de classe, suas formas de resistência, atuação política e produção de ideologias são antes o produto de uma diferenciação de complexos interesses coletivos, e, portanto, um certo grau de consciência, do que o resultado da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista, muito embora, cabe ressaltar, esses entendimentos não se excluam.

⁷⁰ Para um detalhamento dos diferentes tipos de relação de trabalho no campo chileno durante as décadas de 1960 e 1970, ver: Loveman (1976), Robles e Kay (2018) e também Oszlak (2016).

Consideramos, alinhados à perspectiva de Thompson, a classe como uma categoria relacional, que sintetiza e organiza interesses coletivos em contraposição a outros, e também histórica, isto é, se desenvolve através do tempo com os processos históricos. Esse entendimento permeia toda a obra do historiador inglês, em especial o seu clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

A inovação operada por Thompson no campo da história social na referida obra, cuja primeira edição é de 1963, consistiu, como em qualquer inovação digna dessa consideração, em trazer à luz questões que a historiografia tradicional sobre o movimento operário inglês ignorava. Thompson, pelo contrário, interessava-se pelos movimentos potencialmente perturbadores da ordem capitalista industrial, ainda nascente na Inglaterra, promovidos pelos trabalhadores como forma de resistência e enfrentamento à sua consolidação.

Destacava o conteúdo político e essencialmente classista na formação de associações de trabalhadores e a organização de interesses comuns, assim como elementos de cultura popular e simbólicos que desafiavam, no caso inglês, as estruturas hegemônicas.

A partir dessa concepção, tem-se uma ruptura com uma conceituação mais tradicional de classes sociais com a adição de um elemento muito caro à práxis thompsoniana: a noção de experiência. Para o historiador, a experiência, produto do diálogo entre o ser social e a consciência social (THOMPSON, 1981), é o elemento central na constituição⁷¹ das classes sociais, tomadas em seu movimento histórico de formação e desenvolvimento.

A primeira implicação teórica nos parece clara, trata-se da transferência da centralidade da determinação estrutural para o processo histórico. A relação reflexiva entre infraestrutura e superestrutura, criticada por Thompson, ganha contornos tendenciais, isto é, evidenciam-se os limites das relações de determinação entre ser social e consciência social a partir do momento em que se leva em consideração o caráter pedagógico da experiência, que por surgir espontânea e inesperadamente entre o ser social, é um elemento condicionante de determinadas ações e produtor de um tipo

⁷¹ Ou na “formação”, maneira como foi traduzido na edição brasileira o título de *The Making of the English Working Class*.

limitado e específico de conhecimento. Destacamos para fins de exposição o seguinte trecho:

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. [...] Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido – as pessoas podem, dentro de limites, *viver* as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceituais dominantes (THOMPSON, 1981 p.17).

A segunda implicação teórica que nos sugere a utilização thompsoniana do termo *experiência* é o seu caráter produtor de consciências, novos entendimentos, consensos, rupturas e por consequência, novas hegemonias. A experiência é, portanto, a produção coletiva de sentidos sobre uma determinada apreensão subjetiva da realidade, com limites bastante claros, observa o historiador inglês. Assim, os limites e as possibilidades da experiência só podem ser conhecidos no curso do processo histórico no qual mulheres e homens participam e estão circunscritos.

Trata-se, pois, não de superestimar o papel da experiência, mas de pensar como e por que algumas delas se generalizam, modificam e forjam modos de ação política, identidades, memórias coletivas, costumes, tradições, etc. e, como indaga Viotti (1990 p.7), quais seriam seus componentes relevantes. Mais ainda, como um elemento externo espontâneo passa a ser racionalizado e incorporado como constituinte de determinado grupo social, e como grupos sociais submetidos a experiências coletivas rompem certas estruturas e, ao mesmo tempo, constituem outras.

Pioneiramente, no caso de Thompson, a utilização da referida categoria estava associada aos estudos sobre trabalhadores industriais inseridos numa tradição da

historiografia marxista inglesa⁷². No caso chileno, uma série de trabalhos tem sido tributários das contribuições de Thompson como os já referidos de Gaudichaud (2016), Borges (2015) e Cury (2018), além de Bizet (2017) em seu estudo sobre a mobilização de trabalhadores no Complexo Florestal e Madeireiro Panguipulli e o pioneiro estudo de Peter Winn (2014) sobre a fábrica Yarur.

Aludindo a questão posta pela historiadora Emilia Viotti, seriam elementos mais relevantes à experiência as lutas nas fábricas do que as no interior das haciendas; nos bairros operários do que nas comunas rurais? Ainda que a metodologia privilegiada no tratamento dessa questão tenha sido a condução de entrevistas e a construção de uma história “vista de baixo”, é possível detectar e localizar essas manifestações no quadro geral do processo chileno.

As complexidades dos processos históricos, no entanto, apresentam alguns elementos difíceis de depurar se a análise assume um sentido teleológico. Casals (2021) e Morales (2015) registram as contradições das classes populares com o governo da UP, enquanto Robles (2020) atenta para mobilização de parte do campesinato em associação com os latifundiários na resistência à reforma agrária, como já havíamos destacado anteriormente.

Desse modo, persiste a problemática na qual determinados elementos da experiência podem prevalecer sobre outros. Dessa forma, de que modo e sob quais circunstâncias prevalece a experiência de classe? Ainda alinhados à perspectiva de Thompson, determinada experiência de classe pode ser constatada somente no conflito no qual ela se opõe diretamente a outra. Isto é, ela existe na divisão social do trabalho e na sociabilidade cotidiana dos trabalhadores, contém um determinado conjunto de valores e compartilha elementos simbólicos, mas afirma-se na diferenciação expressa pelos conflitos que permeiam o processo histórico.

Marx, apesar da observação do próprio Thompson sobre o capítulo incompleto sobre classes em *O Capital*, ao escrever sobre o golpe de Luís Bonaparte, buscava localizá-las e caracterizá-las naquele processo (MARX, 2015). O historiador inglês as definia da seguinte forma no prefácio do tomo I da edição brasileira de *A Formação da Classe Operária Inglesa*:

⁷² Um panorama das origens, do contexto e das diferenças entre os historiadores ingleses vinculados à referida historiografia, Thompson incluso, pode ser consultado em Kaye (1989).

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e suas instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, p.12).

Nesse sentido, experiência de classe e classe constituem uma relação na qual a segunda é um desdobramento – possível – da primeira, uma vez que o historiador inglês rejeita a ideia de falsa consciência e procura se afastar de determinismos. Isso significa que a experiência de classe, como o sentido coletivo produzido pela apreensão subjetiva das condições as quais estão submetidos os trabalhadores, precisa se traduzir numa intervenção objetiva sobre a realidade, afirmar-se, em resumo.

O reconhecimento da própria classe se dá a partir do reconhecimento de que há uma classe em oposição, o reconhecimento de uma classe subalterna, dominada, dirigida, se dá com o reconhecimento de que há uma classe dominante, hegemônica, já estabelecida e que produz suas próprias experiências de classe, suas organizações e suas ideologias. Nesse sentido, uma das formas de exercer dominação é através do bloqueio de experiências de classe das classes subalternas e a generalização de experiências de classe das classes dominantes.

As formas como essas manifestações de classe ocorrem carregam em si uma plêiade de contradições. O também historiador inglês George Rudé chama atenção sobre como as “crenças inerentes” combinavam-se com reivindicações objetivas que contestavam a ordem capitalista no início do período industrial na Inglaterra (RUDÉ, 1982 p.27). De forma similar, Thompson discorre sobre a “economia moral” como fundamento e motivação para o enfrentamento de situações consideradas injustas.

Interessa-nos, no entanto, o momento no qual as “crenças inerentes”, as quais alude Rudé, estão em segundo plano e prevalecem os elementos objetivos de contestação à ordem e aos projetos políticos estabelecidos e se institui uma nova hegemonia, ou, no curso do processo histórico se aponta nessa direção. Isto é, o momento em que as classes subalternas, operários, camponeses e proletários em geral

assumem o protagonismo necessário para impor, apoiar ou bloquear um determinado processo político.

Em seu trabalho sobre as multidões na Revolução Francesa, Rudé destaca a importância das massas populares no processo revolucionário ainda que diluídas num grupo social genérico – *sans culottes* – foram capazes de “assimilar e identificar-se com novas ideias políticas promovidas pela aristocracia liberal e a burguesia” (RUDÉ, 1967 p. 232).

Assim, as classes ou os grupos sociais subalternos precisam afirmar objetivamente o seu caráter de classe no processo histórico pois, retomando a construção de Thompson pelas considerações do historiador Xavier Domènech Sampere, a classe não é o próprio sujeito coletivo, mas uma forma possível assumida por ele, forma que pode se desfazer sob determinadas condições de conflito uma vez que os sujeitos são os seres humanos em seu processo de vida real no qual determinam e são determinados (SAMPERE, 2016 p.143).

Para Antonio Gramsci, hegemonia é a capacidade de orientar e dirigir os processos sociais a partir da construção de consensos e o exercício da coerção, quando necessário. O intelectual italiano considera que Estado e sociedade civil constituem dois âmbitos não dissociados das lutas sociais que compreendem aparelhos hegemônicos, essencialmente organizações de classe, que disputam hegemonia e a generalização de seus interesses. A historiadora Sonia Regina de Mendonça observa o seguinte sobre este aspecto da obra de Gramsci:

No entanto, se a luta de hegemonias em Gramsci não é apenas uma luta entre visões de mundo, mas igualmente uma luta entre as agências que dão suporte material a essas ideologias, articulando o consenso das grandes massas, é óbvio que os cortes classistas e suas divergências atravessam as próprias agências, muitas vezes contrapondo-as umas às outras. Neste sentido, a sociedade civil guarda não somente forte dose de conflitividade, como também de coerção, equivocando-se os que a tratam como mero “espaço de liberdade”, pelo simples fato situar-se em âmbito distinto do Estado restrito (MENDONÇA, 2013, p. 20)

Nesses termos, o Estado como instrumento e objeto da luta de classes, pode ser orientado, em maior ou menor grau, para projetos políticos distintos que sintetizem relações de força entre classes, ou frações de classes, com a aparente expressão de um interesse geral. Dessa forma, as classes, ao disputarem o poder do Estado, disputam também a influência, isto é, na formulação de Gramsci, disputam a hegemonia em torno de seus respectivos projetos políticos na sociedade civil (GRUPPI, 1978).

A aproximação que fazemos aqui entre a constituição de experiências de classe como emergência possível da hegemonia de novos sujeitos coletivos nos possibilita compreender a dinâmica complexa dos processos históricos e o desafio imposto pelas agências autônomas às estruturas já consolidadas. Possível, ressaltamos, pois a perspectiva assumida pelo historiador das classes e dos movimentos populares – “*from below*” – precisa necessariamente considerar as classes dominantes e seus aparatos, uma vez que, retomando Sampere, a forma classista como se constituem em sujeitos coletivos, como organizam vontades, produzem consensos, ideologias, experiências e meios materiais de enfrentamento, atuam para desmobilizar e esvaziar o conteúdo de classe das massas.

Desse modo, assumir a tarefa de escrever a história de grupos subalternos, nos termos de Gramsci, significa necessariamente assumir uma determinada perspectiva política que privilegie as formas de atuação e construção de sociabilidades dos referidos grupos em oposição àqueles que prevalecem.

Essa atribuição de papéis sociais *a priori*, genérica, faz algum sentido, e aqui há uma aproximação fundamental entre Thompson e Gramsci, menos quando o historiador define suas categorias de análise e abrangência de sua pesquisa do que quando identifica em determinado processo histórico as condições em que se materializam determinadas relações sociais. Isto é, a ideia de processo prevalece sobre a ideia de estrutura, uma vez que só podem se originar de processos históricos complexos, como observa Salles (2012). Em questão, a ação dos sujeitos coletivos (eminentemente humana) e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Os processos históricos, nesta perspectiva, não possuem nem um sentido, nem uma relevância *a priori*, visto que estão, tanto seu desenvolvimento quanto suas representações, submetidos a condições históricas que os influenciam e modificam de

forma permanente, e embora se possa identificar tendências mais ou menos fortes, não se pode prever com clareza seus desfechos.

No capitalismo contemporâneo a luta de classes atravessa tanto âmbitos estruturais como superestruturais, de modo que se deve pensar a subalternidade de determinados grupos tanto no processo histórico quanto nos valores, tradições e cultura de determinada sociedade.

Em segundo lugar, quando Gramsci e Thompson afirmam, respectivamente, que a história dos grupos subalternos é “desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2020, p. 135) e que se define “mais por seu antagonismo com a ortodoxia que por qualquer outra coisa” (THOMPSON, 2001, p. 185)⁷³, referem-se não somente aos descaminhos e derrotas impostos aos grupos subalternos, mas também à desagregação, desvalorização ou deliberado apagamento de qualquer vestígio que possa eventualmente servir como fonte histórica para uma história heterodoxa ou contra-hegemônica, ou seja, uma história que ouse considerar tais grupos como sujeitos históricos em toda sua complexidade⁷⁴. Gramsci faz a seguinte observação no caderno 25, dedicado à história dos grupos sociais subalternos:

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. (GRAMSCI, 2002 p.139)

Assim, para o intelectual italiano, a constituição do Estado moderno produz uma desagregação de antigas autonomias que passam a se reorganizar na sociedade civil e a se diferenciar dos grupos sociais dominantes que atuam no Estado em seu sentido restrito. Formam assim aparelhos privados, socialmente distintos, mas tendentes à convergência e generalização no interior do Estado.

⁷³ Thompson se referia especificamente aos operários ingleses em seu artigo “A história vista de baixo”, presente na coletânea “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”.

⁷⁴ Assim, o historiador, em sua prática, é colocado diante do desafio de superar a dificuldade de escrever a “história dos grupos sociais subalternos” visto que ela não se expressa só por uma relação de desprestígio, mas por uma dificuldade concreta de preservação de acervos, fontes e arquivos, e, em termos mais abstratos, elaborar uma formulação na qual os referidos grupos sejam objetos privilegiados da análise, e não acessórios. Significa, enfim, superar vazios metodológicos e documentais.

Significa que a desagregação que relega à sociedade civil determinadas associações enquanto consolida outras no interior do Estado, é o que possibilita que esses sujeitos coletivos possam, por vezes, romper com a hegemonia dos grupos sociais dominantes, ao formularem suas próprias apreensões, consensos e ações políticas.

Sobre este ponto, é pertinente retomar a relação entre ser social e consciência social aludida por Thompson, e sua relação com a experiência, com o entendimento de Gramsci a respeito da formação de intelectuais orgânicos. Para Gramsci o intelectual possui capacidade técnica e organizadora dentro e fora da sua esfera de atividade, ainda que não seja um intelectual por ofício, emprega frequentemente um esforço intelectual no seu trabalho, e a partir desta atividade, da perspectiva de quem desempenha determinada função no mundo da produção econômica, é que pode conhecer o seu ofício e conhecer o mundo no qual estão implicadas as relações sociais às quais está submetido, como expresso na seguinte passagem:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2002 p. 15)

Nesses termos, não há intelectuais em si, mas intelectuais ligados diretamente ou ideologicamente alinhados aos mais diversos ramos da produção capitalista. A essa categoria de intelectuais à qual nos limitamos aqui, os ditos orgânicos, cabe formar consensos e dar direção e organização a sujeitos coletivos e também exercer a coerção sobre aqueles sujeitos que “não consentem nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2001 p.21).

Desse modo, há uma diferenciação entre intelectuais orgânicos de grupos subalternos e de grupos dominantes, mas o sentido dessa categoria, bem como suas formações históricas, abarca necessariamente uma possibilidade de conhecimento proporcionado tanto pela experiência com a atividade econômica a qual se vinculam, bem como pela oposição de interesses de classe.

A forma como compreendemos as principais categorias inventariadas acima na discussão do processo de reforma agrária no Chile é antes uma adaptação do que uma transposição, e se justifica, assim sustentamos, pelo fato da economia já estar integrada ao sistema capitalista mundial na condição de economia periférica desde pelo menos o século XIX (GUNDER FRANK, 1967).

Assumimos assim a tese de uma transição do sistema hacendal – na zona central do território – para um capitalismo agrário, acelerada pelo processo de modernização do maquinário, aumento relativo da produtividade e progressiva proletarização da força de trabalho no campo a partir da década de 1930, como já observado por Robles e Kay (2018).

Na segunda metade do século XX o campo chileno experimentou transformações mais drásticas, quando distintos projetos de reforma agrária foram implementados. É a partir do início dos anos 1960 que se estabelecem as bases dos conflitos de toda a década até 1973, quando há uma nova onda de transformações, desta vez com um sentido autoritário de destruição completa do que a reforma agrária produziu até então, e executado sob violentíssima repressão ao campesinato.

Identificamos assim uma classe de grandes proprietários, essencialmente capitalista, estabelecida na zona central e cujos negócios se expandem para outros ramos da economia (OSZLAK, 2016), e organizados fundamentalmente numa tradicional entidade patronal, a SNA⁷⁵. A SNA é, portanto, o sujeito coletivo que sintetiza interesses de classe, atua e difunde ideologias e visões de mundo, é, fazendo novamente referência a Sampere (2016), uma forma de classe assumida por este sujeito coletivo e historicamente estabelecido no Chile.

Em oposição, um campesinato multifacetado se espalhava pelo campo, especificamente na zona central, *inquilinos*, *medieros*, *peones*, *afuerinos*, etc. Desagregadas em suas formas de trabalho, a dificuldade de mobilização até a década de 1960 não impediu que episódios de resistência, revoltas e greves eclodissem em

⁷⁵ Fundada em 1838, Oscar Oszlak (2016) observa que é uma das entidades patronais mais antigas da América Latina.

decorrência de más condições de trabalho e vida, abuso patronal, e baixos salários, como no caso da greve de Molina em 1953⁷⁶.

Entretanto, é a partir do início da reforma agrária e, mais especificamente, da lei de regulamentou a sindicalização camponesa, como já apontamos na seção anterior, que uma série de demandas camponesas ganham expressão e se articulam, criando inclusive algumas hierarquias entre aqueles que se estabeleceram no setor reformado – assentamentos no governo Frei, e os CERAS no governo Allende, e os que ainda tentavam se integrar ao processo de reforma agrária.

Em primeiro lugar, a possibilidade de sindicalização abre um precedente para o surgimento de confederações de sindicatos camponeses com diferentes orientações políticas e distintas relações com o governo chileno. Estas novas organizações são, em nosso entendimento, fruto de diferentes produções de experiências de classe no campo que se intensificam ao longo do processo de reforma agrária.

É perceptível que cada governo tenha estabelecido relações e tentado orientar tais organizações de maneira distinta, de acordo com um projeto político nacional e os partidos que compunham a coalizão governista da vez. Não se ignora aqui a tentativa manobrá-las, ou de garantir sua adesão ao projeto político em curso, entretanto, nos parece que a reforma agrária é apreendida de formas distintas entre o heterogêneo campesinato do Chile.

As confederações de sindicatos que se formaram tinham linhas próprias de atuação e relação com o Estado chileno, além de responder a distintas movimentações da base. São consideradas aqui – em contraposição à SNA, por exemplo – como uma forma – mas não a única – assumida pelo campesinato chileno em íntima relação com as experiências de classe que se constituíram durante o processo de reforma agrária.

A sindicalização, criação de assentamentos, limitação do tamanho das propriedades rurais e estabelecimento de regras para expropriações na fase democrata-cristã, ou a aceleração do ritmo das expropriações, as novas formas de propriedade na área reformada e o estabelecimento de novas formas de participação, como os conselhos camponeses (consejos campesinos) durante a fase da UP, são exemplos desse tipo

⁷⁶ Sobre o ocorrido, ver: LANDSBERGER, H. A.; CANITROT M., F. Iglesia, intelectuales y campesinos – La huelga campesina de Molina. Santiago: Editorial El Pacífico, 1967.

classista de experiência que não ocorreu de forma espontânea, foi progressivamente buscando agregar o campesinato à área reformada e obter dele a sustentação para a manutenção do programa de governo e manter a adesão ao projeto político da via chilena..

Essas experiências de classe, entendidas no presente trabalho como formas de expressão coletiva de apreensões subjetivas da realidade, assumem as formas institucionalizadas de participação política disponíveis, mas não apenas. Assumem também formas alternativas de participação e mobilização que frequentemente se chocam, desestabilizam ou afrontam completamente as formas institucionalizadas de participação.

Como exemplo, o caráter desestabilizador que as ocupações de propriedades (*tomas*) promovidas por trabalhadores para acelerar o processo de reforma agrária ficava explícito ao desrespeitar os trâmites legais estabelecidos pela UP e que já tinham sido objeto de discussão e desgaste entre a oposição e o governo.

Por outro lado, a reação dos latifundiários e do empresariado rural organizados em torno da SNA buscou maneiras de impedir ou esgotar as experiências de classe do campesinato que começavam a se apresentar cada vez mais radicalizadas. Sem descartar a violência aberta e o lobby junto ao legislativo, é possível apontar uma reorganização das formas de atuação da SNA no sentido de obter adesão do campesinato aos seus interesses.

Mais claramente, é necessário reconhecer a radicalização editorial da revista *El Campesino*, seu órgão de divulgação⁷⁷, na disputa ideológica sobre a via chilena ao socialismo. Entretanto, essa disputa não ocorreu meramente a nível superestrutural. Ao propor formas de associação à entidade, abertas a pequenos proprietários, cooperativas e também trabalhadores, consideramos que a SNA explorava problemas no processo de reforma agrária para produzir novas experiências de classe entre o campesinato, e que tal produção não se confunde nem exclui a difusão da ideologia da SNA, mais ainda, a

⁷⁷ No editorial de agosto de 1972 de *El Campesino* é possível constatar a adoção de um tom mais beligerante em relação ao governo da UP, deixando os tradicionais e mal disfarçados apelos à racionalidade e a disponibilidade para colaborar com um processo justo – na concepção da SNA – de reforma agrária, passando para uma contraposição aberta ao “marxismo”.

difusão de ideologia de classe é uma forma de produção de experiência de classe, no caso, da classe hegemônica historicamente estabelecida no campo chileno.

Compreendemos este movimento como uma maneira de frear a crescente mobilização tanto nos espaços institucionais, como os conselhos, como as ações mais diretas, como as ocupações de propriedades, pois mais do que o estabelecimento dos trâmites da reforma agrária, era a mobilização fruto da experiência – assim sustentamos – e suas imprevisíveis consequências que ameaçavam a propriedade. O golpe de Estado que iniciou a ditadura em setembro de 1973 foi uma interrupção brutal das formas de organização política que haviam sido construídas pela experiência e o reconhecimento dos interesses de classe do campesinato.

CAPÍTULO III

AS BASES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA

La batalla la ganaremos con nuestro testimonio de presencia. Y actuando. ¿Cómo? Poniendo al servicio de todos los habitantes rurales nuestros conocimientos, nuestra técnica. Ayudando, como de hecho muchos agricultores lo hacen, a los asentamientos vecinos, a los pequeños agricultores, a los campesinos. Juntando las pocas fuerzas económicas que aún quedan, en aras de una eficaz combinación de trabajo, capital y técnica. De esta manera destruiremos los propósitos divisionistas de elementos de la Unidad Popular, y restableceremos el carácter y los valores comunes a los habitantes del campo, que conforman el Espíritu Rural.

Manuel Valdés⁷⁸

Neste capítulo passamos a discutir as bases da contrarreforma agrária e seus principais artífices, as organizações do bloco liderado pela SNA. Com base na bibliografia e nas publicações editadas pela entidade, procuramos entender como a resistência à reforma agrária transformou-se progressivamente num projeto próprio de intervenção política das entidades patronais para o campo. Relacionamos tanto a autoconstrução da SNA quanto suas vinculações com outros setores burgueses na formulação de um programa.

Desta forma, decidimos pela exposição de um breve histórico da SNA para situar o papel desempenhado por ela e estimar a relevância que adquiriu como grêmio patronal na sociedade chilena desde sua fundação, em 1838. A operação nos permite compreender que ainda que tenha suas raízes na consolidação do Estado chileno pós-independência, o grêmio não se configurava como elemento arcaico, extemporâneo às condições e às mudanças em curso na década de 1960.

⁷⁸ *El Campesino*, abril de 1972 p.18.

Optamos por compreendê-lo como um aparelho hegemônico no campo chileno, em sentido gramsciano. Isto é, uma associação civil na qual seus membros participam de forma voluntária e atuam para formular e difundir certos valores e ideologias que possam construir e sustentar os consensos sobre os quais as classes dominantes do campo exercem sua hegemonia.

Essa compreensão permite-nos captar não apenas os valores e sentidos alardeados pela SNA, mas também a mobilização de meios materiais nos quais a agência dos grêmios rurais se assenta. Essa observação se faz necessária porque apesar de nossa perspectiva privilegiar movimentos, ações e blocos políticos, essa agência jamais deixou de envolver também o exercício da força, da coerção e da violência, num tipo específico de expropriação da prerrogativa do Estado que, nos marcos e na finalidade deste trabalho, não detalhamos.

Analisamos assim as relações, as contradições e as mudanças ocorridas na SNA e, posteriormente, no interior do bloco grêmio-empresarial rural que compreenderá os principais grêmios empresariais do campo. Wright (1982) é quem faz referência à constituição de um “bloco nacional” das entidades agrárias ainda na primeira metade do século XX, quando a SNA passou a englobar certas associações de atuação local ou regional.

Certos das aproximações possíveis, pensamos que nossa formulação seja mais adequada para o contexto das décadas de 1960 e 1970 no Chile pelas peculiaridades da influência da ideologia gremialista sobre os grêmios empresariais no país, pela relação da SNA com os outros grêmios, e pela transformação promovida por dentro pela própria entidade, que se reflete na transição do que nomeamos, e esperamos esclarecer ao longo do capítulo, como uma atuação gremial-corporativa para uma atuação gremial-doutrinária.

A fim de esclarecer essa diferenciação, que consideramos imprescindível para os desdobramentos que opuseram os grêmios agrários ao governo da UP, estabelecemos o que chamamos neste capítulo de ruralismo insurgente. Oszlak (2016 p.25) estabeleceu uma breve distinção entre agraristas e ruralistas, sendo os segundos porta-vozes de interesses e ideologias mais conectadas com o mundo empresarial, mais preocupados com demandas capitalistas do que com justiça social no que se refere a temas agrários.

Fazemos referência – e reverência – entretanto, ao que Mendonça (1997) chamou de ruralismo no período da Primeira República no Brasil. A historiadora definiu o ruralismo como o “conjunto de representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro” (MENDONÇA, 1997 p.10), e complementava afirmando que se tratava de um “movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas” (MENDONÇA, 1997 p.13).

Desse modo, no nosso caso classificamos como insurgente o ruralismo expresso pela SNA devido à conjuntura chilena na década de 1960 na qual ele é, assim entendemos, condição de manutenção e exercício da hegemonia da SNA. Privilegiaram, a SNA e o bloco grêmio-empresarial rural, o estado de insurgência em detrimento das negociações de cúpula, embora, destacamos, as duas alternativas não fossem excludentes.

Desse modo, o ruralismo insurgente assume duas características fundamentais: a formulação, influenciada pelo ideário gremialista, de um projeto no qual a centralidade da política agrária residia nos grêmios, e o enfrentamento aberto e progressivo que assume ou se associa, nas palavras de Mattelart (1976), a uma linha de mobilização de massas.

3.1. Um aparelho hegemônico no campo chileno

As guerras de independência que opuseram patriotas e realistas nas primeiras décadas do século XIX foram o início do surgimento e da configuração do Estado chileno aos moldes de suas elites *criollas*. Gabriel Salazar (2006) destaca a prevalência e o poder do cabildo de Santiago sobre o resto do país e seu papel na elaboração e difusão do programa político destas mesmas elites (COLLIER e SATER, 2004 p.32).

Apesar das ideias liberais que inspiraram a independência, esse processo não alterou de forma drástica as estruturas coloniais, nem envolveu de forma substantiva os setores populares, pelo contrário, Collier (1993) observa que os conflitos políticos no pós-independência ocorreram basicamente entre elites, resguardando seus elementos aristocráticos que ainda mantinham grande poder político.

A guerra civil entre liberais e conservadores entre o final de 1829 e início de 1830, com a vitória dos segundos sobre os primeiros, consolidou um regime republicano de caráter nacionalista e autoritário que manteve sob a hegemonia de três presidentes conservadores, Joaquín Prieto, Manuel Bulnes e Manuel Montt, uma relativa estabilidade política. O ideário conservador que resultou na constituição de 1833 e tinha em Diego Portales uma de suas figuras-chave, combinava, de acordo com Collier (2003) o autoritarismo do império espanhol com constitucionalismo liberal republicano.

A intensa concentração de terras iniciada ainda no período colonial quando o Império Espanhol concedeu terras aos envolvidos nas guerras de conquista garantia o poder político a uma aristocracia proprietária que apesar de não prevalecer sobre o enclave estabelecido na exploração de cobre, mantinha enorme influência sobre a sociedade rural e o sistema político mesmo no período republicano. Isso acontecia devido ao envolvimento dos latifundiários com outras atividades econômicas, fato que por vezes deixava a agricultura em segundo plano.

No contexto da consolidação da ordem conservadora republicana no país foi criada a *Sociedad Chilena de Agricultura e Colonización*, posteriormente *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA), associação privada que obteve reconhecimento oficial em 18 de maio de 1838 por meio de um decreto no qual o governo se comprometia a prestar os auxílios que fossem necessários.

Luis Correa Vergara (1938) registra que entre os dias 13 e 17 de maio daquele ano organizaram-se as bases da estrutura da instituição na qual ficaram definidos o presidente e os vice-presidentes, secretário geral, o periódico de divulgação e sua periodicidade bimestral – à época *El Agricultor* – e a nomeação do então presidente da república Joaquín Prieto como patrono da sociedade, além de outros protetores.

A SNA é quase tão antiga quanto o próprio Estado chileno, mas não seria exagero afirmar que ela é, no momento de sua fundação, a institucionalização de interesses anteriores à república e a reafirmação do domínio das oligarquias agrárias instaladas na região central do país, com clima e solos naturalmente privilegiados, reunidas naquele momento no interior do Estado em seu sentido restrito.

Não foi por acaso que ao longo do século XIX uma série de outras associações de caráter regional foram criadas pelo país devido à falta de integração entre os organismos agrários e a relevância – por ser uma instituição de Estado – que assumia a SNA. Wright (1982) argumenta que até 1919 o papel da entidade se limitava ao desenvolvimento e melhoramento de práticas agrícolas no Chile.

O mesmo autor observa, entretanto, que a organização funcionou como ministério da agricultura – que seria criado apenas em 1924 como observa Romero (2021 p.49) – e criou a pedido do governo em 1883 a *Sodiedad de Fomento Fabril* (SOFOFA) e a *Sociedad Nacional de Minería* (SNM) (WRIGHT, 1982 p.16). A transformação que passou a entidade após 1919 esteve ligada ao momento político do país, para Wright, a partir daquele momento a SNA rejeitou o reformismo e a adoção de concessões como meio de atenuar o conflito social que emergia.

O movimento captado pelo autor não foi uma reviravolta, mas antes o estabelecimento de um padrão frente às grandes questões econômicas e políticas nacionais, que devido a maior diversidade de seus membros obrigava a instituição a analisar cenários e atuar de forma a preservar os interesses dos associados.

Se a resistência a fazer concessões na década de 1920 nos parece uma postura tipicamente reacionária, é preciso considerar que a SNA, embora naquele momento não funcionasse exatamente como um sindicato, movimentava-se de forma muito pragmática na defesa de seus interesses.

Isso significou uma flexibilidade tática que caracterizou a organização em diversos momentos, ora pelas condições políticas impedirem uma atuação mais ofensiva, ora pela convicção sincera de adotar reformas. Nesse sentido, o choque e a defesa protecionista da agremiação ante o capital estrangeiro responsável pela importação de maquinário agrícola entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (ROBLES, 2010) e a maior preocupação, já na década de 1960, em controlar o associativismo sindical camponês muito mais do que as expropriações de terras (OSZLAK, 2016 p.120) revelam menos o espírito reacionário da instituição do que sua grande capacidade de adaptação sob condições diversas a fim de conservar poder, privilégios e influência.

Criada sob o beneplácito do Estado chileno ainda em formação, a SNA distanciou-se dele ao ver restringidos os canais que mantinha com funcionários e membros do governo na década de 1920 (WRIGHT, 1982 p.85), sob a presidência de Arturo Alessandri Palma – pai do futuro presidente Jorge Alessandri – e a criação de um ministério que assumiu as funções de administrar o setor agrícola.

Esse distanciamento é relativo, de modo que o reposicionamento provocado pela mudança de governo forçou o grêmio – em sua notável capacidade de adaptação – a assumir uma postura mais autônoma na defesa de interesses econômicos e formulação de projetos políticos. Como instituição de ingresso voluntário inscrita na sociedade civil, ela se configuraria, em nossa argumentação, como um exemplo do que Gramsci chamou de aparelho hegemônico⁷⁹.

Em referência a algumas de nossas observações na última seção do capítulo anterior, um aparelho hegemônico constitui-se como um âmbito “do embate de classes, em especial através da formação cultural e ideológica e da organização das vontades sociais dispersas” (FONTES, 2018 p.224). Isso significa que aparelhos hegemônicos são centros irradiadores de ideologia, valores e formadores culturais, mas não apenas, são antes o meio no qual e pelo qual as classes exercem a hegemonia em sua luta pelo Estado.

Esse aspecto da luta de classes não se limita a aspectos superestruturais, mas a partir da mobilização dos meios materiais de construção de consensos e da garantia, nas palavras de Althusser (1980), da reprodução das relações de produção⁸⁰. Em termos mais claros, na constituição do moderno Estado capitalista, os aparelhos hegemônicos da(s) classe(s) dominante(s) atuam como instituições de Estado, uma vez que estas mesmas classes detêm o controle do Estado.

⁷⁹ Referido por vezes como aparelho privado de hegemonia (APH). Por uma questão de tradução nas edições dos Cadernos do Cárcere e do dicionário editado por Liguori e Voza, optamos por manter a forma como está no corpo do texto.

⁸⁰ Embora faça referência ao conceito trabalhado por Gramsci, o filósofo Louis Althusser desenvolveu um conceito próprio ao qual designou como aparelhos ideológicos do Estado. Argumentava Althusser que eles constituem “realidades que se apresentam ao observador imediato sob as formas de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980 p.43). Desse modo, o marxista francês diferenciava os aparelhos ideológicos do Estado, de caráter múltiplo e privado, dos aparelhos do Estado, de caráter unificado e público. Os primeiros deveriam garantir a reprodução das condições de produção por meio da ideologia, isto é, prioritariamente educando e formando consensos, enquanto os aparelhos do Estado possuem caráter predominantemente repressivo.

A atuação da SNA esteve muito além do espectro de um grêmio empresarial de caráter corporativo, embora tenha cumprido de forma muito satisfatória esse papel. No Chile ela é rapidamente incorporada ao Estado restrito e permanece assim por quase um século. Mesmo após sua “desinstitucionalização” ela permaneceu um poderoso instrumento dos latifundiários e do empresariado rural que jamais, desde a sua fundação até 1973, deixou de ser relevante, mesmo nos períodos em que se encontrava em posição defensiva.

As formas como a associação atuava para manter a hegemonia na sociedade rural e conduzir o processo de reforma agrária nas décadas de 1960 e 1970, a opção pela negociação ou pelo enfrentamento, a imposição de seus representantes como interlocutores na formulação da política econômica ou a sua abertura para o campesinato e a tentativa de organizar os pequenos proprietários, expressavam a complexidade das disputas entre a burguesia chilena e a versatilidade do empresariado rural organizado num grêmio aparentemente antigo.

Como esperamos demonstrar ao longo deste capítulo, a reforma agrária, especialmente na sua fase socialista, representava uma ameaça à hegemonia da SNA – do empresariado rural – no campo, ameaça que o grêmio em conjunto com as demais associações da burguesia chilena foi bem-sucedido em dissipar.

A entidade não ficara à parte do reformismo da década de 1960, que como indicado no capítulo I, envolveu principalmente a discussão sobre transformações na estrutura agrária do país. A decadência dos dois principais partidos com maior interlocução com a SNA na política chilena, o Conservador e o Liberal, impôs ao grêmio a necessidade de viabilizar novas formas de articulação e afirmação de seus interesses.

Desse modo, a década de 1960, especialmente nos seus últimos anos, a partir da promulgação da lei de reforma agrária em julho de 1967, representou também uma renovação entre os setores empresariais, entre eles, a própria SNA, que como demonstraram Zeitlin e Ratcliff (1988) em estudo fundamental, estava ligada por laços de parentesco de seus dirigentes com outros setores da burguesia chilena, como industriais e banqueiros, além de tradicionalmente elegerem representantes para o legislativo.

Este processo de renovação e adaptação à nova conjuntura política expressava, contraditoriamente, a incapacidade da associação de impedir a reforma agrária e todas as suas implicações nos direitos de propriedade rural, e a necessidade de ampliar seu escopo de atuação e suas bases de sustentação social. Em resumo, era necessário recompor interesses da classe proprietária tanto quanto decompor os interesses camponeses latentes na reforma agrária.

É nesse contexto que o grêmio buscou pôr em xeque os principais dispositivos da lei, e formular uma concepção própria de reforma agrária que pudesse ser amplamente difundida e defendida publicamente, essencialmente tecnocrática, de modo a resolver problemas de produtividade, logística, infraestrutura e comercialização e esvaziar o seu conteúdo político.

As mudanças nos direitos de propriedade e a lei que regulamentava a formação de sindicatos camponeses⁸¹ eram problemas com os quais a entidade deveria lidar, ainda que existisse em grupos minoritários, desde o início da década pelo menos, uma tendência renovadora menos aferrada ao latifúndio que se opunha a uma outra menos propensa a apoiar uma modernização capitalista e a flexibilização de direitos de propriedade (OSZLAK, 2016 p.86).

Dentre as inflexões que a entidade faria a partir do início da reforma agrária, ora negociando, ora usando seus meios de difusão como a revista *El Campesino* e a Rádio Agricultura, ou eventos como a FISA, para fazer críticas duras, uma linha de atuação permaneceu por todo o período entre 1967 e 1973, e caracterizou-se pela contestação sistemática à *aplicação* da reforma agrária. Na ausência de um projeto próprio – o ideal seria não haver qualquer reforma – restou ao grêmio assumir uma política de redução de danos.

Isso significou uma prostração entre 1967 e 1968 na qual a SNA limitou-se a protestar em seus meios de comunicação⁸², uma vez que a essa altura não havia grandes

⁸¹ Regulamentava igualmente a formação de sindicatos patronais, que assim como a sindicalização camponesa cresceu exponencialmente após a aprovação da lei, como observa Corvera Vergara (2017 p.95).

⁸² Referimo-nos aqui a *El Campesino*, uma vez que não possuímos dados sistemáticos sobre o que era veiculado na Rádio Agricultura e suas retransmissoras.

contradições nem resistência popular massiva à reforma agrária⁸³, antes o contrário, Frei havia sido eleito com amplo apoio do voto camponês, e embora a relação de seu governo com os grêmios empresariais rurais tenha se deteriorado até o fim de seu mandato, tanto as expropriações quanto a sindicalização camponesa faziam parte da nova situação no campo chileno.

É por este motivo que as manifestações registradas em *El Campesino* no período imediatamente após a aprovação da reforma agrária são de tipo corporativo, no qual predominam a defesa estrita do caráter empresarial da produção agrícola, e do qual derivam as formulações da entidade na defesa dos objetivos da reforma agrária e a discrepância dos meios estabelecidos – isto é, discutidos, votados e promulgados – para lográ-los.

Nesse sentido, a operação discursiva fundamental é a separação da reforma agrária em dois âmbitos, o político e o econômico. Ao primeiro resta a simples desqualificação, fruto de interesses escusos, ocultos, partidários ou da perseguição aos “agricultores”. Trata-se da construção de uma resistência efetiva à reforma agrária que tem no seu discurso “para fora” apenas uma de suas frentes, ainda incipiente, mas em pleno desenvolvimento.

Ao segundo voltava-se o núcleo racional da crítica à reforma agrária que, muito embora com nítido grau de pragmatismo e flexibilidade tática, estava assentado em premissas doutrinárias muito claras como a defesa intransigente da propriedade privada e da liberdade de associação e autonomia gremial. Por esse motivo, os ataques da SNA na segunda metade de 1967 eram direcionados a uma alegada insustentabilidade dos assentamentos⁸⁴ devido à baixa produtividade, falta de apoio técnico e pelos aportes feitos pelo governo por meio de agências de Estado como CORA e o INDAP.

O grêmio agrícola preferia que o governo se ocupasse em formalizar políticas de preço mais vantajosas para os proprietários e que direcionasse mais investimento público para obras de infraestrutura como irrigação e transportes terrestres, e menos aos assentamentos de reforma agrária. Era naquele momento um dos aspectos de uma

⁸³ Alguns grupos de inspiração fascista como Fidúcia e a principal novidade na direita chilena da década de 1960, o movimento gremialista, representavam uma oposição doutrinária a qualquer relativização dos direitos de propriedade e por este motivo eram incansáveis críticos da reforma agrária. No momento referido, entretanto, eram minoritários.

⁸⁴ Mesmo aqueles que haviam sido formados em condições, antes da lei aprovada por Frei.

concepção subsidiária de Estado que já estava presente no Chile desde pelo menos a década anterior como na Missão Klein-Sacks, como fizemos referência anteriormente na primeira seção do capítulo II, e no convênio firmado com entre o departamento de economia da Universidade Católica e os EUA, berço dos *Chicago Boys* (KLEIN, 2007).

É nesse sentido que o então presidente da SNA, Hugo Zepeda Barrios⁸⁵, discursaria na FISA de 1967. Zepeda delineava naquele momento a linha possível de disputa do processo de reforma agrária, concebido pela associação como assessoramento técnico especializado para aumentar a produção, propiciar investimentos por meio de concessão de créditos e permitir que a atividade agrícola prosperasse sem conflitos de natureza laboral:

La reforma agraria ha sido definida oficialmente como un proceso técnico orientado a que la propiedad agrícola cumpla con su función social de producir. Los empresarios siempre han apoyado la realización de una reforma agraria capaz de aumentar la producción, mejorar el nivel de vida campesino y difundir los beneficios de la propiedad agraria. La discrepancia ha estado en los métodos para conseguirlo. (EL CAMPESINO, nov/1967 p.27)

A redução tecnocrática da reforma agrária aos moldes do grêmio necessitava, além de uma interlocução estável com o legislativo para amenizar mudanças, de uma base social disposta a defender o *status quo* nas áreas rurais. A SNA não possuía a segunda e a as eleições parlamentares de 1965 deram sinais de que começava a perder a primeira (YOCELEVZKY, 1987), era preciso então começar a desfazer os consensos em torno das causas da baixa produtividade agrícola que recaíam sobre a grande propriedade e seus porta-vozes, era preciso, antes de tudo, disputar a opinião pública e conduzir estudos próprios sobre os resultados econômicos dos assentamentos de reforma agrária e torna-los públicos (EL CAMPESINO nov/1967 p. 36).

Em conformidade com esta avaliação, o tema dos assentamentos tornou-se constante durante todo o ano de 1967 e por pelo menos a primeira metade de 1968,

⁸⁵ Oszlak (2016) observa que a ascensão de Hugo Zepeda à presidência da SNA representou uma mudança de postura da entidade na sua relação com governo, seu antecessor, Luis Larraín Marin, tendia mais à negociação que ao enfrentamento característico de Zepeda, tendência que se aprofundaria com o sucessor de Hugo Zepeda na presidência da SNA, Benjamin Matte Guzmán, a partir de 1969.

obtendo destaque em quase todos os editoriais de *El Campesino* no primeiro semestre daquele ano. Como já discutido no capítulo II, os assentamentos de reforma agrária do governo Frei foram concebidos como uma forma transitória de propriedade na qual ficariam sob administração da CORA por cinco anos e depois poderiam ser divididos em parcelas individuais para os trabalhadores ou mantidos sob a forma de exploração coletiva, a critério dos assentados.

A ofensiva caracterizava-se pela contestação de sua viabilidade econômica e pressão sobre a CORA para que divulgasse o detalhamento dos dados colhidos nos assentamentos, enquanto a SNA divulgava seus próprios estudos sobre o tema. Esse movimento procurava desgastar um dos principais pilares da reforma agrária alardeando a superioridade da propriedade privada. Se desde 1966 a SNA encontrava-se sob isolamento (OSZLAK, 2016), é certo que na virada de 1967 para 1968 a associação buscava reforçar sua coesão interna.

Isso significou o lançamento e a sistematização de uma estratégia de comunicação que visava valorizar os princípios defendidos pela associação e construir a imagem do grêmio como representante de um polo dinâmico da economia, diferenciando-se do senso comum que considerava os proprietários rurais como um setor atrasado, desconectado das mudanças sociais em curso no Chile e no mundo.

Era, pois, uma forma de viabilizar a difusão não só dos posicionamentos, mas da visão de mundo da SNA, variação da ideologia gremial encampada e manifestada pelas organizações empresariais rurais. A essa nova diretriz somou-se uma atitude de aproximação com outros grêmios agrícolas, especialmente o CAS e a CONSEMACH, que se materializaria como um bloco grêmio-empresarial rural. CAS e CONSEMACH, assim como as federações provinciais não eram anexos ou associações satélites da SNA, eram atravessadas por questões locais e regionais muito distintas.

O sul do país, onde o CAS atuava, era caracterizado por propriedades de tamanho consideravelmente menor que a média dos terrenos da zona central, com a presença de muitos minifúndios inseridos em cadeias de produção mais restritas destinados ao abastecimento interno, e, embora muitas vezes recorressem à contratação de força de trabalho, muitos proprietários trabalhavam diretamente na terra, além de concentrar a pecuária e uma pequena indústria de laticínios.

Essa parte do território era ainda reivindicada como direito ancestral por mapuches, além de ser a principal área de atuação do MCR, setor rural do MIR. Por esses motivos a composição social era bastante distinta dos proprietários da zona central, normalmente *hacendados* e de perfil empresarial com atuação em diversos ramos econômicos do país. Essas diferenças de perfil socioeconômico tanto das propriedades quanto dos dirigentes dessas agremiações punham muitas vezes seus respectivos interesses em conflito.

Oszlak (2016) e Avendaño e Escudero (2016) observam que havia divergências entre CAS e SNA desde pelo menos os primeiros anos da década de 1960, sendo o CAS um opositor muito mais intransigente do processo de reforma agrária desde quando as discussões chegaram ao congresso ainda durante o ano de 1965.

A CONSEMACH, por outro lado, era uma organização empresarial surgida na esteira da aprovação da lei 16.625 de sindicalização do campo em 1967. Cristóbal Kay observa que a esta organização concorreu um grande número de membros, chegando a ultrapassar a SNA, assumindo a linha de frente no combate a política agrária da UP (KAY, 1975 p.106).

A nova configuração do sindicalismo rural inaugurada com a lei 16.625 aprovada no governo Frei criou uma arena de interesses de classe afirmados difusamente por meio de sindicatos, federações e confederações sindicais recém-criados que eram resultado das próprias transformações iniciadas com a reforma agrária. A CONSEMACH, nesse sentido, ainda de acordo com Kay (1975), surge num cenário de projeção de uma burguesia rural e suas relações com o setor reformado:

La misma Ley N° 16.625 que permitió una vigorosa expansión del sindicalismo campesino, promovió y dio expresión a la creación de un movimiento gremial de empleadores agrícolas inexistente en ese momento. En este caso, para formar un sindicato de empleadores se exigía la participación de 10 de ellos, también sobre la base de la comuna. Cuatro sindicatos comunales de empleadores permitían la formación de una federación provincial, para luego organizar una confederación nacional. (CORVERA V., 2017 p.95)

Ao tratarmos da fragmentação dos empresários rurais, não nos referimos à multiplicidade dos perfis proprietários e de seus interesses imediatos, essas

características são amplamente conhecidas (ZEITLIN; RATCLIFF, 1988), (AVENDAÑO, 2017), mas à ausência de uma oposição unificada naquele momento por um ou mais sujeitos coletivos. Não se quer dizer que houvesse um vácuo ou falta de representação do empresariado rural, mas que essa própria representação era àquela altura incapaz de assumir uma forma que a generalizasse.

O desenho de uma ação conjunta, um bloco grêmio-empresarial rural, começou a ser esboçado de forma mais clara em 1968. Ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de dar mais coesão às principais associações do setor, a SNA iniciou um movimento para ser a condutora das mesmas associações.

A mobilização de elementos simbólicos como o imaginário social sobre a vida no campo, da construção e reforço de uma memória sobre a própria instituição e missão transcendental da instituição e da construção discursiva da autoimagem do grêmio foram aspectos constitutivos de um projeto que visava fortalecer sua atuação e aumentar a relevância e representatividade perante o conjunto dos “agricultores” chilenos, uma vez que grêmios com atuação regional⁸⁶ estavam muito mais próximos dos dilemas de pequenos proprietários agrícolas.

Somava-se a isso a criação da CONSEMACH como grêmio de abrangência nacional dedicado aos empregadores agrícolas, o que criava uma concorrência e tendia a dispersar potenciais interesses comuns e disputar a representação dos proprietários, assim como as confederações sindicais camponesas tendiam a fragmentar igualmente a adesão dos sindicatos provinciais e comunais, muito embora suas divergências fossem mais nítidas.

Tratava-se, em suma, da construção da hegemonia da SNA sobre as associações patronais do campo formado a partir da deflagração da reforma agrária, e se afirmaria, como a própria concepção de hegemonia que temos utilizado até aqui – aquela formulada por Antonio Gramsci – não apenas a nível superestrutural e no campo simbólico, mas no exercício material de sua influência.

Nascida sob o signo do poder e parte constitutiva da construção do Estado chileno após a independência, a SNA era uma instituição poderosa – possivelmente a mais estável do país – e a serviço da elite agrária que dominava o Chile no século

⁸⁶ SAGO, SOFO, SAVAL, etc.

XIX. Era uma agremiação cujo exercício do poder extrapolava os limites do campo ainda que submetesse de forma mais direta o campesinato.

Como apresentamos no capítulo I, as iniciativas de industrialização durante a primeira metade do século XX geraram algumas tensões no setor proprietário, embora os fatores decisivos para perda considerável de sua influência tenham sido os projetos de modernização da década de 1960 inspirados por organismos internacionais como a CEPAL e adoção da cédula única de votação em 1958, que limitou a capacidade fraude nas eleições, além da decadência dos tradicionais partidos com os quais a entidade mantinha relações preferenciais, resultado da reorganização da direita chilena como observa Verónica Valdivia (2008). Ainda assim, era uma organização com muito poder a nível nacional.

Em editorial de *El Campesino* do mês de outubro de 1968 a SNA estruturava algumas bases para a adoção e difusão de um mito fundador que reposicionava os empresários rurais como homens vocacionados a plantar e produzir, desafiando a natureza e o desprezo das populações urbanas pela atividade agrícola. Tratava-se de um editorial de afirmação, como tantos outros no período.

Nele, a reforma agrária é descrita como uma consequência do desprestígio do “homem do campo”, uma imposição da cidade sobre o campo baseada em preconceitos e desconhecimento, e evocava a força e a mística daqueles que “desafiam a natureza”. A função desse mito fundador era forjar uma identidade e uma origem comuns tanto a empresários quanto a trabalhadores como partes constitutivas de um mesmo setor econômico que estava ameaçado por transformações na estrutura agrária e nas relações de trabalho, e parte de um projeto de ampliação da base social da agremiação que seria melhor delineado em 1969.

A continuação dessa atuação no plano simbólico ficaria mais clara em janeiro daquele ano quando *El Campesino* publicaria o editorial “*Nuestra Nueva Imagen*” em que após deixar claras suas demandas econômicas fazia o seguinte contraponto:

La SNA, por muchos años presente en la ebulición de nuestra agricultura, siente que aquí está su papel en la actualidad. [...] Debemos movilizar al hombre, darle una mística, devolverle su confianza. [...] En esta decisión de crear mística, de aceptar el desafío,

es que iniciamos el nuevo año construyendo, para comenzar una profunda labor de comunicación. Comunicación en todos los niveles a lo largo del país y durante todo el año. Jornadas de alto nivel técnico, jornadas de extensión, eminentemente prácticas, jornadas de desarrollo social. Saldremos buscando al hombre, continuando así nuestras campañas de productividad. Es nuestra decisión transmitir una mística, junto a todos aquellos que aún tienen fe, convencer a los que dudan e iniciar así un reencuentro entre los agricultores de Chile y su futuro. (EL CAMPESINO, jan/1969 p.15)

No plano organizativo, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 1968, a agremiação promoveu um evento para dirigentes agrícolas em Panimávida. As jornadas de Panimávida tinham claro objetivo doutrinário e corporativo e foram descritas como “um sucesso”, contabilizando a presença de 60 dirigentes representando todas as províncias do país.

Tratava-se de transmitir às lideranças regionais aspectos básicos da organização gremial e aproximá-las da SNA, se não compartilhavam o tamanho das propriedades, a qualidade do solo da zona central e a capacidade de investimento dos grandes empresários agrícolas, deveriam compartilhar uma mística:

Las organizaciones gremiales tienen en nuestro concepto una función básica, tienen que crear una mentalidad, tienen que crear una bandera a los agricultores. [...] La respuesta a eso es la organización gremial, es la mística que puede derivarse de esta organización ya sea para vender un producto, para transformarlo, ya sea para integrarse junto con los otros factores de la empresa, junto con los obreros y los empleados, ya sea para crear este tipo de jornadas que nos está alimentando, que es el alimento básico que genera todo. (EL CAMPESINO, fev/1969 p.11)

Desse modo, é possível observar que não se tratava apenas de uma batalha pela comunicação, mas um projeto universal no qual os grêmios empresariais agrícolas assumem a centralidade da mediação laboral, política e cultural no campo. As iniciativas de estreitar as relações com as bases aliadas à ampliação destas mesmas bases são indícios da expansão da fronteira da influência da SNA e da construção de sua hegemonia sobre os grêmios empresariais agrícolas e o campesinato.

Este processo tem um sentido doutrinário, como indicamos, mas também um sentido prático que perpassava patrões e empregados, *hacendados* e inquilinos, trabalhadores e empresários agrícolas, e se fundamentava na sociabilidade do trabalho e nas experiências de classe compartilhadas pelo campesinato, mas principalmente, na capacidade de mobilizar, produzir e controlar experiências de classe de modo a fundir interesses de classe que são distintos, mas tornam-se indiferenciados no momento em que a ação dos sujeitos coletivos deixa de estar em conflito e assume um sentido comum.

O exercício da hegemonia passa por exercer a direção do que se manifesta como vontade geral e pela garantia de que essa vontade geral se manifeste. Nesse sentido, a SNA buscava consolidar-se como o principal aparelho hegemônico no setor empresarial agrícola estendendo sua atuação institucional e tendo no gremialismo⁸⁷ o espírito que anima seus movimentos para além das demandas corporativas, sempre apresentadas como demandas de todo o setor rural.

É preciso ter em consideração que a multiplicação de sindicatos no campo, consequência da lei 16.225, criava não apenas uma pulverização⁸⁸ da representação entre sindicatos empresariais, mas também obrigava que os proprietários tivessem que lidar com os sindicatos camponeses e as formas de mediação do Estado na resolução de conflitos laborais.

As formas de exigir direitos trabalhistas, os *pliegos de peticiones* e as *tomas* eram parte de um novo cenário que desafiava o poder estabelecido da SNA tanto pelo desmonte prático da ideia de harmonia entre trabalhadores e patrões desafiando a natureza como uma família (BENGOA, 2016), uma das bases do mito fundador da SNA, quanto pela natureza dos conflitos laborais, já em larga medida fruto de relações capitalistas como assalariamento (ROBLES; KAY, 2018).

⁸⁷ Aproximação que discutiremos ao longo do presente capítulo e do próximo.

⁸⁸ Como sustentamos e esperamos deixar claro neste trabalho, este processo de fragmentação impactou de forma distinta as classes populares e a burguesia no país. Se num primeiro momento os sindicatos patronais e os grêmios empresariais consolidados ganharam a concorrência de novas associações surgida com a lei de sindicalização, em relação ao bloco-grêmio-empresarial rural a fragmentação foi superada pela diligente recomposição dos interesses do setor liderados pela SNA. Contrariamente, apesar da constituição de pelo menos duas grandes confederações de sindicatos camponeses, a fragmentação, o “paralelismo sindical” e a própria atuação das associações empresariais acentuaram as diferenças no campo popular evidenciando as contradições e dificuldades de enfrentar a ofensiva grêmio-empresarial.

Somava-se a isso o fato de as duas principais confederações nacionais de sindicatos camponeses, *Triunfo Campesino* e *Ranquil*, estarem ligadas a partidos políticos que apoiavam decisivamente as transformações no campo, respectivamente o PDC e o PCCh, o que as tornavam automaticamente adversárias da SNA no plano político. Não é por outro motivo que a SNA buscava apresentar-se como um grêmio especializado, “não político”, interessado em melhorias amplas para toda a população rural enquanto punha pejorativamente os sindicatos camponeses sob o rótulo de “políticos”.

O modelo lançado em dezembro de 1968 em Panimávida seguiu a forma de “jornadas” que a entidade promovia para discutir soluções para os problemas do empresariado rural, boa parte deles relacionados diretamente ao desenvolvimento da reforma agrária ou a pleitos antigos do grêmio como políticas de preços mais favoráveis aos anseios dos proprietários.

Em janeiro foi organizado em Santiago um seminário sobre irrigação destinado a discutir soluções para a seca e as possíveis consequências para o próximo ano agrícola, e nos dias 20 e 21 de março foram realizadas as Jornadas de Desenvolvimento Econômico em Talca, organizadas em conjunto com a Feira Internacional de Talca (FITAL), Câmara Chilena da Construção, CPC e CONSEMACH, e faziam parte de um plano de seminários e reuniões que a SNA organizaria por todo o país “com a participação dos melhores especialistas em distintas matérias” (EL CAMPESINO, abr/1969 p.3).

Esse movimento ganharia impulso ainda mais decisivo a partir da renovação da mesa diretora da instituição para o período 1969-1971, que dispôs a nova composição da seguinte forma: Benjamin Matte Guzmán como presidente, Carlos Ariztía Ruiz como vice-presidente e Alfonso Márquez de la Plata Yrarrázaval como segundo vice-presidente. Sob a presidência de Benjamin Matte a SNA sistematizou e ampliou a oposição à reforma agrária e promoveu uma profunda reorganização administrativa que subsidiou a ampliação do escopo do grêmio.

Em um perfil publicado na edição de junho de 1969 de *El Campesino*, Benjamin Matte, que possuía 37 anos à época, era descrito como um jovem e destacado profissional agrícola com grande experiência, além de pesquisador e professor

universitário da cátedra de produção de porcos do departamento de agronomia da Universidade Católica. Havia sido também dirigente da CONSEMACH, o que ilustra a fluidez das relações e o trânsito entre o empresariado e os grêmios agrícolas.

Enrique Matte, seu tio-avô, fundou o Instituto Biológico e a Estação Experimental da SNA, enquanto seu pai também já havia sido presidente do grêmio. Benjamin Matte era também um membro discreto do grupo de inspiração fascista *Pátria y Libertad*. Mario Amorós (2020), ao escrever sobre a conspiração civil contra Allende, procurou localizar a atuação do que chamou de “generais civis” do golpe de Estado e sua articulação com os setores golpistas. Sobre Matte, Amorós afirma que a discrição com que colaborava com *Pátria y Libertad* se justificava pela necessidade evitar expor a colaboração com um grupo golpista.

Os discursos de posse de cada membro da mesa diretora deixavam claras as principais diretrizes a partir daquele momento. Era necessário modernizar a estrutura da SNA e dotá-la com uma racionalidade empresarial⁸⁹ que favorecesse a integração entre todas as frações proprietárias e o campesinato, contrapor-se intransigentemente à reforma agrária, reforçar os laços com os outros grêmios empresariais⁹⁰, colocar a SNA à disposição dos agricultores⁹¹ e manter uma campanha permanente de comunicação de modo que cada “agricultor” velasse pela imagem da SNA, nas palavras de Matte:

En este sentido, manifiesta, yo creo que cada uno de los agricultores tiene una responsabilidad, y es que tome como cosa propia el irradiar nuestra verdadera imagen. **Desde la ciudad, desde la provincia, desde donde trabaja debe velar por que no se nos calumnie impunemente, aquí o en el extranjero. La Sociedad cuenta con un vehículo muy importante para lograr este fin, que es la FISA.** A ella concurre anualmente más de un millón de personas. Constituye

⁸⁹ Carlos Ariztia criticava a *inquilinaje*, e afirmava que o tamanho das propriedades e o próprio processo de reforma agrária não eram necessariamente um problema pois não representavam a priori uma ameaça aopoder estabelecido dos proprietários. Para ameaça-lo, era preciso expropriar o poder político exercido por eles.

⁹⁰ Além do bloco formado com o CAS e a CONSEMACH, Jorge Fontaine, presidente da CPC, era muito próximo dos grêmios agrícolas, além das associações provinciais e regionais. A própria CPC fora criada por iniciativa da SNA, como mencionamos anteriormente.

⁹¹ O que incluía um plano para a construção de um sistema previdenciário para os agricultores, dentre outras iniciativas.

nuestra gran oportunidad para decir lo que somos, qué queremos y por qué estamos... (EL CAMPESINO, jun/1969 p.23 grifos nossos)

O ruralismo insurgente, linha adotada pela nova direção, inseria a SNA com algum atraso na redefinição da política chilena da década de 1960, mais consequente com o ímpeto transformador de seus adversários. Ao início da reforma agrária, o grêmio procurava formas de resistir às transformações introduzidas no campo consolidando sua posição corporativa, a partir de junho de 1969 o grêmio começava a construir um projeto, uma via própria de modernização para o campo na qual ela possuiria papel central. Toda a direção recém-eleita estava empenhada neste projeto de modernização, mas é Matte, na presença de seus vice-presidentes, quem sucintamente define a linha da SNA a partir de então: “Devemos encontrar o caminho, e se não existe, criá-lo” (EL CAMPESINO, jun/1969, p.21).

3.2 O *début* do ruralismo insurgente

Não é Matte quem inicia a transição tradicional corporativismo da SNA para o confronto aberto com o governo. Apesar das divergências com o governo Frei, o patrocínio público à desestabilização e ao golpe de Estado só se consolidaria contra o governo de Allende.

É, entretanto, sob a gestão Matte que essa transição se consolida e assume um caráter estratégico e geral sob a forma de uma modernização da estrutura administrativa da SNA. Essa modernização compreendia, além da referida reestruturação, aproximação com sindicatos camponeses e pequenos proprietários e uma defesa pública intransigente dos interesses da SNA, que aliada a uma linha ideológica mais clara, visava mobilizar e tornar mais coesas as bases de apoio da entidade.

Tratava-se da construção de um ruralismo insurgente do qual a SNA seria um dos principais promotores e porta-vozes daquela data em diante e envolveria, para além da atuação política, o fortalecimento das funções do grêmio, como por exemplo a promoção de cursos de assistência técnica e extensão agrícola realizados pelo INTAGRO, departamento técnico da SNA, e assistência jurídica para aqueles que foram expropriados.

Além disso, iniciaram-se discussões para a criação de um sistema de previdência para os agricultores associados à SNA financiado inteiramente com a contribuição dos membros, e também para a formulação de um plano de desenvolvimento agropecuário alternativo ao do governo Frei.

Como fica evidenciado pelas iniciativas registradas a partir da mudança de direção, a gestão Matte possuía planos ambiciosos para reestabelecer a SNA como a principal entidade do setor rural. A avaliação sobre a FISA durante a posse da nova direção demonstrava que o presidente tinha clareza a respeito de como a estrutura e as conexões da SNA poderiam servir para amparar o novo projeto do grêmio, caracterizado pela tendência a hegemonizar todas as mediações no setor rural e disputar diretamente os rumos do modelo de desenvolvimento chileno.

A esse exercício de construção da hegemonia e sua opção preferencial pelo confronto e pelas demonstrações públicas de coesão e força – ainda que os canais de negociação tenham permanecido abertos pelo menos até outubro de 1972 – chamamos de ruralismo insurgente e, esperamos demonstrar, possuía uma forma própria e foi caracterizado por um projeto específico com pretensões universais dos dirigentes de grêmios agrícolas no qual a centralidade pertencia à SNA, mesmo que a ela se associassem outras organizações como CONSEMACH e CAS, e ainda que esse projeto estivesse inserido numa concepção mais abrangente de poder gremial (CAMPERO, 1984) que englobava uma diversidade de grêmios, desde industriais, comerciais a colégios profissionais.

Nesse sentido, além da capacidade material de enfrentar os adversários, um tipo particular de ideologia emprestava legitimidade às ações promovidas e incentivadas pelo grêmio para além dos interesses econômicos. Trata-se de uma particularidade característica da burguesia chilena que, a partir da década de 1960, ficou conhecida como gremialismo, que trataremos mais adiante.

Entre os dias 7 e 12 de julho a direção da SNA iniciou uma turnê por províncias do sul do país buscando estreitar o contato com as associações e proprietários locais com o objetivo de conhecer os principais problemas das províncias de Llanquihue, Osorno, Valdivia, Cautín e Bio-Bío. Na cidade de Temuco, Matte voltaria a ressaltar a

importância de fortalecer a atuação gremial e o desenvolvimento de sociedades agrícolas regionais.

No mês seguinte a turnê da direção do grêmio passaria por Talca, Linares, Ñuble e Concepción, e posteriormente Curicó, Colchagua e O'Higgins, e logo por praticamente todas as províncias do país. Essas turnês serviam tanto para construir objetivos comuns com as associações regionais, como para viabilizar a SNA como interlocutor preferencial.

A nova forma de atuação do grêmio necessitava de criatividade e de formuladores muito mais do que negociações parlamentares para assegurar o atendimento a interesses corporativos. “O grêmio responderá”, dizia o título do editorial de agosto de *El Campesino* que conclamava os agricultores a uma “defesa efetiva” ante o presidente Frei e as agências responsáveis pela reforma agrária de seu direito à propriedade e ao livre exercício da atividade empresarial. Embora o editorial não esclareça o que seria a “defesa efetiva” dos direitos aos quais reclamava a SNA, é notória a disposição para o enfrentamento que seguiria pelos meses seguintes de 1969.

A nova diretriz da entidade como forma de intervenção política direta, sem mediações, constituiu-se como fortalecimento gremial e corporativo, é certo, mas também como projeto político de afirmação e exercício do poder das classes proprietárias do campo de modo a defenderem-se das novas formas de organização da produção agropecuária, oriundas das novas formas de divisão de terras que resultaram os processos de expropriação da reforma agrária, e pela necessidade de frear o movimento pela democratização no campo, que permeado por contradições, ofereceu a via do sindicalismo rural como meio de resolução de conflitos laborais, e também como politização do campesinato organizado.

O movimento posto em marcha por Matte seus vice-presidentes tinha premissas claras – defesa da associação gremial, da propriedade e da empresa privada, concepção subsidiária do Estado limitando-o a cuidar da política de preços agrícolas e fornecimento de condições para o exercício da atividade empresarial privada – e se desenharia como projeto na própria dinâmica do enfrentamento, agora sua forma preferencial de relação com o governo Frei e os sindicatos camponeses.

O ato inaugural do ruralismo insurgente aconteceu na FISA de 1969 e marcou o rompimento definitivo com o ministério da agricultura, e por consequência com o governo Frei. Naquele ano comemoravam-se cem anos de exposições, sendo a sétima edição como FISA.

A feira fazia parte do calendário oficial de eventos do país e recebia subsídios do governo, por isso mesmo era comum a presença de autoridades, inclusive o presidente da república, ou algum representante, e o ministro da agricultura, e sua inauguração era tradicionalmente destinada a discursos tanto dos dirigentes, quanto das autoridades governamentais.

Por óbvio, como já percebera e havia expressado Matte em seu discurso como presidente da SNA poucos meses antes, a FISA era mais do que uma feira de expositores dedicados a diversas atividades do setor rural. A presença das mais altas autoridades da república diante de uma grande circulação de pessoas, grande parte delas composta por produtores rurais, propiciava um ambiente favorável para a interpelação dos ministros e dos representantes do governo pelos dirigentes agrícolas, ocasião estratégica para as pretensões do grêmio naquele momento.

Em outras palavras, a FISA era uma ocasião para fazer negócios, promover o intercâmbio entre distintos empresários rurais, difundir e atualizar o ideário da SNA por meio da autoafirmação das capacidades do grêmio e exercer pressão sobre o governo. O evento era útil à SNA para expor e impor seus interesses publicamente e eventualmente constranger as autoridades presentes, era, em termos gramscianos, instrumento de construção e afirmação de hegemonia da SNA e da classe de empresários rurais que ela representava.

A ocasião foi devidamente aproveitada por Matte em seu discurso na abertura da FISA, o presidente da SNA foi um tribuno dos grêmios agrícolas, concessão outorgada por CAS e CONSEMACH e Federação de Cooperativas Agrícolas, cujos respectivos presidentes abdicaram de seus discursos em favor de Matte pela unidade dos grêmios agrícolas.

Declarando que o sentido da unidade representava um feito histórico, Matte abria mais uma frente de tensões com o governo Frei ao criticar o plano de desenvolvimento agropecuário elaborado pelo governo caracterizado como estatismo

que avançava sobre empresa privada e reduzia a capacidade de investimento dos empresários. Defendia a necessidade de industrializar e modernizar processos na agricultura de modo a criar um mercado interno e externo mais estáveis. Não deixou, porém, de mais uma vez atacar a reforma agrária e a CORA, atribuindo-lhes a ineficiência que sobrecarregava os empresários e a ação dos sindicatos camponeses:

La agrupación férrea de campesinos y agricultores es el mejor camino para defender el poder adquisitivo del trabajador rural. Nada se obtiene con aumentos de salarios y precios si éstos no se traducen en mejor standard de vida para todos los integrantes del sector. Sin embargo, la acción política de los organismos agrarios de gobiernos pretenden desquiciar la organización gremial de productores y campesinos. A unos los deconoce, los margina de las decisiones y los persigue. A otros los politiza envenenando sus legítimas aspiraciones. (EL CAMPESINO, nov/1969 p.29)

Ao fim, voltava à dicotomia – falsa, mas cuja função e objetivo era desincumbir o Estado de suas prerrogativas de planejamento para que fossem assumidas pela SNA – entre Estado e empresa privada que nortearia as formulações do ruralismo insurgente a partir de então:

Estamos ciertos que el futuro será nuestro en la medida que lo busquemos con valentia, con decision y con agresividad. Quiero reiterar una vez más el alto honor de ser el portavoz de todas las organizaciones de empresarios agrícolas que configuran el sector y cuyos dirigentes máximos me acompañan en esta tribuna. (EL CAMPESINO, nov/1969 p.30)

A intervenção de Matte precipitaria o início dos desentendimentos entre o grêmio e o governo. Relata *El Campesino* que Matte foi saudado após o anúncio de sua presença e ovacionado durante e após o seu discurso. O entusiasmo dos agricultores com as palavras críticas que o presidente da SNA dirigia ao governo incomodou o vice-presidente do INDAP, Roberto Infante, que ainda de acordo com o relato de *El Campesino*, saiu neste momento para “dar umas voltas pela FISA” (EL CAMPESINO, nov/1969 p25).

Finalizada a jornada de Matte, o ministro da agricultura Hugo Trivelli encaminhou-se para a tribuna sob a hostilidade de grande parte dos presentes. Diante dessa situação, Roberto Infante retorna com alguns funcionários e põe-se a aplaudir e apoiar o ministro Trivelli. Em resposta ao vice-presidente do INDAP, alguém insinua que os aplausos seriam comprados, no que Infante reage com um golpe, iniciando uma confusão generalizada que impediu o prosseguimento da fala de Trivelli, que se retirou da FISA com outros representantes do governo.

O rompimento partiria do governo que no dia 10 de outubro, quando por meio de uma cadeia nacional de rádio e televisão na qual Trivelli aproveitou para ler sua intervenção frustrada na FISA, retirou o patrocínio oficial do evento e suspendeu o diálogo com a SNA.

Sem os discursos dos demais dirigentes, coube ao presidente da CPC, Jorge Fontaine, lembrar que a avaliação segundo a qual a reforma agrária era um instrumento político destinado a golpear a empresa privada. Para além da crítica padrão à reforma agrária, Fontaine estava alinhado aos dirigentes agrícolas na defesa da modernização dos processos de produção e das relações de trabalho, isto é, na defesa da proletarização já em curso e na flexibilização das relações de trabalho de modo a manter salários sob controle.

O primeiro vice-presidente da SNA, Carlos Ariztía, que mantinha uma propriedade em La Ligua e era descrito como empresário de sucesso, na cerimônia de posse da nova direção criticava a fixação de preços agrícolas pelo governo e as obrigações do pagamento de *regalias* características da *inquilinaje*.

Se havia ganhado a concorrência da CONSEMACH a partir de 1967 e historicamente representou os interesses de uma classe de proprietários tradicionais, donos de grandes extensões de terras com uma força de trabalho residente, ao menos a nova direção da SNA expressava uma racionalidade capitalista que pretendia dar centralidade à atividade empresarial e limitar o número de proprietários de terras de modo a garantir a disponibilidade de força de trabalho a ser contratada e paga sob demanda.

Nesse sentido, formas transitórias de propriedade coletiva e de democratização das decisões do campesinato, mesmo com suas contradições, como os assentamentos e

posteriormente os CERA, impunham dificuldades a realização dos interesses do empresariado.

Mais importante do que as consequências imediatas que se traduziram em forte pressão do governo Frei sobre os grêmios agrícolas, foi a solidariedade e o amplo respaldo prestados a Matte. De nossa parte, não é possível saber se os incidentes na FISA foram premeditados, esta informação é, entretanto, irrelevante diante das outras evidências que utilizamos para subsidiar nossa hipótese de que eles foram o marco da prevalência da SNA sobre os demais grêmios.

Não apenas o conteúdo do discurso crítico de Matte, tão representativo do conjunto dos grêmios agrícolas que não teve concorrentes, mas a desconfiança mútua e pouca disposição para conciliar com o ministro Trivelli⁹² estabeleceram, pelo menos entre os dirigentes, uma animosidade só superada pela relação com Jacques Chonchol, já durante a presidência de Allende.

Adicionalmente, com a indisposição do governo, a SNA pôde avançar na formulação de um projeto próprio que oferecesse aos demais grêmios agrícolas e, principalmente, aos seus afiliados, uma alternativa às políticas direcionadas ao setor agrícola, isto é, pôde capitalizar os anseios do empresariado rural incorporando-se inclusive às aspirações do campesinato.

O ano eleitoral que se avizinhava não representou um arrefecimento do ruralismo insurgente, pelo contrário, significou sua consolidação estratégica e aperfeiçoamento como expressão ideológica do empresariado rural liderado pela SNA. Por este motivo o ano de 1970 registra menos conflitos públicos em *El Campesino*, a entidade trabalhava para consolidar seu reposicionamento perante o conjunto das organizações rurais e formar um bloco mais coeso de defesa dos interesses gremiais, enquanto o governo Frei possuía pouco poder de iniciativa no legislativo, não tendo enviado nenhuma grande reforma entre 1968 e 1970 (YOCELEVZKY, 1985 p.306)

⁹² Na cadeia nacional de rádio e televisão convocada após o incidente na FISA Rafael Moreno e Hugo Trivelli acusaram Matte de ter modificado o texto do discurso distribuído à imprensa e às autoridades. A SNA publicou um desmentido na mesma edição de novembro de *El Campesino* afirmando que Matte havia entregado no dia anterior a Felipe Amunátegui, subsecretário de agricultura, uma versão incompleta, mas que de acordo com a SNA não continha diferenças significativas.

Até mesmo a FISA, outrora uma ocasião privilegiada para a expressão das demandas do grêmio, naquele ano não registrou desfile de animais premiados nem discursos oficiais na abertura do evento. Não havia motivações para tal, o novo presidente ainda não tomara posse, e o governo retaliou mais uma vez a SNA com uma modificação por decreto do preço dos ingressos, fato que foi tratado com indiferença uma vez que o Frei estava em seus últimos dias como presidente.

O dilema entre negociação e enfrentamento que permeou as movimentações da SNA desde as primeiras discussões sobre a reforma agrária indicavam uma tensão entre as convicções e a necessidade de negociar com as forças da mudança (CAMPERO, 1984 p.39). O mesmo autor afirma que entre a eleição de Allende e o Encontro da Área Privada, ocorrido em 3 de dezembro de 1971, os grêmios atuaram para manter uma coexistência com o objetivo de preservar a sobrevivência e o desenvolvimento da área privada.

Parece-nos imprecisa a afirmação. Em primeiro lugar porque no caso da SNA negociação e enfrentamento não constituíram táticas excludentes, mas opções utilizadas pelo grêmio a depender das circunstâncias e das condições de atuação. Em segundo lugar porque no período de pouco mais de um ano, que vai da FISA de 1969 a dezembro de 1970, a SNA dedicou-se a aprimorar suas estruturas e processos internos e a ensaiar um projeto que visava ampliar o desenvolvimento do setor privado e garanti-lo no futuro, o que foi expresso pela formulação de um plano agropecuário da área privada.

Matte, Ariztía e Marquez de la Plata eram modernizadores tanto nos aspectos econômicos, como nos aspectos organizativos e sua direção compreendia a importância de ampliar e diversificar as bases de apoio e adesão à SNA para obter maior capilaridade entre associações locais e, principalmente, entre minifundistas e pequenos proprietários.

Entre os grêmios agrícolas as bases da dominação da SNA estavam fundadas apenas no consenso e na mobilização de interesses comuns que se chocavam com as políticas direcionadas ao setor, como preços agrícolas, especialmente de produtos destinados ao abastecimento interno como trigo ou a concorrência com o gado argentino, problemas de grande apelo no sul do país, e também com o campesinato

organizado, que em grande medida era resultado direto da iniciativa do governo de modificar os mecanismos legais de acesso à terra e estimular a sindicalização.

Se as expectativas em relação ao último ano de governo Frei eram baixas, o que desestimulava o confronto aberto, aumentavam as preocupações com os embates com o campesinato e as *tomas* de terras. Essas preocupações motivaram a direção a dar mais atenção para as questões internas do grêmio, se os acontecimentos da FISA reforçaram a ideia de unidade e alçaram Matte como principal dirigente gremial do setor rural, era preciso acelerar o processo de conversão da SNA em principal entidade rural maximizando seu projeto e sua atuação.

A formulação do plano de desenvolvimento agropecuário da área privada teve origem em discrepâncias entre os formuladores do governo Frei e representantes de grêmios privados em relação ao plano de desenvolvimento agropecuário concebido para o período entre 1965-1980.

As discussões iniciaram numa reunião em 26 de setembro de 1969 em Santiago, na qual representantes da SNA, CAS, CONSEMACH e Federação de Cooperativas, além de assessores técnicos, concordaram que a secretaria permanente funcionaria na sede da SNA e dividiram tarefas e responsáveis por áreas relativas aos diversos produtos agrícolas e questões sensíveis aos grêmios, como política de preços e a própria condição da reforma agrária.

Domingo Durán, presidente do CAS, ficaria responsável por questões relativas a produção e comercialização de carne, Luis Larraín Marin, ex-presidente da SNA, pela reforma agrária, Manuel Valdés, presidente da CONSEMACH, pela política sindical e Benjamin Matte pela área de hortaliças. Em 3 de outubro do mesmo ano uma reunião na sede da SNA ratificaria a decisão e colocaria o plano da área privada em marcha.

Apesar de associar a ideia de desenvolvimento agropecuário a um plano econômico destinado a dinamizar a produção e apresentá-lo aos candidatos postulantes à presidência da república, era um plano integral de transformação do setor rural no qual o papel das associações empresarias e do campesinato seria redesenhado, preservando, entretanto, as hierarquias sociais no campo.

Tratava-se de tomar as rédeas da política agrária em curso e de qualquer política agrária posterior, e avançar de uma forma integral para as decisões de política

econômica. Não apenas possuía um plano de desenvolvimento agropecuário como um plano de desenvolvimento rural, cujas primeiras discussões em 27 de maio de 1970 são registradas na edição de junho de *El Campesino* e seria aplicado de forma experimental nas comunas de Santiago e destinado ao público feminino.

Como consequência dessa iniciativa, em julho do mesmo ano a SNA patrocinou uma conferência realizada pelo professor espanhol Manuel Avezuela, descrito como doutor em filosofia, ciências sociais, políticas e economia, e com experiência no desenvolvimento de comunidades rurais na América Latina, cujo tema era “Estratégias para o Desenvolvimento Rural”, e especialmente direcionada a esposas de agricultores, integrantes de *centros de madres* e assentamentos, como nos informa a edição de *El Campesino*.

Embora apenas trechos tenham sido reproduzidos, vale a pena registrar a ideia central do professor Avezuela naquela conferência ao teorizar sobre o “conceito integral de campo”. Esse “conceito integral” que expressa uma rede diversa de grupos sociais – *centros de madres*, cooperativas, patrão, empregado, etc. – que devem atuar em cooperação em função das necessidades de quem controla a produção, representa, em nossa avaliação, a forma como os dirigentes concebiam o papel dos grêmios como as principais instituições no campo.

Mesmo que as etapas registradas no periódico da SNA fossem trôpegas, ora defendendo um plano de desenvolvimento agropecuário, ora idealizando um plano de desenvolvimento rural, enfatizando respectivamente os interesses econômicos e os aspectos de dominação ideológica, o que ganhava materialidade era um programa – ainda que o discurso oficial do grêmio expressasse certa repulsa pela palavra – eminentemente político.

Em decorrência e paralelamente a isso a entidade trabalhava de forma mais clara em sua reestruturação interna e os impactos na relação da SNA com as demais organizações. Em abril o editorial anunciava que além de introduzir mudanças administrativas, o objetivo era a “ampliação das bases representativas da entidade” (EL CAMPESINO, abr/1970 p.21).

A reforma que foi aprovada em 18 de maio de 1970 instituía uma ampliação significativa do conselho da SNA e a criação de comissões de dois tipos, de estudos e

administrativas, dedicadas respectivamente aos temas caros à SNA⁹³ e aos assuntos administrativos internos do grêmio⁹⁴.

As primeiras teriam um presidente e um vice-presidente de comissão, enquanto as segundas dependeriam da comissão de administração da sociedade. Além disso, uma comissão gremial coordenaria todas as comissões de estudos e seria presidida por um dos vice-presidentes da SNA, além de contar com o secretário geral do grêmio exercendo a mesma função na referida comissão.

Ficou acordado ainda que o conselho diretivo da SNA seria aumentado de 86 para 140 membros representantes e que toda resolução seria aprovada por maioria simples de votos. Além de uma série de associações⁹⁵ incorporavam-se naquele momento ao conselho diretivo ainda representantes de federações de um mesmo tipo e que possuíssem caráter nacional⁹⁶, os presidentes dos colégios de engenheiros agrônomos e de médicos veterinários, assim como o diretor do Instituto de Investigações Agropecuárias, estabelecendo um vínculo formal com o mundo acadêmico, e também presidentes das Confederações de Trabalhadores agrícolas, com a devida ressalva:

No se pretende en este caso, ni en los otros que ya se hán señalado que la Sociedad Nacional de Agricultura asuma la representación de todos y cada uno de ellos, sino que al escuchar las opiniones de todos los participantes del sector, la Sociedad interpretándolos, favorezca sin consideraciones de otra naturaleza al progreso de la agricultura y de

⁹³ Comissão de relações laborais; comissão de comercialização, insumos e organização cooperativa; comissão de capacitação, assistência técnica, investigação e extensão agrícola; comissão de exportações e integração econômica e comissão de política econômica.

⁹⁴ Comissão de sócios; comissão de registros e exposição; comissão de rádio; comissão de FISA; comissão de revista e comissão da estação experimental.

⁹⁵ Corporação Chilena da Madeira, Associação Nacional de Viticultores, Associação de Exportadores de Chile, Associação de Corredores de Produtos Agrícolas e Gado, Associação de Criadores de Gado Holandês, Associação Nacional de Produtores de Beterraba, Associação de Criadores de Gado Oveiro Colorado, Associação de Cooperativas de Criadores de Porcos, Associação de Produtores de Semente, Confederação de Canalistas do Chile, Associação de Criadores de Cavalos Chilenos, Associação de Cooperativas Frutícolas, Câmara Avícola, Associação Nacional de Produtores de Gado, Comitê do Leite e representantes das Cooperativas Cerealíferas, de Irrigação e de Ovinos.

⁹⁶ Especificamente são citadas a Federação Nacional de Cooperativas Vitivinícolas e de Eletrificação Rural, exemplos de federações de setores localizados que se multiplicavam na defesa de questões específicas.

todos los que tienen relación con ella. (EL CAMPESINO, jun/1970 p.35)

A ampliação das bases da SNA significava sua própria ampliação e ampliação de suas bases de legitimação, isto é, a SNA passava a incorporar uma plêiade de associações rurais entre cooperativas, sindicatos e grêmios concedendo espaço no conselho diretivo e oferecendo a estrutura da entidade ao mesmo tempo em que se projetava sobre todas elas.

3.3. A consolidação do programa

Decididos os termos da integração gremial, tendo razoavelmente claros os interesses econômicos e reconhecida a legitimidade da SNA como principal representante do empresariado rural e instância de discussão de todas as associações que atuavam no campo – ou pelo menos aberta a todas como instituído na reforma do conselho diretivo – restava ainda por estabelecer uma doutrina que fundamentasse o que nomeamos neste trabalho como ruralismo insurgente e integrasse aspectos econômicos, políticos e culturais.

Como demonstram suas intervenções públicas, Matte era o principal formulador e defensor de uma doutrina integral para o campo a qual ele se referia genericamente como “desenvolvimento rural”. Ela possui algumas características constitutivas básicas, mas é também expressão do momento no qual se encontrava a SNA e os grêmios agrícolas nos estertores do governo Frei.

Em primeiro lugar ela concebe o campo como um espaço integrado socialmente, organizado e constituído por uma estrutura harmônica na qual as funções de cada indivíduo estão determinadas pelo seu ofício especializado, cujo objetivo é produzir, e delas depende a eficiência de toda estrutura.

Existem, portanto, papéis sociais a serem cumpridos, mas não classes sociais em luta ou interesses de classe opostos, mas interesses setoriais que podem divergir, como por exemplo existem demandas para aumento de salário ou melhorias de condições de trabalho. Para a resolução deste tipo de divergência existem as formas associativas que a SNA normalmente privilegia, as cooperativas, mas também outros grêmios e sindicatos

de trabalhadores rurais, pelo menos como possibilidade, como ficou claro no aumento do Conselho Diretivo na reforma administrativa empreendida pela instituição.

Dessa forma, conflitos laborais, demandas por socialização de terras e *tomas*, são elementos externos à produção ideológica do campo pela SNA, e possuem o objetivo de sabotar a produção e confundir o campesinato por meio de interesses políticos e agitadores profissionais.

O elemento de coesão social que disciplina as relações no campo é a comunicação e ela possui a única função de estabelecer uma “doutrina de unidade” e se constitui tanto por difusão de informações – difusão de ideologia por aparelhos hegemônicos como a SNA – como pela compreensão e apreensão coletiva do conhecimento especializado de cada ofício e tarefa de modo a evitar conflitos, nas palavras de Matte:

La esencia de la nueva doctrina rural es la comunicación. Es importante incorporar medios de comunicación e información al campo, pero mucho más importante es desarrollar en los hombres que allí viven habilidades y técnicas de comunicación social. De qué le serviría la televisión a un ciego, la radio a un sordo o el telefono a un mudo. La comunicación no es aparatos ni siquiera información, sino fundamentalmente respuesta, intercambio de ideas, participación intelectual activa y responsable. (EL CAMPESINO, out/1970 p.73)

A concepção particular de comunicação expressa por Matte não compreende o exercício da livre expressão e circulação da divergência em relação aos princípios que regem a produção ideológica do campo pela SNA, a comunicação nesse sentido é uma forma de reconhecimento da divisão social do trabalho no campo e a base do consenso acerca das formas de organização e participação nas associações gremiais.

O sentido desse reconhecimento é o que o dirigente chama de “mística” – termo já utilizado anteriormente pela SNA – do trabalho agrícola que desafia tanto a natureza quanto as cidades, sendo expressão de liberdade e espontaneidade. A síntese do entendimento da associação sobre o campo é expressa, ainda nas palavras de Matte, como uma doutrina de unidade na qual os grêmios são a via de representação e participação.

As posições do grêmio sobre os processos políticos e a política em geral, como já indicamos, sempre foi permeada por ambiguidades, especificamente após o impulso ao reformismo da década de 1960. Entretanto, isso se deveu ao mau relacionamento com o PDC e seus reformadores agrários e sua gradual deterioração, não à negligência do grêmio em relação à política, especificamente aquela diretamente relacionada com a atividade agropecuária.

Essa ambiguidade expressa pela necessidade de viabilizar um projeto e não possuir a capacidade de lobby de outrora no parlamento chileno redundou em uma caracterização pejorativa da atividade política que deve ser compreendida como uma crítica à política partidária⁹⁷, não se estendendo à atuação gremial.

Pelo contrário, como sustentamos, é durante o processo de reforma agrária que essa atuação se intensifica e extrapola os limites da defesa corporativa, há uma mudança qualitativa do estatuto do grêmio, embora o corporativismo se mantivesse. A SNA almejava uma participação direta dos grêmios por cima do que a associação compreendia como democracia representativa, mais uma vez nas palavras de Matte:

La margen de participación política que la democracia representativa tradicional otorga a los ciudadanos, sobre todo a través del sufragio y de los instrumentos de opinión pública, no satisface de manera suficiente las demandas de participación económica y social de las grandes multitudes que constituyen el sector rural, incrementadas día a día por los avances de la tecnología y los medios de información. (EL CAMPESINO, out/1970 p.73)

Essa distinção é decisiva porque atribui ao grêmio uma função de deliberação em matérias de política econômica, uma vez que as funções de elaboração jamais cessaram. A doutrina rural que a SNA delineava e vocalizada por meio de seu presidente visava entregar aos grêmios o planejamento e os rumos das políticas do setor, diretriz que se baseava na convicção de que o conhecimento especializado dos grêmios deveria reger as decisões políticas⁹⁸, não apenas no setor agropecuário, mas de todos os ramos da economia organizados em sua expressão gremial, ainda que tais grêmios como expressões diversas das classes proprietárias do Chile representassem por

⁹⁷ Verónica Valdivia (2008) é quem observa a mesma característica presente no movimento gremial de Jaime Guzmán.

⁹⁸ O que mais uma vez aproxima essa postura do movimento gremialista de Guzmán.

vezes o mesmo grupo de pessoas, visto que a classe dominante do país nas décadas de 1960 e 1970, em referência novamente ao trabalho de Zeitlin e Ratcliff (1988), espalhava-se por todos eles.

Paralelamente a toda essa reestruturação a SNA manteve uma intensa atividade de formação de dirigentes e lideranças que começou com as jornadas de Panimávida, no final de 1968. A difusão das ideias e a capilaridade da atuação da entidade era parte deste processo de formação de consensos tão necessário para sustentar um programa com pretensões universais, isto é, que abrangesse a totalidade do campo – como concebido pela SNA – e pudesse submeter o poder político aos interesses privados do grêmio – entendidos como universais – passando para a área privada responsabilidades de órgãos de Estado como CORA e INDAP.

Nesse sentido a função do Estado seria zelar pela manutenção de condições ideais de produção, deixando de arbitrar conflitos laborais ou disputas de terras, que deveriam ser negociadas pelos grêmios e os sindicatos camponeses, mas mantendo a prerrogativa de uso da força visando garantir a propriedade privada⁹⁹.

O hiato entre a FISA de 1969 e a eleição de Salvador Allende abriu uma brecha para que a entidade concentrasse seus esforços em unir não o campo, mas os grêmios agrícolas em torno de um projeto comum e alinhasse os principais interesses comuns dispersos com a pulverização sindical resultada da lei 16.225, sugestão da própria SNA no que diz respeito à formação de sindicatos patronais.

A disposição ao diálogo com a UP, um governo que se assumia ainda mais propenso a reformas profundas, logo que empossado Allende contrastava com a animosidade estabelecida com o governo anterior, o que sugere que o cálculo feito pela mesa diretora composta por Matte, Ariztía e Marquez de la Plata também levava em conta a necessidade de estar em melhores condições para negociar com o próximo governo. Ainda que não se soubesse o vencedor do pleito, a possibilidade da esquerda chegar ao poder era real.

Ao final do ano de 1970 as divergências entre SNA, CAS e CONSEMACH que eventualmente pudessem existir e aquelas que foram motivos de dura disputa,

⁹⁹ O que certamente não excluía o exercício da violência por empresários agrícolas, situações do tipo mantiveram-se.

principalmente entre SNA e CAS, subjaziam à vontade geral construída pelos grêmios e liderada pela SNA.

Sem um documento de fundação ou uma sistematização de princípios, mas com a convicção da defesa intransigente das prerrogativas dos grêmios sobre às decisões de política econômica do setor agropecuário, da propriedade privada, da livre associação entre os indivíduos de uma mesma atividade, da subsidiariedade do Estado, da oposição à reforma agrária, e, especialmente, com a disposição resoluta para o enfrentamento, o ruralismo insurgente possuía naquele momento um programa orientado para a conquista e controle do Estado.

3.4. As regras do jogo: SNA ante a reforma agrária sob a Via Chilena ao Socialismo

A posse de Allende e o fim do imbróglio eleitoral com o acordo firmado entre a UP e o PDC por garantias constitucionais no mês de novembro de 1970 e as repercussões do assassinato do general René Schneider em 25 de outubro dissiparam naquele momento os intentos golpistas e o princípio de caos decorrido das tensões políticas entre UP e PN. Naquela ocasião, em novembro de 1970, o PDC atuou pela estabilidade a nível institucional¹⁰⁰.

A chegada de um socialista à presidência da república causava apreensão entre os empresários agrícolas, Campero (1984) observa que durante o período eleitoral não houve por parte dos grêmios manifestações de apoio a qualquer candidato. Por certo, o projeto que a UP sustentou desde sua formação em 1969 não possuía muitos pontos em comum com os interesses do empresariado rural, contudo, a atitude do grêmio foi de tentar estabelecer pontes com o governo marcando entrevistas com autoridades recém nomeadas e o presidente Allende. Oficialmente, o bloco grêmio-empresarial rural formado por SNA, CAS e CONSEMACH expressava sua intenção em colaborar com o novo governo e para isso buscava entender as “regras do jogo”.

Mesmo que todas as tentativas de golpe ao longo daquele ano tenham sido organizadas contra a UP, o governo que tomava posse não inspirava tranquilidade entre

¹⁰⁰ Após o acordo sobre as garantias constitucionais, o partido votou por referendar a eleição de Salvador Allende no congresso pleno.

os dirigentes dos grêmios do campo. As *tomas* de terras causavam temor de que a prática fosse tolerada, incentivada ou mesmo institucionalizada pelo novo governo a fim de acelerar as expropriações e a reforma agrária.

O chamado ao diálogo e ao esclarecimento das “regras do jogo” com o governo visava, tão somente, a despeito do gesto de cordialidade do bloco grêmio-empresarial rural, obter garantias da UP que pontos fundamentais da reforma agrária relacionados a expropriações de terras e constituição de reservas seriam revistos e acordados com o bloco sob novas condições.

O processo de recomposição dos interesses gremiais e expresso sob o recém-formado bloco punham as referidas associações em condições muito melhores de negociar com a UP do que com o PDC. O questionário enviado a Allende e a seu ministro da agricultura Jacques Chonchol, era o primeiro movimento para pressionar o governo recém-eleito, “as regras do jogo”, cabe ressaltar, já estavam expressas na constituição chilena e na legislação da reforma agrária.

Ao contrário das respostas protocolares de Allende sobre o respeito à legislação vigente, as respostas de Chonchol mereceram uma exposição detalhada na edição de fevereiro de 1971 de *El Campesino* seguida de uma dura resposta do bloco. O ministro discorreu pelos diversos temas levantados pela SNA marcando posição contra os principais pleitos do grêmio.

Chonchol não se comprometeu com o direito preferencial de reserva – quando o proprietário escolhe que parte do terreno deseja manter – nem com o direito de reserva em si em casos de má exploração, abandono ou exploração por terceiros, afirmou que o processo de divisão de terras era responsabilidade do Estado – uma demanda antiga dos grêmios era que pudessem dividir o excesso de terras e formar cooperativas – e que revisaria a impossibilidade de expropriar terrenos florestais. Indagado sobre a participação do setor privado no desenvolvimento rural, o ministro respondeu o seguinte:

Es proposito decidido del gobierno el integrar a los campesinos, a través de sus organizaciones y en todos los niveles, al proceso de desarrollo rural, pues ve en ello la real representación del sector agrícola. **Las organizaciones patronales, si bien intervendrán en**

este proceso, no tendrán una participación decisiva en su dirección. (EL CAMPESINO, fev/1971 p.12 grifos nossos)

O então ministro Chonchol expressava naquela ocasião a face mais radicalizada – e também contraditória – do projeto da UP, que como vimos no capítulo anterior, em muitos aspectos não era uma ruptura, mas um aprofundamento das reformas do governo Frei.

A repercussão entre os empresários agrícolas foi imediata, nos dias 10 e 11 de março na reunião da CONSEMACH em Puerto Montt para prestação de contas de sua direção, foi aprovada pelos delegados das vinte federações afiliadas uma linha de ação para o ano agrícola de 1971-1972 proposta pela Federação do Empregadores Agrícolas de Santiago.

A proposta levada a consideração pelo delegado de Santiago, Armando Pino, estipulava que o “sindicalismo agrícola”¹⁰¹ deveria garantir a proteção para os agricultores e suas famílias, a comercialização da colheita, obter clareza sobre o estatuto jurídico da pequena e média empresa e responsabilizar o governo pelas condições da produção agrícola.

Diante disso, propunha incorporar todos os empresários agrícolas, a despeito do tamanho das suas terras, pedir garantias ao governo, estabelecer contato com representantes de todos os partidos políticos e mantê-los informados sobre os problemas agrícolas e denunciar e fazer uso dos recursos legais contra intendentess, governadores e funcionários públicos que participassem direta ou indiretamente da “usurpação” de propriedades (EL CAMPESINO, abr/1971 p.4). Em declarações à imprensa após a resolução, o presidente da CONSEMACH, Manuel Valdés, ratificaria a postura adotada em Puerto Montt reforçando mais uma vez o sentido de unidade entre SNA, CONSEMACH e CAS.

Como buscamos sustentar em nossas observações, desde a FISA de 1969 havia um bloco entre as principais organizações patronais do campo em franca expansão e organizado em decorrência da reforma agrária. A diferença para a situação pré-1969 era que ele possuía uma direção e coesão em torno de três associações nacionais e capilaridade em associações locais.

¹⁰¹ Os sindicatos patronais e os grêmios empresariais.

A nova situação que levou os grêmios empresariais rurais a tentarem negociar “as regras do jogo” foi construída a partir de uma experiência malsucedida de defesa de interesses corporativos dispersos de distintos grêmios agrícolas ante o governo do PDC. É por esse motivo que os pleitos corporativos fundamentais não se alteraram, permaneceram a crítica às expropriações – sempre associadas à ação direta de grupos organizados como o MCR, indistinção que servia de legitimação à opção dos grêmios pelo confronto – e à política de preços, a instabilidade e a violência no campo.

O tema da violência no campo, historicamente mobilizado pelos meios de difusão e comunicação da SNA, ganhou ainda mais destaque especialmente a partir da posse de Allende e também como repercussão das manifestações do ministro Jacques Chonchol. Não se tratava de constatar os problemas no campo – eles aconteciam e se intensificaram entre os anos de 1971 e 1972 – mas de instrumentalizá-los de modo a garantir subsídios políticos à ação da SNA e do bloco grêmio-empresarial rural.

Ao ruralismo insurgente era necessário – e desejável – manter e renovar permanentemente a mobilização das bases de apoio, formalmente filiadas ao grêmio ou não. A defesa de interesses corporativos, ainda que angariasse solidariedade gremial, tendia à particularização em demandas locais¹⁰², ao passo que a sustentação de um projeto universal concebido e sustentado por sujeitos coletivos – os grêmios agrícolas – contemplava e orientava as frações da classe proprietária representadas pelos grêmios sob hegemonia da SNA.

Ainda que o discurso oficial do bloco naquele momento fosse o de esclarecer as “regras do jogo”, não nos parece correto que tamanho esforço de ampliação e coesão gremial tenha sido construído para que não fosse incontornável submeter as decisões de política agrícola – incluindo os rumos da reforma agrária – ao veto ou à validação do bloco. Mais ainda, tal projeto só poderia prosperar num terreno pavimentado por crise generalizada, cenário que não estava configurado no início de 1971, mas que já daria os primeiros sinais ao final do mesmo ano.

Por esse motivo o antagonismo construído pelo bloco liderado pela SNA, sob pretexto de esclarecer as “regras do jogo”, constituía uma forma de manter o foco das organizações sobre a ameaça comum à classe proprietária, a política de expropriações, o

¹⁰² A questão dos preços do trigo, por exemplo.

direito de reserva e a constituição de uma área reformada por um lado, e a ação direta do campesinato por outro, sem renunciar aos interesses setoriais de cada grêmio e estabelecendo conexões com outros setores burgueses da economia como industriais e banqueiros.

No editorial de agosto, sob o título de *Nuestra Revolución Constructiva*, a SNA fazia uma defesa doutrinária da “empresa privada” em oposição velada às iniciativas do governo como a área de propriedade social e os CERA. A tarefa auto atribuída da SNA naquele momento era liderar uma revolução – sob os valores do cristianismo¹⁰³ – a partir da empresa privada, melhor e mais adequado instrumento para concretizar transformações sociais, o qual “apenas podem manejar os empresários privados” (EL CAMPESINO, Ago/1971 p.14).

Alguns meses antes do Encontro da Área Privada e da constituição da FRENAP, a SNA já ensaiava no seu discurso para fora, isto é, na difusão de seu ideário e orientação dos grêmios sob sua hegemonia, uma ruptura com a UP: “*Por eso, basta ya de posiciones defensivas. Debemos arrebatarse la iniciativa. Difundamos lo que queremos dentro de la empresa, hagámos las transformaciones e proyectémoslas con valor*” (EL CAMPESINO, ago/1971 p.15 grifos nossos).

As “posições defensivas” haviam ficado para trás desde 1969, o que se processava era uma adaptação na forma de exercer a oposição grêmio-empresarial à UP incorporando elementos doutrinários aos interesses de classe mais imediatos. Mais uma vez foi na FISA que Matte fez os ajustes à linha de atuação da SNA, no que foi seguido por Jorge Fontaine.

Os dirigentes gremiais defendiam organizações camponesas “livres”, isto é, sem vinculações com as grandes confederações nacionais e próximas dos grêmios empresariais agrícolas. A reformulação administrativa subsidiou a SNA para estender as

¹⁰³ É a primeira vez dentro do período estudado (1967-1973) que a SNA incorpora de forma aberta o que a entidade compreende como valores cristãos, associando-os com a atividade desenvolvida pelos agricultores. Por diversos editoriais no período o grêmio evocava a dimensão mítica da figura do agricultor e seu trabalho englobando a contraposição homem/natureza, mas, como já observamos, nada muito sistemático. O editorial de agosto, entretanto, adiciona mais um elemento doutrinário – o cristianismo à moda da SNA – ao universo simbólico construído pela entidade. Associamos este movimento à influência de ideias do movimento gremial que ganhou relevância no país em 1967 e que trataremos mais adiante.

redes do grêmio ao campesinato, oferecendo uma alternativa à política agrícola do governo.

A defesa da empresa privada e a constituição de pequenos proprietários no campo representava a maturidade do projeto do bloco grêmio-empresarial rural em suas características econômicas – manutenção dos direitos de reserva, livre associação entre pequenos proprietários, e rechaço às formas de propriedade coletiva – e doutrinárias. Era a partir dos problemas da área reformada e das divergências entre os partidos da UP que a SNA começou a apelar de forma mais frequente ao anticomunismo como elemento constitutivo de uma doutrina.

Não por acaso o presidente Allende recusou-se a comparecer à FISA 1971, e justificou sua ausência e de seus ministros pelas críticas desferidas por Mate. Allende, em carta resposta divulgada pela SNA, argumentava que a postura dos dirigentes que o procuraram para conversar era muito distinta da que assumiam publicamente. O presidente da república ainda considerava uma provocação um memorando sobre problemas no campo entregue por Manuel Valdés ao Ministério da Defesa¹⁰⁴ (EL CAMPESINO, nov/1971 p.23). Apesar do diálogo aberto no início do governo, como observamos, não havia qualquer contradição entre negociação e enfrentamento.

A estrutura concebida na gestão Matte possuía o objetivo de obter exatamente melhores condições não de negociar, mas disputar, concorrer e enfrentar o governo da UP, e os dirigentes tinham plena consciência das mudanças que enfrentariam. Desta forma, a formação da FRENAP em 2 de dezembro de 1971 consolidava uma ampla aliança da burguesia chilena e representava a disposição de investir na desestabilização, no caos e no golpe de Estado. A ela, o bloco grêmio-empresarial rural integrou-se como força de atuação no campo consequente com a trajetória traçada até aquele momento,

¹⁰⁴ O episódio revela mais um aspecto da influência do gremialismo de Guzmán sobre a associação. Ao endereçar um memorando sobre os problemas que os empresários enfrentavam no campo ao ministério da defesa, Valdés fazia muito mais do que uma provocação ao governo. Do ponto de vista estratégico-doutrinário, demandava a participação das forças armadas em assuntos de governo por reconhece-las como garantidoras da ordem interna e como aparelho de Estado essencialmente anticomunista, do ponto de vista prático, demandava por soluções de força, pois o memorando, na hipótese de as preocupações com os problemas no campo serem reais, poderia ser encaminhado ao ministério da agricultura, ao ministério do interior em caso de eventuais episódios violência, ou como alto dirigente da SNA, poderia ter acesso relativamente facilitado a Allende caso solicitasse uma reunião, como demonstram os encontros e as entrevistas realizadas anteriormente pela SNA com o presidente e seus ministros.

era, a partir de então, uma seção da aliança burguesa que promoveu a ofensiva final contra a UP.

CAPÍTULO IV

O CERCO GREMIAL

Esa actitud ha levantado presión en todo el país. Y la Unidad Popular sabe que ha cavado su tumba en el campesinado chileno. Porque contrariamente a lo que algunos creen, el trabajador de la tierra no es una persona ingenua e ignorante a la que se pueda hacer pasto de agitadores políticos. El campesino tiene conciencia de que sus derechos

Rafael Moreno Rojas¹⁰⁵

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e analisar a manifestação prática do ideário gremialista na política chilena sob dois ângulos: como formatação institucional concebida para adequar o Estado chileno às pretensões da burguesia, transferindo todas as relações sociais e prerrogativas compreendidas no Estado restrito para o âmbito da sociedade civil no qual ela própria exercia a sua hegemonia, os grêmios empresariais e profissionais, e como exercício efetivo da oposição ao governo da UP.

Referimo-nos anteriormente a Gramsci e Althusser tentando estabelecer e demonstrar a forma pela qual compreendemos como os aparelhos hegemônicos atuam para exercer a direção política. Chambers e Kopstein (2001), por exemplo, contestam a ideia de que organizações civis sejam necessariamente *locus* de tolerância, livre associação e resistência ao autoritarismo estatal. Pelo contrário, por vezes são a própria face do autoritarismo.

No caso chileno, Guillermo Campero (1970, 2003) foi quem buscou identificar as formas de organização grêmio-empresarial no conflito político, especialmente no período crítico da UP. No entanto, é provavelmente Armand Mattelart (1976) quem

¹⁰⁵ *Diario de sesiones del senado*, p. 22. *Sesión 5ª*. 31/05/1972.

tenha definido com mais precisão a particularidade do gremialismo como a “linha de massas da burguesia chilena”, buscando classificá-la nas características de uma economia dependente. Mattelart atribui grande destaque ao pioneirismo da SNA na defesa dos interesses da classe dominante ainda na primeira metade do século XIX e ressalta seu papel nas décadas de 1960 e 1970 no século seguinte.

As formas como o grêmio buscou atuar na política chilena foram variadas, a depender da conjuntura, combinando pragmatismo e idealismo, o que segundo Wright (1982) era uma característica da SNA. Entretanto, durante a década de 1960, a renovação da direita chilena envolveu a renovação também dos métodos, como nos lembra Verónica Valdivia (2008).

O movimento iniciado por Jaime Guzmán em 1967 foi a base doutrinária e ideológica para esse passo à frente. Os grêmios passaram a lentamente expropriar o poder do Estado submetendo a esfera propriamente política – o legislativo chileno especialmente – à sua direção.

Nesse sentido, dedicamo-nos aqui, sob a perspectiva do bloco grêmio-empresarial rural, a expor o que consideramos um cerco formado com a finalidade de promover a ofensiva final contra Allende no qual diversas organizações civis, meios de comunicação, partidos políticos e forças militares participaram sob o condão dos principais grêmios empresariais do país.

Interessa-nos compreender como as organizações do campo tomaram parte na construção do cerco gremial ao qual nos referimos e suas vinculações especialmente após o *paro de octubre*. Como esperamos deixar claro, a transição de uma atuação gremial-corporativa para uma gremial-doutrinária completou-se a partir do momento em que a burguesia conseguiu dar forma e expressão ao “poder gremial” deixando, por mais contraditório que possa parecer à primeira vista, as demandas setoriais em segundo plano e assumindo um discurso total.

4.1. Retomando a *guitarra prestada*: o poder gremial como forma de organização do Estado

Durante a exposição em Valdivia ocorrida entre os dias 13 e 15 de novembro de 1970, poucos dias depois da confirmação de Allende como presidente eleito, o então presidente do CAS, Domingo Durán, agradecia em discurso ao novo chefe de Estado pela recepção e a disponibilidade em discutir com os principais representantes do empresariado agrícola as “regras do jogo”, demanda das organizações empresariais capitaneadas pela SNA.

Como temos insistido, exposições regionais como as organizadas pelas sociedades agrícolas do sul do país e a FISA, sob responsabilidade da SNA, eram muito mais do que meras oportunidades de negócio. Essas ocasiões expunham a linha de atuação gremial das organizações e sua disponibilidade e condições para estabelecer diálogo com o governo eleito, orientações que deviam chegar e convencer os filiados e participantes do evento.

Cada tribuna gremial expunha as principais apreensões de sua organização combinando interesses gerais do bloco grêmio-empresarial rural com questões locais vindas das bases e das particularidades de suas regiões de atuação. Ao final daquele ano, as expectativas em relação ao novo governo e à situação da sociedade rural permeavam todos os discursos dos dirigentes, ainda não claramente convertidos em opositores. A intervenção de Durán, entre outras coisas, dizia o seguinte:

Agricultores, Nadie puede sentirse fundamentalmente poseedor permanentemente de la verdad. Nosotros hemos defendido el sentido fundamental de la iniciativa privada como la gran Palanca del Progreso. Con todo, debemos aceptar porque somos nacionalistas la posibilidad de estar equivocados. Ahora adviene una nueva fórmula, aquella que cree que la iniciativa del Estado, haciendo eco en todos los hombres que forman una comunidad es una mejor y más poderosa Palanca para el Progreso que la nuestra; junto con aceptar nuestro eventual error, aceptemos la posibilidad de que los que así piensan estén en la razón. Para hablar en términos huasos, entreguémosle la guitarra, entreguémosla a la buena, sin triquiñuelas y sin trampas. Démosle las posibilidades para que la afinen y canten con ella su tonada. Démosle todas las posibilidades para que suelten todo el caudal de su voz esperanzada. Deseemos como chilenos que la cueca resulte afinada y firme; si así fuera, arroliémonos junto a nuestra vieja

guitarra y todos, absolutamente todos juntos, tamboreemos esa cueca en la medida que ella anuncie mejores días para nuestra tierra. **Si al afinar la guitarra se le cortan algunas cuerdas, si al iniciar el canto la voz les sale destemplada y temblona, volvamos a pedirles la guitarra prestada, porque lo único que importa es que el canto siga resonando afinado y potente en los caminos del porvenir de Chile.** (EL CAMPESINO, dez/1970 p. 23 grifos nossos).

O discurso de Durán continha, além de um resumo do que defendia o bloco grêmio-empresarial rural em política econômica, uma advertência ao governo recém-eleito e suas pretensões para a reforma agrária em curso, reveladas em entrevista pelo ministro Jacques Chonchol. Não se tratava exatamente de uma opção pela composição com o novo governo, mas da impossibilidade de exercer uma oposição que não tivesse um caráter defensivo, especialmente depois de superadas as tentativas de desestabilização e ameaças de golpe antes de da posse de Allende.

Pouco mais de um ano depois era lançada a FRENAP em 2 de dezembro de 1971, num grandioso evento no teatro Caupolicán em Santiago. O evento e a concepção da frente foram organizados por três organizações dos setores comercial e industrial, CPC, *Confederación del Comercio Detallista Establecido* (CCDE) e a *Confederación Unica de la Pequeña Industria y Artesanado* (CUPIA). Não há registros em El Campesino de intervenções ou discursos de dirigentes agrícolas, ainda que a publicação da SNA registrasse a presença de seu presidente Benjamin Matte e considerasse positivo o estabelecimento da FRENAP.

A criação da frente expressava uma ampla convergência burguesa com o objetivo de coordenar ações em bloco em defesa dos interesses das organizações gremiais. Oficialmente, a FRENAP apresentava-se como um comitê destinado a defender os interesses da área privada, das liberdades e da democracia em contraponto à iniciativa estatal assumida pelo governo da UP.

As conclusões tornadas públicas no evento no teatro Caupolicán expressavam preocupações ligadas à ampliação da estrutura gremial, a estabilidade econômica, liberdade de associação e o estabelecimento de um estatuto da área privada que o governo se comprometeria a respeitar. Já eram, entretanto, explícitas as sinalizações de que as movimentações dos grêmios visavam ao avanço sobre o governo socialista.

O presidente da CPC Jorge Fontaine afirmou durante o lançamento da FRENAP que os presentes não se reuniam para defender interesses econômicos, mas para “apoiar um sistema de vida baseado na crescente participação de todos os chilenos nas grandes tarefas nacionais” (EL CAMPESINO, jan/1972 p.17).

A referência cada vez mais clara nas manifestações dos dirigentes de grêmio e generalizada na burguesia chilena era aos princípios do gremialismo, doutrina concebida por Jaime Guzmán e outros estudantes na UC em 1967. Não se tratava unicamente da livre organização, associação e estabelecimento de grêmios profissionais dedicados a buscar a solução de problemas específicos de suas atividades, como o próprio Guzmán definiria inúmeras vezes, mas de uma concepção de Estado na qual os grêmios assumem a mediação e direção de toda vida coletiva, além das decisões sobre política econômica.

Em outros termos: tratava-se de retirar a capacidade de decisão e iniciativa do governo constituído, bem como de suas agências, e transferi-las direta e completamente para os grêmios empresariais. Não é coincidência, portanto, que a consolidação do poder gremial ocorresse durante o governo da UP, a crise econômica que atingiu o país no ano de 1972 e o desprezo – em teoria, generalizado, na prática, porém, seletivo – da doutrina gremial pela política partidária contribuía para legitimar o movimento impulsionado pela ampla aliança burguesa no país.

A SNA por sua vez incorporava os princípios doutrinários do gremialismo combinando-os com formulações próprias e adaptando-os às especificidades e objetivos do bloco setorial ao qual fazia parte, o ano de 1972 marca a consolidação e a reafirmação do ruralismo insurgente como forma de expressão política do poder gremial entre estas organizações.

O próprio uso da expressão “poder gremial” pelos meios de divulgação da SNA e os dirigentes agrícolas passa a ser mais frequente na medida em que se estreitam as relações entre distintos grêmios no país. Faz-se necessário observar que o movimento de aliança e coordenação entre as diversas frações burguesas chilenas, cujo marco foi o lançamento da FRENAP, já havia sido posto em marcha no final da década anterior entre as três principais entidades patronais do setor agrícola.

A diferença é que antes buscavam meios de sobreviver à reforma agrária, ao segundo ano de governo da UP, mobilizavam-se pelo assalto ao Estado tomando parte na ampla aliança burguesa que impôs um cerco ao governo. Desse modo, o referido poder gremial, oposto burguês ao poder popular, configurou-se como um emblema de luta entre o empresariado e as organizações profissionais que faziam oposição a Allende.

Em relação ao bloco grêmio-empresarial rural, o processo de constituição, como indicamos e procuramos sustentar, já estava acontecendo desde a reestruturação organizativa interna da SNA e o fortalecimento das relações com o CAS e a CEA (antiga CONSEMACH). A transição de uma atuação gremial corporativa para a expressão prática da doutrina gremial necessitava de coordenação e unidade para além do bloco formado pelos grêmios agrícolas.

Nesse sentido, a diferenciação que estabelecemos entre a forma de atuação gremial-corporativa e a forma gremial-doutrinária no capítulo anterior tornou-se ainda mais clara durante a nova fase do acirramento político no país a partir de 1972, mais ainda, sua expressão doutrinária passou a ser predominante.

Como temos insistido, isso não significava uma ruptura ou o abandono das reivindicações corporativas do início do processo de reforma agrária, mas de uma adaptação da oposição política exercida pelo bloco, cuja própria constituição é um elemento deste processo. A existência, constituição e organização dos grêmios na sociedade chilena precede o advento do gremialismo como doutrina, contudo, é o ideário concebido e organizado por Jaime Guzmán que legitima, orienta e dá sustentação ideológica à operação promovida pelos grêmios agrícolas.

Guzmán e os temas correlatos do gremialismo começaram a ter uma penetração muito maior entre as organizações empresariais do campo durante o ano de 1972, tanto pela preocupação em forjar uma atuação autenticamente gremial, quanto pela aproximação do ideólogo com essas organizações. Em entrevista à seção “Entrevista Gremial” de *El Campesino*, na edição de dezembro do referido ano, Guzmán explicava os fundamentos de seu movimento nas organizações do campo, sintetizados no seguinte trecho:

Que pretende el gremialismo al evitar que estas organizaciones sean politizadas? Pretende, en el fondo, hacer emerger la voz verdadera, genuina, auténtica del hombre de campo, a través de sus organizaciones gremiales, sin que esta voz salga distorciónada por un interés político que la utilice con fines distintos o subalternos. Al mismo tiempo, al salir esta voz de manera auténtica, respondiendo a lo que los hombres de campo piensan sobre el agro, va a surgir un aporte técnico a la sociedad, el más valioso de todos: aquél que responde al conocimiento no sólo teórico, sino, además, experimental y práctico de los problemas que cada persona vive. (EL CAMPESINO, dez/1972 p.10-11)

Em abril ministrou um curso intitulado Realidad chilena en momento histórico na assembleia de dirigentes da CEA realizada em Viña del Mar, no mês seguinte foi lançada a coletânea Visión Crítica de Chile, organizada por setores empresariais e destinada a discutir os anos de governo da UP, na qual Guzmán contribuiu com um artigo. Todo o arsenal publicístico contra o governo e o alicerce ideológico emprestado pela doutrina gremial foram fundamentais na criação e no amadurecimento das condições para o golpe de Estado, mas não cumpriam sozinhos as condições de realizá-lo.

Em primeiro lugar, tratam-se de fatores complementares. Os gremialistas, como observa Valdivia (2008), surgiram como um movimento de reação à reforma universitária na UC apoiada por setores progressistas do movimento estudantil, embora acenassem aos grêmios e defendessem a importância da despolitização dessas instituições e seu foco apenas nos assuntos relativos a suas atividades, expressavam uma bandeira em busca de portadores.

A atuação gremial-corporativa de defesa de prerrogativas, direitos e privilégios de classe ou categoria não necessariamente significavam uma forma gremial de organização de Estado, como a contida no gremialismo inaugurado por Guzmán em 1967. Embora compatíveis – e particularmente convenientes em momentos de crise econômica e perda de poder do empresariado – a adesão ao gremialismo de Guzmán é a conclusão de um processo convergente que compreende dois movimentos, o interno, que é a constituição do bloco grêmio-empresarial rural e sua plena integração no movimento nacional promovido pelas outras organizações empresariais, e o externo,

que é a exaltação e concepção do lugar privilegiado que os grêmios possuem na forma de organização do Estado idealizada por Guzmán.

Em segundo lugar, as contradições no interior da UP agravaram-se mesmo após a reunião de *El Arrayán* em fevereiro de 1972¹⁰⁶. No campo era particularmente problemática a relação com a área reformada, mesmo os assentamentos formados durante o governo Frei.

O aumento do número de *tomas* punha pressão sobre todo o processo de reforma agrária e o ministro Chonchol, já que servia como pretexto para acusações de terrorismo e argumento para a afirmação da pretensa superioridade técnica dos grêmios sobre o governo constituído. Somava-se a isso as dificuldades de aumentar a produção agrícola, fazendo com que houvesse escassez de produtos básicos, cujo caso mais emblemático foi a decisão do governo de realizar o *estanco* do trigo, situação na qual o Estado assumia o monopólio da comercialização do produto.

As reações da SNA às diretrizes de *El Arrayán* foram potencializadas pela divulgação por *El Campesino* de uma circular interna da CORA que continha instruções para privilegiar a formação de CERAs e estimular a renúncia dos expropriados ao direito de reserva. Para isso, havia sido elaborada uma lista entre os meses de outubro e novembro de 1971 com todos os imóveis rurais com mais de 80 HRB com base nos registros de impostos e estabelecia para o primeiro semestre de 1972 o prazo para expropriação e tomada de posse de todos eles.

O direito de reserva¹⁰⁷ era uma questão inegociável àquela altura para os grêmios agrícolas pois consideravam interessante a formação de pequenos e médios proprietários individuais que viessem a formar uma ampla classe média rural sobre a qual pudessem exercer influência. Este fato também explicava a campanha promovida pela SNA contra os CERA, que também enfrentavam resistência em setores camponeses.

¹⁰⁶ O documento publicado como informe da reunião de *El Arrayán* reafirmava a unidade de ação do governo e reorientava a política da UP no sentido de estabelecer prioridades para o governo. Em relação à reforma agrária, as divergências entre PCCh e PS mantiveram-se sob o conhecido dilema expresso pela busca de consensos ou pelo enfrentamento popular.

¹⁰⁷ Na tentativa de vencer a resistência dos proprietários em relação ao direito de reserva, o governo atrasava a constituição de tribunais agrários, o que motivou uma ação judicial movida pela SNA na Suprema Corte.

O que se estabeleceu a partir de 1972 foi um amplo e generalizado cerco gremial ao governo que envolveu diretamente tanto as organizações patronais quanto colégios profissionais – especialmente o Colégio de Engenheiros Agrônomos¹⁰⁸ – setores da administração pública, partidos políticos e Forças Armadas, cujo ápice foi a *paro patronal* de outubro.

No âmbito da reforma agrária, passava por impedir que o governo buscasse alternativas para contornar os problemas que não passassem pela aprovação do bloco grêmio-empresarial rural, o que transferia progressivamente para os grêmios o poder de decidir sobre a política agrária. Em 20 de janeiro a SNA obteve uma decisão favorável da Suprema Corte a uma ação movida pelo grêmio que obrigava o governo a estabelecer tribunais agrários.

Os tribunais agrários eram responsáveis por arbitrar questões relativas ao direito de reserva durante os processos de expropriação, o que atrasava toda a organização da área reformada. A ausência de tribunais agrários aos quais o expropriado não pudesse recorrer, dava mais poderes à CORA para tentar obter condições mais vantajosas ou a compra da área de reserva, era uma forma de pressionar o expropriado a abrir mão do direito e acelerar a expropriação. Com a decisão da Corte Suprema obrigando a constituição dos tribunais agrários, a SNA passou a divulgar a partir de maio a constituição e a composição dos mesmos organizados por província, além de orientar seus filiados a não abrir mão do direito de reserva.

Outro foco de conflito foi aberto pelo ministro Chonchol ao tentar responder a escalada da ofensiva gremial mudando a estrutura do ministério e dos organismos agrários – CORA, INDAP e SAG – centralizando e verticalizando a administração. Na reestruturação promovida pelo ministro com o objetivo de diminuir a influência dos funcionários sobre o processo de reforma agrária, eram nomeados chefes zonais de áreas agrícolas que respondiam diretamente ao ministro da agricultura, além da formulação de programas específicos para cada área, e não segmentados em cada organismo.

¹⁰⁸ Jose Garrido Rojas, presidente do referido grêmio profissional, crítico do governo e da gestão do ministro Chonchol, converteu-se num dos principais expoentes do “poder gremial” que emergiu durante o ano de 1972 contra a UP.

Na CORA, a substituição dos *mandos medios* levou posteriormente à renúncia do vice-presidente David Baytelman, que foi substituído por Hugo Díaz. Atuando como uma das organizações difusoras dos ideais do gremialismo, o Colégio de Engenheiros Agrônomos pressionava Chonchol pela nomeação de profissionais com “critério técnico” – isto é, seus quadros – e formação em agronomia.

Posteriormente o ministro teria seu registro de engenheiro agrônomo suspenso. Em agosto, sob forte pressão dos grêmios agrícolas que atribuíam ao ministro do interior a responsabilidade pelas *tomas* de terras, Hernán del Canto Riquelme é destituído do cargo após uma acusação constitucional. A saída de Hernán del Canto era um prenúncio da reforma ministerial que Allende foi forçado a promover entre o final de outubro e início de novembro por ocasião do paro patronal.

Se, como fizemos referência anteriormente, durante a década de 1960 os partidos tradicionais entre os setores oligárquicos e empresariais da sociedade chilena definharam perdendo seus respectivos lugares na política do país para novas organizações como o PN e novos movimentos como o gremialismo, o sistema partidário ainda mantinha a centralidade na política do país.

Esse era inclusive um ponto de conflito dentro da UP, a posição do PCCh e compartilhada por Allende era a da manutenção da institucionalidade e de fortalecimento dos partidos. O PDC entre os anos 1964 e 1970 fundamenta seu programa de reformas – cujo maior exemplo era a agrária – em bases institucionais muito claras, isolando os setores considerados radicalizados. O tamanho, a força e a hegemonia demonstrados pelo PDC até 1970 ajudaram a manter as relações tradicionais na política chilena e a conter eventuais tentativas de golpe.

Distinta era a situação em 1972 quando o partido se somou ao cerco gremial formado pelas organizações civis de oposição ao governo. Os partidos de oposição eram naquela conjuntura auxiliares dos grêmios, seus anexos, despachantes, a forma possível de atuação dentro do poder legislativo chileno. É necessário um esclarecimento para que nossa sustentação possa fazer sentido. Apesar do desprezo – sempre seletivo – do gremialismo pelos partidos políticos, do fato de inúmeros dirigentes de grêmios terem obtido mandatos ou feito *lobby* junto a deputados e senadores, a forma como a oposição

se consolida contra a UP é extinguindo as mediações exercidas pelos partidos políticos e transferindo o protagonismo aos grêmios.

Desse modo, o caso do PDC é peculiar uma vez que o PN jamais cogitou compor, nem sequer eventualmente, com o governo eleito em 1970. Após referendarem a eleição de Allende no mesmo ano, os democratas-cristãos passaram progressivamente de um partido disposto a dialogar e votar os projetos do governo a parte integrante de um bloco de oposição na qual eram sócios menores, posto que liderada e exercida com cada vez mais autonomia pelos grêmios.

Os partidos que compuseram o cerco gremial a Allende não orientavam o movimento nem exerciam grande influência sobre sua direção, esta era definida dentro dos grêmios empresariais que, completamente alinhados às formulações de Guzmán, já haviam escolhido as Forças Armadas como interlocutores preferenciais aos partidos “não totalitários”. O protagonismo dos partidos de oposição, assim como o de seus quadros só poderia se realizar ingressando no movimento idealizado e organizado pelos grêmios. Em relação às Forças Armadas, cujos levantes e tentativas de golpe já haviam fracassado anteriormente, passam a ser consideradas a garantia da concretização da ordem gremial.

A transição completa do ruralismo insurgente como forma de defesa de interesses corporativos ante a reforma agrária para uma ofensiva gremial aconteceu nesse contexto. A pressão sobre o ministro Chonchol, a constituição dos tribunais agrários e a apresentação de projetos de lei para descaracterizar a reforma agrária¹⁰⁹ objetivava reproduzir no setor rural o cerco que os grêmios iniciaram a partir de outubro de 1972.

¹⁰⁹ Os projetos apresentados por Rafael Moreno (PDC) e Sergio Díez (PN), tinham por objetivo impedir a realização da política agrária da UP, modificando inclusive alguns dispositivos da lei de reforma agrária aprovada no governo Frei. A proposta de Moreno pretendia acelerar o período de transição das áreas reformas, no caso dos assentamentos, transferindo a terra para os camponeses ou, suas organizações no prazo de um ano, evitando ainda a constituição de CERAs e fazendas estatais. Pretendia ainda impedir expropriações de qualquer propriedade com até 40HRB sob quaisquer justificativas. Díez propunha que a área fosse aumentada para 50HRB. O avanço legislativo sobre a política agrária era reflexo da reconfiguração pela qual passava a oposição naquela conjuntura, é emblemático que tanto o PDC quanto o PN encontrassem um sentido comum nessa questão particular. O desenvolvimento dos fatos e o fim da via chilena ao socialismo é também um reflexo dessa convergência.

Durante pouco mais de um mês o movimento iniciado com o grêmio de donos de caminhões paralisou o país impondo a Allende duríssimas condições de negociação e a constituição de um ministério militar. A despeito da ainda grande base de apoio ao governo dos setores populares, em outubro de 1972 era o poder gremial que se afirmava como projeto de reorganização do Estado. Retornando às palavras de Domingo Durán durante a exposição de Valdivia, para o bloco grêmio-empresarial rural já era hora de retomar a *guitarra prestada* a Allende, interromper a música da UP e tocar a *cueca* a seu modo.

4.2. A apoteose do ruralismo insurgente

A oposição colheu algumas vitórias políticas sobre o governo durante o ano de 1972. A pressão exercida sobre Chonchol resultaria na sua substituição por Rolando Calderón em novembro durante a reforma ministerial promovida por Allende, a constituição de tribunais agrários era eficiente para retardar as expropriações de terra e constituição de CERA e o amálgama gremial permitia uma coordenação do empresariado a nível nacional.

A dificuldade da coalizão governista em controlar o processo agrário não diminuiu após as resoluções de *El Arrayán*, persistiam as *tomas* como meio de forçar a expropriação em propriedades que o governo não considerava prioritárias. Em julho formou-se a Confederación de la Democracia (CODE), um bloco parlamentar de oposição destinado a isolar à UP integrado pelo PDC e o PN, além de partidos menores, era mais um sinal da formação de uma aliança integral destinada a impedir o governo de Allende.

No interior do bloco grêmio-empresarial rural as movimentações golpistas e organizativas se mantinham. Manuel Valdés, presidente da CEA formalizou adesão da Confederação de Pequenos Agricultores à organização dizendo por meio de uma carta que era necessário “estreitar fileiras no grêmio agrícola, sem distinções” (EL CAMPESINO, nov/1972 p.2).

Em almoço oferecido pela SNA para a junta nacional de sócios com a presença de mais de três mil dirigentes de organizações de diversos setores do país durante a FISA, entre eles Jorge Fontaine (CPC) e a principal liderança do *paro* patronal de

outubro, León Villarín, o presidente Benjamin Matte era quem, mais uma vez, expressava as diretrizes e o entendimento do bloco sobre a nova fase da articulação gremial aberta com a FRENAP e o seu aprofundamento com a crise.

Nesse sentido, Villarín afirmava ser responsabilidade dos grêmios em construir uma “organização permanente” e que tinha confiança nas forças armadas para “resolver problemas pendentes”, enquanto Fontaine destacava três fatores fundamentais para a construção de uma nação livre e democrática: “o movimento gremial, os partidos políticos democráticos e as forças armadas”. Os “partidos políticos democráticos” assumem nas palavras de Fontaine o mesmo sentido atribuído por Guzmán aos “partidos não totalitários”, isto é, naquele momento todos os partidos que faziam oposição à UP e eram anticomunistas.

Coube a Matte, segundo o registro de *El Campesino*, expor as linhas gerais do programa conjunto dos grêmios empresariais do país. A partir de uma indagação-chave, “quais são os mecanismos para concretizar o poder gremial na organização do Estado?”, o dirigente definia a partir da perspectiva do bloco o qual liderava como presidente da SNA as tarefas para o período pós-Allende.

A princípio, Matte definia sua concepção de poder gremial por oposição às “doutrinas totalitárias” que seriam incompatíveis com livre organização dos trabalhadores, utilizando basicamente as mesmas palavras de Guzmán. A despeito dos floreios retóricos no discurso do dirigente, em termos práticos, a preocupação era ampliar o poder dos grêmios sobre o Estado chileno com o objetivo de moldá-lo sob uma estrutura gremial. Àquela altura um alvo importante de Matte era o Conselho Nacional de Desenvolvimento:

A nível del poder ejecutivo Ejecutivo existe el Consejo Nacional de Desarrollo, que representa la posibilidad de llevar a ese nivel capacidad y experiencia de los hombres de trabajo. Este Consejo no ha funcionado, quizás por temor o ceguera ante la posición realista de los hombres de trabajo. **Este Consejo debe ampliarse a todos los organismos gremiales que debe ponerse en marcha como organismo de asesoramiento y de consulta permanente. Así los hombres de trabajo pueden aportar su experiencia insustituible**

ante um governo que los respete. (EL CAMPESINO, nov/1972 p.10 grifos nossos)

A ampliação do escopo de atuação dos grêmios defendida por Matte, um “general civil” do golpe de Estado segundo Mario Amorós (2020), expressava a ampliação das próprias ambições e objetivos do bloco sob liderança do presidente da SNA. O que sustentava essas aspirações era o aprofundamento da coordenação a nível nacional da burguesia por meio de suas associações e a aproximação com as forças armadas.

Na reestruturação do Estado chileno idealizada pelo empresariado o protagonismo militar era a garantia da ordem e da “reprodução das relações de produção”, em referência novamente a Althusser. As bases teóricas da tutela militar, sob formas distintas, já haviam sido esboçadas por Guzmán e defendidas por Jorge Prat e a fração dominante do PN, e passaram a ecoar nas palavras dos dirigentes agrícolas à medida que os canais de negociação com o governo escasseavam e impunha-se o horizonte golpista.

O programa socialista da UP previa, entre outras coisas, democratizar os centros de decisão, como afirmava Sergio Bitar (1980). Para o bloco grêmio-empresarial rural isso significava a diminuição de sua influência sobre a sociedade rural, a política agrária e a ameaça representada pela constituição de novos sujeitos coletivos no processo de reforma agrária, cujo advento criava a perspectiva de diminuição do poder gremial.

Em nove de outubro, quando começou a paralisação liderada pelos caminhoneiros, oficialmente com o objetivo de se contrapor à criação de uma empresa de transportes estatal e em solidariedade a transportadores da região de Aisén, o protesto iniciado pela *Confederación Nacional de Dueños de Camiones* (CNDC) se tornou a maior demonstração de força da burguesia chilena e um divisor de águas na relação entre os grêmios e o governo.

A partir de outubro as condições de Allende para governar se tornaram muito mais precárias, assim como a capacidade para desmobilizar os grêmios. O movimento essencialmente civil, ainda que tivesse simpatia de setores golpistas entre os militares e envolvimento externo por meio da CIA (BANDEIRA, 2008), inverteu definitivamente a lógica entre os grêmios e o governo que passou a resistir à ofensiva golpista. No que

concerne ao bloco grêmio-empresarial rural, o *paro de octubre*, saudado em *El Campesino* como paro gremial, consolida a plena integração do bloco ao movimento nacional formado pelos grêmios de oposição.

O caos imposto ao governo favorecia o estabelecimento do mercado negro e impunha à população, especialmente a mais pobre, o terror, a inflação e a perspectiva de escassez de alimentos numa economia que já havia começado a passar por dificuldades desde o início daquele ano.

A detenção dos líderes da CNDC em 10 de outubro, incluindo León Villarín, não foi capaz de acabar com a paralisação ou de criar canais de negociação com os grêmios ou a oposição parlamentar. Restava mais uma vez entre a coalizão governista o dilema de seguir linha institucional ou fortalecer as mobilizações sociais de base.

De fato, ainda que tenha colocado o governo contra as cordas, as bases populares de apoio iniciaram uma grande mobilização como resposta ao movimento promovido pelos grêmios. Para enfrentar o desabastecimento intensificou-se naquela conjuntura a atuação dos cordões industriais, buscando garantir a circulação da produção das fábricas, a atividade comercial e o apoio ao governo frente às movimentações golpistas.

A despeito disso, a partir do *paro de octubre*, o projeto político dos grêmios saiu da esfera do *lobby*, dos embates setoriais com o governo e das formulações teóricas sobre política econômica, ganhou substância, expressão prática por meio da mobilização das bases de apoio da burguesia e poder de penetração entre setores populares menos alinhados à UP, como os sindicatos camponeses filiados à confederação *Triunfo Campesino*, que anunciaram uma paralisação numa reunião ocorrida nos dias 25 e 26, em Malleco.

Em 21 de outubro, pouco menos de duas semanas após a deflagração da paralisação, o Comando Nacional de Defesa Gremial (CNDG) tornou público o *pliego de Chile*, que foi rejeitado por Allende. O documento listava uma série de exigências para que o país pudesse “retomar sua marcha”. Dentre as que foram selecionadas por *El Campesino* constavam pleitos de ocasião como a reposição de funcionários ou qualquer

trabalhador demitido em função da paralisação e demandas estratégicas que reorientassem definitivamente os rumos do governo Allende¹¹⁰.

No momento da crise iniciada pelos transportadores, o pliego de Chile representava mais do que um programa alternativo à via chilena ao socialismo, era a capitulação completa do governo e da UP, a reversão do seu conteúdo político e a desmoralização perante suas bases. Estabeleceu-se um impasse pois a cada dia que se passava, aumentava a gravidade da situação, e, diante do cerco formado pelos grêmios empresariais, o governo seria forçado a atender algumas reivindicações listadas no *pliego de Chile*, faltava naquele definir os termos da negociação.

Após o memorando apresentado ao governo no dia 27, uma comissão com os representantes de grêmio e o presidente Allende firmaram um acordo pelo qual o governo se comprometia a atender as reivindicações do CNDG para encerrar a paralisação. Entre as principais exigências relativas ao setor agrícola constavam a devolução da Rádio Agricultura em Los Angeles¹¹¹ e reversão do fechamento de todas as outras que sofreram sanções motivadas pela paralisação, estabelecimento de uma comissão nacional conjunta – arbitrada pelo presidente do Colégio de Engenheiros Agrônomos, José Garrido Rojas, destacada liderança gremial de oposição – integrada por representantes da Confederação Nacional de Assentamentos e Cooperativas de Reforma Agrária e o governo com o objetivo de fixar normas sobre créditos e comercialização de produtos agrícolas, modificação da lei de reforma agrária, garantia da estabilidade da propriedade agrícola constitucional e legalmente, fim das intervenções e do artigo 171 da lei de reforma agrária que concedia poderes ao governo para intervir e expropriar arbitrariamente imóveis agrícolas, garantia do financiamento das atividades agrícolas mediante fixação de preços, concessão de créditos e garantia a

¹¹⁰ Entre as principais demandas associadas à atividade gremial, liberdade de expressão e difusão de informações, bem como aquelas relacionadas à economia, constavam: respeito às liberdades gremiais e extinção de querelas contra dirigentes de grêmio; reposição de trabalhadores demitidos em função da paralisação de outubro; restituição aos proprietários dos bens requisitados após o dia 21 de outubro de 1972 e pagamento de indenizações; respeito à decisão da Suprema Corte sobre a ilegalidade da constituição da cadeia nacional de radiotransmissoras; reversão do fechamento da Rádio Agricultura de Los Angeles; fixação de “preços justos” para a *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* e sua manutenção na área privada; participação dos grêmios e colégios profissionais na reestruturação dos serviços públicos; aplicação da lei de segurança interior do Estado a todos os “grupos violentos”; liberdade a todos os chilenos para entrar sair livremente do país; fim das JAPs.

¹¹¹ A Rádio Agricultura da comuna de Los Angeles, de propriedade da SNA, havia sido retirada do ar devido à campanha sistemática contra o governo da UP.

liberdade de comercialização, criação de um regime de previdência agrícola justo e eficaz, administrado por representantes gremiais dos beneficiários e concessão de personalidade jurídica à Confederação Nacional de pequenos Agricultores (EL CAMPESINO, nov/1972 p.35).

Em 2 de novembro, na esteira dos pedidos de demissão dos ministros do interior, economia, educação e trabalho no dia 30 de outubro, o presidente Allende se viu forçado a promover uma reforma ministerial na qual incorporou representantes das três forças armadas ao gabinete, o que significou uma vitória para os grêmios e seu apelo à interferência militar como forma de mediação política, ainda que naquele momento a concessão tenha sido imprescindível para pôr fim à paralisação.

Assim, o general do exército Carlos Prats assume o ministério do interior enquanto Claudio Sepúlveda, general de brigada aérea e Ismael Huerta, contra-almirante, assumem respectivamente os ministérios de mineração e obras públicas¹¹². Três dias depois, em 5 de novembro, o general Carlos Prats, já ministro do interior, leu em cadeia nacional um documento no qual o governo garantia não promover represálias contra pessoas físicas ou jurídicas por causa da paralisação, e a cancelar as medidas jurídicas tomadas contra empresas ou associações.

Em relação ao setor de transportes, que havia iniciado o movimento, o governo se comprometeu a mantê-lo na área privada e afirmou que o setor não estava sob controle estrangeiro e nem em contradição com os interesses nacionais, uma vez que era composto basicamente por donos de caminhões autônomos.

Sobre as questões gremiais específicas o governo se comprometeu a formar um a comissão da qual participariam os principais ministros – interior, fazenda, economia e trabalho (EL CAMPESINO, nov/1972 p.46) – para decidir junto a representantes gremiais a resolução de problemas levantados por cada um deles. Diante das soluções apresentadas pelo governo as lideranças do movimento decidiram encerrar a paralisação no mesmo dia e retomar as atividades do país na segunda-feira, dia 6.

¹¹² Com as trocas, o novo ministério era composto da seguinte forma: Clodomiro Almeyda (PS) no ministério de relações exteriores, Orlando Millas (PC) na fazenda, Fernando Flores (MAPU) na economia, Jorge Tapia (PR) na educação, Jose Tohá (PS) na defesa, Luís Figueroa (PC) no trabalho, Rolando Calderon (PS) na agricultura, Luis Matte (independente) na habitação, Arturo Jirón (independente) na saúde, Humberto Martones (PR) no ministério de terras e colonização, Sergio Inzunza (PC) na justiça e Hernán del Canto (PS) na secretaria geral de governo.

Saudado como um “trunfo gremial” pelo presidente Benjamin Matte, o desfecho do *paro de octubre* representava o avanço dos grêmios empresariais sobre o Estado e a abertura de uma ampla gama de possibilidades de ação após a vitória política imposta ao governo. Matte afirmava que o exército abriu um “panorama em um governo que se desempenhava entre o sectarismo a incapacidade e o ódio” (EL CAMPESINO, nov/1972 p.49), no que foi reforçado pelo editorial do mesmo mês no qual expressava que a SNA deveria, a partir daquele momento, intensificar o contato com políticos de confiança, resolvendo as demandas gremiais fora da esfera de decisão coletiva dos partidos políticos.

A reforma agrária, as questões relativas à produção agrícola e expropriação de terras passariam para o segundo plano na SNA. Logrados os principais objetivos da paralisação, estabelecida a tutela militar ao governo socialista e unificados sob hegemonia dos grêmios empresariais os principais partidos de oposição, o cerco imposto ao governo tornava-se permanente.

Entre o *paro de octubre* e o golpe de Estado em setembro de 1973 Allende e a UP estiveram cercados e pouco puderam fazer a nível legislativo, embora a base popular de apoio mantivesse a mobilização em defesa do governo. O presidente, ainda no final do ano anterior, viajou a Moscou na tentativa de obter créditos para conter a inflação e a crise econômica que se mantinham no país, quadro que a SNA atribuía ao “socialismo à la chilena”.

Ainda que a primeira tentativa de golpe de 1973 tenha ocorrido apenas no final de junho no episódio conhecido como *tancazo*, sublevação militar liderada pelo tenente-coronel Roberto Souper e rapidamente controlada, o protagonismo militar já estava estabelecido dentro e fora do governo como parte da articulação para derrubar o governo de Allende.

Diante do aprofundamento da crise a oposição acreditava ter capacidade para destituí-lo por meios institucionais e civis como a votação de uma acusação constitucional. Para isso, necessitava controlar dois terços do parlamento chileno, condição para o afastamento.

As eleições de março de 1973 elegeram pouco mais da metade de parlamentares de oposição, ainda maioria, mas fez a representação parlamentar da coalizão governista

aumentar, o que demonstrava o respaldo eleitoral à UP apesar da situação de crise. O resultado foi celebrado como uma vitória tanto pelas bases governistas quanto pela oposição, a SNA registrou em editorial que se tratava de “uma vitória da democracia contra os marxistas” e conclamava a fortalecer a oposição.

O fato é que o resultado se converteu em frustração para os opositores do governo, como já observado por Moulian (1993), naquela configuração a UP, apesar de impossibilitada de levar a cabo grandes reformas, mantinha o poder de veto sobre a destituição de Allende, garantindo em tese a continuidade do governo apoiada na minoria parlamentar e na mobilização de suas bases. Restava claro que o impasse instalado desde a paralisação dos caminhoneiros e reiterado pelas eleições parlamentares tendia a se prolongar uma vez que nem governo e nem oposição tinham possibilidades de impor uma solução de curto prazo.

Por essa razão, ante o apoio popular à UP, a burguesia chilena intensificou suas articulações por meio dos representantes de grêmio, militares e parlamentares da CODE, além de contarem com apoio externo. Já são conhecidas as hostilidades do governo Nixon em relação a Allende e os contatos da diplomacia brasileira estabelecida sob a ditadura com os próceres do golpe de 11 de setembro daquele ano.

Sob o pretexto de reversão do caos – provocado pelas próprias movimentações golpistas – e restituição da ordem, a SNA e todo o bloco grêmio-empresarial agrícola recebia com entusiasmo e grandes perspectivas o início da brutal ditadura que durou até 1990. O cerco construído pelos grêmios empresariais começava a ser institucionalizado por meio da perseguição política, da repressão social e da reversão das políticas econômicas distributivas que, com maior ou menor intensidade, caracterizaram o período de 1964 a 1973. Restavam derrotados naquele momento não apenas a UP e seus militantes, mas todos os trabalhadores, intelectuais e setores que ajudaram a formular, construir e defender o governo de Allende e que ousaram sonhar com um projeto socialista baseado na sustentação do poder popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 marcou o final de um dos mais importantes processos políticos da história do Chile e do continente latino-americano e impediu a curso das transformações que haviam sido iniciadas ainda na década anterior. Entre as principais transformações do período, a reforma agrária passou por uma reversão durante a ditadura que, ainda que não restaurasse a estrutura agrária anterior, impôs uma duríssima repressão e uma série de empecilhos ao acesso à terra para campesinato e os trabalhadores agrícolas.

Essas dificuldades podem ser constatadas na restituição de imóveis rurais aos antigos donos expropriados, na formação de um mercado de terras cuja regulação era mínima e as dificuldades inerentes à manutenção da produtividade forçava muitas vezes a venda de pequenas propriedades sob domínio do campesinato. Somava-se a isso a brutal perseguição lançada pela ditadura contra aqueles que participaram de *tomas*, reivindicações por terras, greves e estavam de alguma forma associados à atividade sindical durante o governo Allende.

A racionalidade tecnocrata, o *laissez-faire* levado às últimas consequências e o Estado subsidiário, ingredientes do laboratório neoliberal que o país se tornou após o golpe, especialmente a partir da década de 1980 e a nova constituição implementada pela ditadura, demandavam a imposição da nova ordem pela violência, e o general Pinochet e seus colaboradores jamais hesitaram em exercê-la.

A ordem implantada pela ditadura é, entretanto, consequência de um lento processo de recomposição de interesses de classe entre a burguesia que se encontravam dispersos nas décadas anteriores. Em primeiro lugar, o sistema partidário chileno passava por uma reformulação durante a década de 1960 na qual os partidos tradicionais formados após a independência – Conservador e Liberal – entraram num processo de decadência de modo que a representação político-institucional das oligarquias e das elites agrupadas nesses partidos sofreu um forte abalo.

Isso não significou o enfraquecimento político das elites chilenas nem tampouco sua derrocada, mas um momento de inflexão no qual o poder e a influência exercidos

pela burguesia do país encontravam-se sob questionamento. Tal fato indicava não apenas a tendência de mudança de forças no sistema partidário representado por um partido capaz de mobilizar bases populares e pautar um projeto nacional no qual a burguesia chilena teria um papel preponderante.

A ascensão do PDC representava o intento desse projeto modernizador que buscava repactuar as relações entre capital e trabalho e promover o desenvolvimento privilegiando o setor industrial. Desse modo, a reforma agrária tornara-se elemento fundamental desse para aumentar a produção e a produtividade agrícola, constituir um mercado interno por meio da legislação de trabalho agrícola e aumentar o número de pequenos e médios proprietários para constituir uma classe média rural, diminuindo a concentração de terras sob domínio de latifundiários.

O advento da reforma agrária respondia a uma demanda histórica tanto do campesinato – especialmente aquele em processo acelerado de proletarização – quanto de setores urbanos e universitários que identificavam os latifundiários e a sociedade rural com o atraso, a marginalidade e a pobreza. Tanto a ideia de um campesinato isolado da política nacional quanto de um setor latifundiário apegado a formas arcaicas do sistema de haciendas são falsas.

Como pesquisas recentes têm demonstrado, havia um setor formado por empresários agrícolas responsável por introduzir novas técnicas e maquinário na produção agrícola, além de novos contratos de trabalho, fazendo diminuir o número de inquilinos. Por sua vez, camponeses e trabalhadores agrícolas assalariados não foram repentinamente convocados a deliberar sobre os rumos da sociedade rural e do país a partir do processo de reforma agrária.

De fato, a autoridade proprietária que nos fala Loveman era um elemento central no exercício de poder e dominação dos proprietários de terras. Além dela, o próprio acesso à terra e a livre associação e atuação de entidades patronais impunham condições mais restritivas – e frequentemente violentas – aos trabalhadores do campo do que os da cidade.

O que a reforma agrária proporcionou foram novas condições para a disputa do processo político em curso no Chile. Se é certo que o campesinato não apareceu magicamente na política chilena pela boa vontade dos formuladores agrários

democratas-cristãos, é igualmente notável que o estabelecimento da legislação – e consideramos aqui as iniciativas sobre regulamentação do trabalho e dos sindicatos rurais como partes integrantes da reforma agrária – possibilita uma importante reconfiguração da estrutura agrária, ainda que negociada, em desfavor do empresariado agrícola.

Isso é particularmente detectável na recepção e nas manifestações dos periódicos e meios de difusão da SNA, incapazes na década de 1960 de impedir a iniciativa do PDC e apoiada pelos partidos marxistas. O bloco grêmio-empresarial rural, especialmente a SNA, foi incapaz de impedi-la porque o consenso por reformas estava estabelecido internamente como demanda revolucionária pela esquerda nacional, como imperativo social por setores renovados da Igreja Católica influenciados pela doutrina social da Igreja, e por frações burguesas interessadas em colocar a produção agrícola a serviço da indústria e na formação de um mercado de terras.

Como observa Wright (1982), a SNA como o mais antigo grêmio do país já havia passado por períodos de intensa agitação social na década de 1920 e combinado formas de atuação mais corporativas, doutrinárias ou pragmáticas a depender das condições. É necessário destacar que o grêmio jamais precisou lidar com um projeto de reforma agrária tão estruturado e concebido à revelia de muitos interesses da instituição, ainda que ela tenha sido convidada a colaborar com projeto.

A doação do fundo *Los Silos* promovida pela Igreja católica, referida frequentemente como o início “reforma agrária” da Igreja no Chile, não pode ostentar tal estatuto pelo fato de que a reforma agrária é um processo de transformação da sociedade rural no qual cabe ao Estado a prerrogativa de estabelecer os meios legais relativos à propriedade da terra e às relações de trabalho – e por isso o controle do processo político é imprescindível por quaisquer dos sujeitos coletivos implicados – enquanto a lei 15.020 promulgada ainda no governo Alessandri tinha pouco impacto sobre o poder político dos proprietários, era em parte uma reforma agrária concebida por eles e para eles (ROMERO, 2021).

A reforma agrária na sua fase legislativa implementada pelo PDC era, portanto, a consequência, e não a causa das históricas disputas por acesso à terra e direitos entre o campesinato e os latifundiários, o ocaso dos partidos tradicionais ligados a oligarquias

estabelecidas após as guerras de independência, e o estabelecimento de um “duplo centro”, nas palavras de Moulian (1993), dentro do sistema partidário representado pelo decadente e pragmático PR e o ascendente e doutrinário PDC, muito mais sensível à incorporação de reivindicações da esquerda marxista – até pela presença de quadros abertamente marxistas e propensos a dialogar com comunistas e socialistas – com forte influência entre a população rural.

É, portanto, nesse contexto de ampla mobilização social e reconfiguração político-institucional da década de 1960 que se estabelece uma reforma agrária estritamente institucional, resultante das diversas revoltas sociais, do passado de violência no campo, da histórica luta por acesso à terra, mas institucional, concebida pelos reformadores agrários do PDC, enviada ao parlamento, sujeita a *lobbies* diversos, discutida, rediscutida, promulgada e implementada segundo o que estava previsto em lei e sob as condições da sociedade chilena, e não uma imposição “de baixo” a partir de um processo revolucionário, ou de um Estado revolucionário.

É preciso levar isso em consideração porque apesar da desarticulação momentânea do empresariado rural e de boa parte das frações burguesas, a centralidade da sua atuação política ainda repousava sobre o sistema partidário e o Estado restrito. Sob reformulação, a “velha direita chilena” mimetizada na “nova direita chilena”, nas palavras de Valdivia (2008), começava a operar o deslocamento dessa centralidade para o âmbito das organizações gremiais, que apesar de terem posteriormente formalizado uma aliança golpista com as forças armadas e os partidos de oposição, – PDC incluso – os grêmios empresariais é que conduziram a oposição sob o governo Allende.

É nesse ínterim que o PN, partido fundado em 1966 e o movimento gremialista de Jaime Guzmán, surgido em 1967, debutaram oferecendo, respectivamente, uma alternativa conservadora, nacionalista – por vezes próxima ao fascismo – e militarista e um ideário que amalgamasse a ação coordenada dos grêmios empresariais. O gremialismo, afirmamos no capítulo III, é o espírito que anima estas associações empresariais desde o final da década de 1960 e orienta sua atuação política.

Em relação à SNA, o ideário gremial progressivamente adotado pela entidade não se tratava apenas de conveniência, mas da forma mais consequente de contrapor-se, primeiramente à reforma agrária e seus desdobramentos, em especial a formação de

sindicatos camponeses e o estabelecimento de formas coletivas de propriedade, e, posteriormente, de impor, já como principal expoente do bloco grêmio-empresarial rural, o programa gremial por meio da desestabilização.

Os canais de interlocução com o governo Frei restringiram-se definitivamente em 1969 com o rompimento formalizado na FISA daquele ano, enquanto as demandas camponesas eram canalizadas para resoluções a nível institucional e o governo promovia formas de associação camponesa como cooperativas e sindicatos que tendiam a escapar da esfera de influência da SNA, além da constituição de assentamentos.

A promoção de tais formas de participação e propriedade – que implicava o reconhecimento de umas em detrimento de outras – impunha de fato limites às formas próprias ou autônomas de organização camponesa, entretanto, a maneira como combinavam velhas experiências com as novas propiciadas pela reforma agrária e o reconhecimento jurídico de suas organizações não fez mais que abrir mais uma frente de luta e de contradição entre o campesinato e o empresariado rural, de modo que a mobilização social não se limitou nem se encerrou nas formas institucionais, pelo contrário, uma série de *tomas* foi realizada sob o governo da UP para exigir que determinada propriedade fosse expropriada e passasse para área reformada.

Esse protagonismo, que não emergia do vazio, mas do contato com partidos e sindicatos nos quais exerciam influência, ameaçava as entidades patronais reunidas no bloco grêmio-empresarial rural muito mais do que as expropriações e a limitação do tamanho dos imóveis rurais. A CONSEMACH, posteriormente CEA, é criada em 1967 por ocasião da lei de sindicalização que beneficiou igualmente o campesinato e os empresários agrícolas.

Quando Allende assume a presidência já em novembro de 1970 após uma negociação na qual o PDC exigiu garantias de respeito à constituição para referendar a eleição e um período de quase dois meses de articulações golpistas a nível institucional provenientes do PN, como nos lembra o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira (2004), e intentos de golpe por meio de mobilizações de grupos de extrema direita como o *Pátria y Libertad* que culminaram no assassinato do general René Schneider, o empresariado rural tentou desde o primeiro momento estabelecer pontes com o novo

governo e obter garantias – manutenção de privilégios e o estancamento da reforma agrária – de respeito às leis e à livre iniciativa empresarial.

Sustentado pela mobilização que o elegeu e o apoiava e equilibrando-se perigosamente entre as alas gradualistas e rupturistas da UP o governo, por meio do então ministro da agricultura Jacques Chonchol, frustrou grande parte das expectativas do bloco grêmio-empresarial rural em seu primeiro ano. O ministro egresso do PDC pretendia aprofundar o processo de reforma agrária, criar mecanismos de participação camponesa e privilegiar formas coletivas de propriedade diminuindo a influência e o poder dos latifundiários sobre a política agrária.

A SNA foi incapaz de resistir à quantidade massiva e à rapidez com que foram conduzidas as expropriações sob Allende, a fase destrutiva da reforma agrária, expressão do economista Stefan De Vylder, sustentava-se na lei aprovada no governo anterior e na capacidade de mobilização da base social no campo.

Era claro para a UP, independentemente das divergências internas, que havia a necessidade de politizar o campesinato em prol da reforma agrária diante da impossibilidade de adequar a legislação às pretensões do governo. Tal necessidade ficava mais evidente a partir do momento em que a coalizão governista começa a perder o controle do processo, o que propiciava expressões autônomas de intervenção política entre o campesinato que exacerbavam os meios de atuação oferecidos pela UP e contribuíam para a desorganização da área reformada.

Era necessário orientar o poder popular fragmentado entre as distintas classes no campo para convertê-lo em sustentáculo do governo nas áreas rurais, isto é, nas palavras de Sampere (2016), era preciso conferir aos sujeitos coletivos um conteúdo de classe de modo a não tornar estéril e nem encerrar em disputas superficiais toda a mobilização popular nas áreas de reforma agrária. Isso estava expresso em alguns exemplares de *Poder Campesino*, publicação do INDAP, nos quais a posição oficial do governo era considerar indiferenciadas, do ponto de vista político, as múltiplas faces do campesinato.

Ao mesmo tempo em que enfrentava dificuldades de estabelecer a “fase construtiva” da reforma agrária, a UP via crescer as movimentações dos grêmios no campo da oposição. A SNA, que havia passado quase todo o período do governo Frei

aferrada à defesa corporativa dos interesses da instituição, ao romper com ele em 1969 deu início à transição para o estado de insurgência que caracterizou o grêmio até o fim do governo Allende.

Há três aspectos principais que ajudam a explicar essa transição, o primeiro é a histórica capacidade de adaptação do grêmio a contingências diversas, já observado por Wright (1982), o segundo é a reestruturação interna promovida pela direção liderada pelo presidente da Benjamin Matte e o terceiro é o surgimento de um amplo movimento gremial de abrangência nacional.

A reestruturação promovida por Matte não tinha motivações apenas administrativas, ela respondia ao momento de mudança no âmbito preferencial do exercício da oposição do Estado restrito para o ampliado, nos termos de Gramsci. A busca pela formação de lideranças e ampliação da base de filiados da instituição visava restabelecer a hegemonia do grêmio sobre a sociedade rural.

Para isso, a entidade dirimiu as divergências com os outros grêmios para constituir o referido bloco, tornando-se seu membro principal. Além disso, estendeu seus recursos, seu aparato técnico e o espaço em seu conselho a pequenos proprietários reconhecendo as diferenças entre eles e o grande empresariado agrícola, mas atuando nos lapsos dos mecanismos de participação implementados pela UP e explorando as fraturas na base social do campesinato.

Imprescindível para esse avanço foi o estabelecimento da FRENAP no final de 1971 e a paralisação de outubro de 1972. A constituição do “poder gremial” como poder emergente e contraposto ao poder popular, consigna da UP, representava mais que um emblema de luta para a burguesia chilena, era antes a expressão da força material que encontrou no gremialismo de Jaime Guzmán a base ideológica capaz de oferecer um caráter doutrinário e um universo simbólico para além dos interesses corporativos.

Essa razão gremial foi apropriada de formas distintas pelos grêmios empresariais, mas unificou-os não apenas a partir de elementos abstratos ou doutrinários como o anticomunismo, mas sob formas pragmáticas de atuação com o legislativo, com os partidos de oposição a Allende, com os políticos simpáticos à causa gremial, com as forças armadas e com a base social que junto às referidas associações formou o cerco gremial estabelecido em outubro de 1972.

Plenamente integrado ao movimento nacional, o bloco grêmio-empresarial rural tinha muito mais condições impor-se ao governo uma vez que não conseguiu tomar sua parte na reforma agrária como fez durante a administração Alessandri. A disputa pelos rumos da reforma agrária expressava a própria disputa pelo controle do processo político no Chile, enquanto as classes populares e a esquerda que chegou ao governo não consolidaram sua hegemonia no Estado, a direita, após a reorganização por fora do sistema partidário, construiu a partir da sociedade civil formas mais eficientes de enfrentamento ao opor a mobilização popular à sua própria mobilização gremial mantendo laços com novos representantes no parlamento.

Enquanto o empresariado agrícola e a burguesia de uma forma geral atuavam para recompor interesses de classe que foram desagregados pela decadência de seus representantes preferenciais, o campesinato e a UP não foram capazes de prevalecer sob suas formas de associação, seus sujeitos coletivos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO A., Nicolás. Autonomía y movimientos sociales: la liga de campesinos pobres y la izquierda chilena (1935-1942). *Izquierdas*, [S.L.], n. 23, p. 44-65, abr. 2015. SciELO Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-50492015000200003>.

ACEVEDO A., Nicolás. *Un fantasma recorre el campo: comunismo y politización campesina en Chile (1935-1948)*. Valparaíso: América en Movimiento Editorial, 2017.

AFFONSO, Almino; GÓMEZ, Sergio; KLEIN, Emilio; RAMÍREZ, Pablo. *Movimiento Campesino Chileno*. Santiago: Icir, 1970.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Unesp, 1993.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialectica de una derrota*. Mexico DF: Siglo XXI Editores, 1977.

ÁLVAREZ V., Rolando. “¡Viva la revolución y la patria!”. *Partido Comunista de Chile y nacionalismo (1921-1926)*. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, n. 7, v. 2, 2003: 25-44.

AVENDAÑO, Octavio. *Los partidos frente a la cuestión agraria en Chile, 1946 – 1973. Representación de intereses, gradualismo y transformación estructural*. Santiago: LOM, 2017.

AVENDAÑO, O.; ESCUDERO, M. C. *Elitismo y poder gremial en la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA)*. *Revista CS*, no. 20, pp. 37-74. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, 2016.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

- BARAONA, Rafael. Una tipología de haciendas en la Sierra ecuatoriana. In: DELGADO, Óscar (ed.). Reformas agrarias en la América Latina: procesos y perspectivas. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1965. p. 688-696.
- BARRACLOUGH, Solon; FERNÁNDEZ, Jose Antonio. Diagnóstico de la reforma agraria chilena. México DF: Siglo Veintiuno editores, 1974.
- BARRACLOUGH, S., AFFONSO, A., HERNÁNDEZ, S., ZEMELMAN, H., GÓMEZ, S., BENGUA, J. Chile: reforma agraria y gobierno popular. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.
- BAUER, Arnold J. Chilean Rural Labor in the Nineteenth Century. *The American Historical Review*, vol. 76, no. 4, 1971, pp. 1059–83.
- BAUER, Arnold J. La sociedad rural chilena desde la conquista española a nuestros días. Santiago: Editorial Andres Bello, 1994.
- BELLISARIO K., Antonio C. La cuestión de la tierra y la transición chilena al capitalismo agrario. *Prob. Des, Ciudad de México* , v. 40, n. 156, p. 173-193, marzo 2009.
- BENGUA, José. El campesinado chileno después de la reforma agraria. Santiago: Ediciones Sur, 1983.
- _____. *Historia Rural de Chile Central. Tomo II. Crisis y ruptura del poder hacendal.* Santiago: LOM, 2015.
- _____. *Reforma Agraria y revuelta campesina – Seguido de un homenaje a los campesinos desaparecidos.* Santiago: LOM, 2016.
- BETHELL, Leslie. *Chile since Independence.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68 (Volume 1).
- BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia. Chile com Allende.* São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BIZE V., Cristóbal. El otoño de los raulíes. Poder popular en el Complejo Forestal y Maderero Panquipulli (Neltume, 1967-1973). Santiago: Tiempo Robado Editoras, 2017.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BORDE, Jean; GÓNGORA, Mario. Evolución de la propiedad rural en el valle del Puangue. Santiago: Universidad de Chile, 1956.

BORGES, Elisa C. Com la UP ahora somos gobierno! – A experiência dos cordones industriales no Chile de Allende. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

BRUNA, Susana. Chile: Las luchas campesinas en el siglo XX. IN: História política de los campesinos latinoamericanos Volúmen 4. México, 1985.

CAMPERO, Guillermo. La relación entre el Gobierno y los grupos de presión: el proceso de la acción de bloques a la acción segmentada. Revista de Ciencia Política (Santiago), [S.L.], v. 23, n. 2, p. 159-176, 2003. SciELO Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-090x2003000200008>.

CAMPERO, Guillermo. Los gremios empresariales em el período 1970 – 1983: comportamiento sociopolítico y orientaciones ideológicas. Santiago: ILET, 1984.

CARDOSO, Ciro F. S. Sobre os modos de produção coloniais na América. In: SANTIAGO, Théo (org.). América Colonial: ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 61-88.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. Sociologias, [S.L.], v. 12, n. 25, p. 126-157, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222010000300006>.

- CASALS, Marcelo. The Chilean counter-revolution: roots, dynamics and legacies of mass mobilisation against the unidad popular. *Radical Americas*, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 1-19, 1 jun. 2021. UCL Press. <http://dx.doi.org/10.14324/111.444.ra.2021.v6.1.013>.
- CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad Civil Society. *Political Theory*, [S.L.], v. 29, n. 6, p. 837-865, dez. 2001. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0090591701029006008>.
- CHIHUAILAF, Arauco. Los Mapuches y el gobierno de Salvador Allende, 1970-1973. *Sociedad y Discurso*, [S.L.], p. 1-11, 8 jan. 2004. *Sociedad y Discurso*. <http://dx.doi.org/10.5278/OJS.V0I5.779>.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- COLLIER, Simon. *Chile: the making of a republic 1830-1865 – politics and ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- COLLIER, S.; SATER, W. F. *A history of Chile, 1080-2002*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CORREA, Manuel; MOLINA, Raúl; YÁÑEZ, Nancy. *La Reforma Agraria y las tierras mapuches. Chile 1962-1975*. Santiago: Lom Ediciones, 2005.
- CORREA S., Sofía. *Com las riendas del poder. La derecha chilena en siglo XX*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.
- CORREA, S.; FIGUEROA, C.; JOCELYN-HOLT, A.; ROLLE, C.; VICUÑA, M. *Historia del siglo XX chileno. Balance Paradojal*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.
- CORREA V., Luis. *Agricultura chilena. Tomos I e II* Santiago: Imprenta Nascimento, 1938.
- CORVALÁN, Luis. *El gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003.
- CORVALÁN M., Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

CORVERA V., Maria Teresa. Un proceso global, profundo, controvertido e irreversible: reforma agraria 1964-1967. In: VÁSQUEZ V., David *et al.* Reforma agraria chilena: 50 años, historia y reflexiones. Santiago: Ediciones Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2017. Cap. 2. p. 79-114.

CRISTI, Renato; RUIZ, Carlos. El pensamiento conservador en Chile. Seis Ensayos. Santiago: Editorial Universitaria, 1992.

CURY, Marcia. O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973). Campinas: Editora Unicamp, 2017.

DAHÁS, Nashla. POLOP e MIR: perspectivas radicais da esquerda latino americana. XVI Simpósio Regional de História – Saberes e práticas científicas, 2014. Disponível em:

http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400549687_ARQUIVO_POLOP,MIReamemoriaradicaldaAmericaLatina_NashlaDahas.pdf

DALMÁS, Carine. Imagens de uma revolução alegre: murais e cartazes de propaganda da experiência chilena (1970-1973). São Paulo: Alameda, 2017.

DAVIS, Nathaniel. Os dois últimos anos de Salvador Allende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

DE VYLDER, Stefan. Allende's Chile: The political economy of rise and fall of the Unidad Popular. London: Cambridge University Press, 1976.

DÍAZ N., José; VALDÉS U., Mario. Jorge Prat y Acción Nacional (1963 -1966): la antesala del partido nacional. Cuadernos de Historia (Santiago), [S.L.], n. 43, p. 83-108, dez. 2015. Universidad de Chile. <http://dx.doi.org/10.4067/s0719-12432015000200004>.

EYZAGUIRRE, Jaime. Historia de las instituciones políticas y sociales de Chile. Santiago: Editorial Universitaria, 1967.

FAUNDEZ, Julio. Marxism and democracy in Chile – From 1932 to the fall of Allende. New Haven and London: Yale University Press, 1988.

FERNÁNDEZ, Marcos. El debate católico en Chile en torno al derecho de propiedad en la primera parte de la década de 1960. Palimpsesto, Santiago, v. 7, n. 11, p. 78-104, 2017. Semestral.

- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidade. Cuarenta años de políticas económicas y sus lecciones para el futuro. Santiago: JC Sáez Editor, 2014.
- FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?. Outubro Revista, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 217-232, 2018. Semestral. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/09_Virginia-Fontes.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- FURTADO, Celso. A economia latinoamericana. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- GARCÉS, Mario. Construyendo "las poblaciones": el movimiento de pobladores durante la unidad popular. In: PINTO, Julio (ed.). Cuando hicimos historia: la experiencia de la unidad popular. Santiago: Lom Ediciones, 2005. p. 57-79.
- GARCÍA, Antonio. Sociología de la reforma agraria en América Latina. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973.
- GARRETÓN, Manuel Antonio; MOULIAN, Tomas. La Unidad Popular y el conflicto político em Chile. Santiago: Cesoc/Lom, 1993.
- GARRIDO R., José; GUERRERO Y., Cristián; VALDÉS, María Soledad. Historia de la reforma agraria en Chile. Santiago: Editorial Universitaria, 1988.
- GAUDICHAUD, Franck. Chile 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo: poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de salvador allende. Santiago: Lom Ediciones, 2016.
- GAUDICHAUD, Franck. Construyendo "Poder Popular": el movimiento sindical, la cut y las luchas obreras en el periodo de la unidad popular. In: PINTO V., Julio (ed.). Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: Lom Ediciones, 2005. p. 81-105.
- GAUDICHAUD, Franck, Poder popular y cordones industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano 1970-1973. Santiago: LOM ediciones-DIBAM, 2004.

- GAZMURI, Jaime. Asentamientos campesinos: una evaluación de los primeros resultados de la reforma agraria en Chile. Santiago/Buenos Aires: Desal/Ediciones Troquel, 1970.
- GÓMEZ, Sergio. Instituciones y Procesos Agrarios en Chile. Santiago: CLACSO, 1982.
- GÓMEZ, Sergio. Organizaciones rurales y estructura agraria. Chile. 1973-1976. Documento de trabajo, FLACSO, 1981.
- GÓMEZ L., Juan Carlos. La frontera de la democracia. El derecho de propiedad en Chile 1925-1973. Santiago: Lom, 2012.
- GÓNGORA, Mario. Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX. Santiago: Ediciones La Ciudad, 1981.
- GONZÁLEZ N., Luis Eduardo. Fiducia y su cruzada em contra de la Democracia Cristiana. Chile 1962-1967. Revista Divergencia ISSN: 0719-2398, N°1, Año 1, enero - junio 2012 / pp 21-33
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. (Volume 3)
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Volume 5)
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Volume 2)
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUAICO, Renzo Henríquez. El poder del campo: los campesinos de maipú durante el gobierno de Allende. Santiago: Londres 38, Espacio de Memorias, 2014.
- GUNDER FRANK, Andre. Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil. London: Monthly Review Press, 1969.
- GUTELMAN, Michel. Estruturas e reformas agrárias. Lisboa: Edições 70, 1975.
- GUZMÁN E., Jaime. Escritos personales. Santiago: Editorial Jge Ltda, 2011.

HAINDL R., Erik. Chile y su Desarrollo Económico en el Siglo XX. Santiago: Universidad Gabriela Mistral, 2006.

HARMER, Tanya. Allende's Chile and the Inter-American Cold War. Chapel Hill: The University Of North Carolina Press, 2011.

HARMER, Tanya. Towards a global history of the Unidad Popular. Radical Americas, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 1-14, 1 jun. 2021. UCL Press. <http://dx.doi.org/10.14324/111.444.ra.2021.v6.1.004>.

HENRY, Robert Austin; VASCONCELOS, Joana Salém; RAMÍREZ, Viviana Canibilo. La vía chilena al socialismo: 50 años después. Buenos Aires: Clacso, 2020. (Tomos I e II).

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século xx 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUNEEUS, Carlos. La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet. Santiago: Taurus, 2014.

JOBET, Julio Cesar. Ensayo crítico del desarrollo económico-social de Chile. Santiago: Editorial Universitaria, 1951.

KALLÁS, Ana Lima. A paz social e a defesa da ordem: A Igreja Católica, o Governo Allende e o Golpe Militar de 1973. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008

KAUFMAN, Robert R. The politics of land reform in Chile, 1950-1970. Public Policy, Political Institutions and Social Change. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

KAY, Cristóbal. El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana. México DF: Ediciones Era, 1980.

KAY, Cristóbal. Latin American theories of development and underdevelopment. London And New York: Routledge, 2011.

KAY, Cristóbal. Reformismo Agrario y la transición al socialismo en America Latina. Chile 1970 – 1973. Medellín: Editorial La Oveja Negra, 1976.

KAY, Cristobal. Tipos de reforma agraria y sus contradicciones: el caso de Chile. *Revista Mexicana de Sociología*, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 857, jul. 1977. Universidad Nacional Autónoma de México. <http://dx.doi.org/10.2307/3539879>.

KAY, Cristobal; SEIBERT, Sibila. Chile: evaluación del programa de reforma agraria de la unidad popular. *Desarrollo Económico*, [S.L.], v. 15, n. 57, p. 85-110, abr. 1975. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/3466211>.

KAYE, Harvey J. Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1989.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books, 2007.

KRAUSE, Walter. La alianza para el progreso. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 5, No. 1. Center for Latin American Studies at the University of Miami, 1963.

LACLAU, Ernesto. Feudalismo e capitalismo na América Latina. In: SANTIAGO, Théó Araújo (org.). *América colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 34-60.

LEITE, Sérgio Pereira. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Econômicas*, Coimbra, v. L, n. 1, p. 223-256, 2007.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEVINSON J., ONIS, J. *The alliance that lost its way. A critical report on the Alliance for Progress*. Chicago: Quadrangle Books, 1970.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança Para o Progresso e o Governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOVEMAN, Brian. *Chile: The Legacy of Hispanic Capitalism*. Londres: Oxford University Press, 2001.

_____. *Struggle in the Countryside – Politics and rural labour in Chile, 1919-1973*. Bloomington and London: Indiana University Press, 1976.

MANRÍQUEZ, Marcel Thezá et al. Reforma Agraria en Chile, ¿Palimpsesto de otra ruralidad? Reflexiones y propuestas. Polis (Santiago), [S.L.], v. 16, n. 47, p. 137-164, ago. 2017. Universidad de Los Lagos, Chile. <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-65682017000200137>.

MANSUY, Daniel. Notas sobre política y subsidiariedad en el pensamiento de Jaime Guzmán. Revista de Ciencia Política (Santiago), [S.L.], v. 36, n. 2, p. 503-521, ago. 2016. SciELO Agencia Nacional de Investigacion y Desarrollo (ANID). <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-090x2016000200005>.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de ruy mauro marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 105-165.

MARINI, Ruy Mauro. O reformismo e a contrarrevolução. Estudos sobre Chile. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATTELART, Armand. Notas sobre el “gremialismo” y la línea de masas de la burguesía chilena. IN: VARGAS, L.; SANTA LUCIA, P.; MATTELART, A.; VEGA, M.; HINKELAMMERT, F.; SOTO, C.; RODRIGO, J. Chile bajo la junta. Economía y sociedad en la dictadura militar chilena. Bilbao, Ediciones Zero: 1976.

MELLER, Patricio. Un siglo de economía política chilena (1890-1990). Santiago: Editorial Andres Bello, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ruralistas e burocratas: modernização e antirreforma agrária na américa latina. In: GARCIA, Graciela Bonassa; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk (org.). Vozes da terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na américa latina. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. p. 133-148.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci – Venturas e Desventuras de um Conceito. IN: PAULA, Dilma A.; MENDONÇA, Sonia R. (orgs.) Sociedade Civil – Ensaio Históricas. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORALES, Francisco Javier. Los sectores populares opositores a la vía chilena al socialismo. Notas para una discusión preliminar. Revista de Historia y Geografía, [S.L.], n. 33, p. 123-147, 14 abr. 2016. Universidad Católica Silva Henríquez.
<http://dx.doi.org/10.29344/07194145.33.367>.

MORENO R., Rafael. Sin reforma agraria no habría sido posible. Memorias de la Reforma Agraria Chilena 1958-1970. Santiago: Ediciones Copygraph, 2014.

MOULIAN, Tomas. Chile actual: anatomía de un mito. Santiago: Lom-Arcis, 1997.

MOULIAN, Tomas. Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973). Santiago: Lom Ediciones, 2006.

_____. La forja de ilusiones: el sistema de partidos 1932-1973. Santiago: Arcis, 1994.

MOULIAN, Tomas; GARRETÓN, Manuel Antonio. La Unidad Popular y el conflicto político em Chile. Santiago: Cesoc/Lom, 1993.

NECOCHEA, Hernán R. Antecedentes económicos de la Independencia de Chile. Santiago: Editorial Universitaria, 1967.

_____. Historia del imperialismo en Chile. Santiago: Editora Austral, 1960.

OSZLAK, Oscar. La trama oculta del poder – Reforma agraria y comportamiento político de los terratenientes chilenos. Santiago: Lom Ediciones, 2016.

PETRAS, James. Política y fuerzas sociales en el desarrollo chileno. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1969.

PETRAS, James; ZEMELMAN, Hugo. Peasants in Revolt: a chilean case study, 1965-1971. Austin: University Of Texas Press, 1973.

PINTO, Aníbal. Chile: Una economía difícil. México DF: Fondo de cultura económica, 1964.

PINTO V., Julio. Luis Emilio Recabarren. Una biografía histórica. Santiago: Lom Ediciones, 2013.

PREBISCH, Raúl. Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136. (Volume 1).

QURESHI, Lubna Z.. Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. involvement in the 1973 coup in Chile. Lanham: Lexington Books, 2009.

REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROBLES O., Claudio. Agrarian Capitalism and Rural Labour: The Hacienda System in Central Chile, 1870–1920. *Journal of Latin American Studies*, August 2009.

_____. Campesinos en conflicto: la reforma agraria de la unidad popular en Colchagua (Chile). *Investigaciones Históricas. Época Moderna y Contemporánea*, [S.L.], n. 40, p. 27-56, 25 nov. 2020. Universidad de Valladolid. <http://dx.doi.org/10.24197/ihemc.40.2020.27-56>.

ROBLES O., Claudio. Ideología agraria y política económica en una economía exportadora: Chile, 1860-1880. *Iberoamericana*, [S.L.], v. 10, n. 38, p. 7-27, 11 jun. 2010. Trimestral. Ibero-Amerikanisches Institut (Berlin). <http://dx.doi.org/10.18441/IBAM.10.2010.38.7-27>.

_____. Revolution from below in Panguipulli: Agrarian reform and political conflict under the Popular Unity in Chile. *Journal of Agrarian Change*. 2018;1–26.

ROBLES, Claudio; KAY, Cristóbal. La transición del sistema de hacienda al capitalismo agrario en Chile central. In: ESTEFANE, Andrés; ROBLES, Claudio. (Editores) *Historia Política de Chile 1810 – 2010. Tomo III Problemas económicos*. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 2018.

ROMERO P., Diego Alexander. "¡Una Reforma Agraria desde el Club de la Unión!" El debate político y la gestación de la primera Ley de Reforma Agraria, 1957-1962. 2021.

144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Historia, Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 2021.

ROXBOROUGH, Ian. Theories of underdevelopment. New Jersey: Humanities Press, 1979.

ROXBOROUGH, Ian; O'BRIEN, Philip; RODDICK, Jackie. Chile: the state and revolution. London And Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1977.

RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

RUDÉ, George. The crowd in the french revolution. London, Oxford And New York: Oxford University Press, 1967.

SALAS, Francisca. La reforma agraria de la jerarquía católica chilena: una lectura socio-política sobre el catolicismo institucional entre 1958 y 1964. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, [S.L.], 10 out. 2016. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/nuevomundo.69693>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/69693>. Acesso em: 12 set. 2020.

SALAZAR V., Gabriel. Construcción de Estado en Chile (1800-1837): democracia de los "pueblos" militarismo ciudadano. golpismo oligárquico. Santiago: Editorial Sudamericana, 2006.

SALAZAR V., Gabriel. Labradores, peones y proletarios: formación y crisis de la sociedad popular chilena del siglo xix. Santiago: Ediciones Sur, 1989.

SALLES, Ricardo. Gramsci para historiadores. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 211-228, 5 ago. 2012. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia. <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i10.434>.

SAMPERE, Xavier Domènech. La condescendencia de la posteridad. Lucha de clases, clases y conciencia de clase. In: SANZ, Julián; BABIANO, José; ERICE, Francisco (ed.). E. P. Thompson: marxismo e historia social. Madrid: Siglo XXI España, 2016. Cap. 4. p. 115-151.

SANTANA U., Roberto. Agricultura Chilena en el siglo XX: contextos, actores y espacios agrícolas. Santiago: Dibam, 2006.

SANTOS, Emmanuel dos. *Imprensa e poder político no Chile: o governo da unidade popular e os jornais el mercurio e la nación (1970-1973)*. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Historia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. “Nuestra mejor contribución la hacemos cantando”: a nova canção chilena e a "questão cultural" no Chile da unidade popular. 2017. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Historia, Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

SCULLY, Timothy R. *Los partidos de centro y la evolución política chilena*. Santiago: CIEPLAN-Notre Dame, 1992.

SEGUEL, Matías C.; BORGHERO, Karen F. *Memórias de la Reforma Agraria – La lucha por la tierra en el valle de Longotoma*. Santiago: Lom Ediciones, 2012.

SILVA, Julio; CHONCHOL, Jacques. *El desarrollo de la nueva sociedad en América latina*. Santiago: Editorial Universitaria, 1969.

SIMON, Roberto. *O Brasil contra democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a guerra fria na América do Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SMIRNOW, Gabriel. *The revolution disarmed. Chile 1970-1973*. New York And London: Monthly Review Press, 1979.

SOTO, Oscar. *El último día de Salvador Allende. Crónica del asalto al Palacio de la Moneda contada por sus protagonistas*. Madrid: Ediciones El País S.A., 1998.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México DF: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-237 (Volume 1).

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. A história vista de baixo. IN: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. IN: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

TORRES G., Osvaldo. Democracia y Lucha armada. MIR y MLN-Tupamaros. Santiago: Pehuén, 2012.

VALDÉS, Alberto; FOSTER, William. La reforma agraria en Chile – Historia Efectos y Lecciones. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2015.

VALDIVIA, O. de Z., Verónica. Nacionales y gremialistas. El "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973. Santiago: Lom Ediciones, 2008.

VALDIVIA, O. de Z., Verónica. Subversión, coerción y consenso: violencia estatal en el Chile del siglo xx. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, [S.L.], v. 1, n. 53, p. 180-204, 1 jul. 2020. Semestral. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires. <http://dx.doi.org/10.34096/bol.rav.n53.8017>.

VALENZUELA, Arturo. El quiebre de la democracia en Chile. Santiago: Flacso, 1989.

VASCONCELOS, Joana Salém. Dilemas agrários na Unidade Popular: conflitos rurais na via chilena ao socialismo (1967-1973). In: COSTA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa de Campos (org.). Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 223-267.

VICUÑA, Angela Cousiño; OVALLE GANA, Maria Angélica. Reforma Agraria Chilena – Testimonios de sus protagonistas. Santiago: Memoriter, 2013.

VIOTTI, Emilia. Estruturas Versus Experiência Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina.: o que se perde e o que se ganha. BIB, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 3-16, 1990.

VITALE, Luis. Interpretación marxista de la Historia de Chile. Santiago: Lom Ediciones, 2011. (Volume 1).

WASSERMAN, Claudia. A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: Unesp, 2009.

WINN, Peter. Tejedores de la revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo. Santiago: Lom Ediciones, 2004.

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WRIGHT, Thomas C. Landowners and reform in Chile: the Sociedad Nacional de Agricultura, 1919-40. Chicago: University Of Illinois Press, 1982.

YOCELEVZKY, Ricardo. La Democracia Cristiana chilena y el gobierno de Eduardo Frei (1964-1970). Mexico DF: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 1987.

YOCELEVZKY, Ricardo. La Democracia Cristiana chilena. Trayectoria de un proyecto. Revista Mexicana de Sociología, VOL. 47, No. 2. Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

ZAPATA, Fabián Almonacid. La agricultura chilena discriminada (1910-1960): una mirada de las políticas estatales y el desarrollo sectorial desde el sur. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.

ZEITLIN, Maurice; RATCLIFF, Richard Earl. Landlords and Capitalists: the dominant class of Chile. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Fontes

Atas

Diário de sessões da Câmara de deputados da República do Chile (1967-1973)

Diário de sessões do Senado da República do Chile (1967-1973)

Leis

História da Lei N° 16.615. Disponível em:

<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursolegales/10221.3/36897/6/HL16615.pdf>

História da Lei N° 16.625. Disponível em:

https://www.bcn.cl/historiadelaley/fileadmin/file_ley/2653/HLD_2653_37a6259cc0c1dae299a7866489dff0bd.pdf

História da Lei N° 16.640. Disponível em:

<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursolegales/10221.3/45903/1/HL16640.pdf>

Panfletos e documentos oficiais

20 puntos basicos de la reforma agraria del gobierno de la Unidad popular.

40 primeras medidas del gobierno popular.

Chile Avanza, reforma agraria.

Gobierno popular – reforma agraria.

La reforma agraria. Ley 15020.

Los sentamientos de la reforma agraria.

Perspectivas de la reforma agraria.

Primer mensaje del presidente Allente ante el congreso pleno.

La politica agropecuaria.

Programa de la Unidad Popular.

Reforma agraria chilena.

Reforma agraria de la iglesia en Chile.

Síntesis de algunos aspectos de reforma agraria chilena.

Jornais e revistas

Central Única (1965-1973)

Chile Hoy (1972-1973)

El Campesino (1967-1973)

El Vocero Agrícola de la SNA (1967-1973)

La Triunfo en la noticia (1972)

Poder Campesino (1971-1973)

Politica y Espíritu (1964-1973)

Punto Final (1965-1973)

Ranquil (1969-1972)

Tierra y Libertad (1962-1965)